



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE**

**NO BANZEIRO DO LAGO:
A (IN) SUSTENTABILIDADE DO TURISMO NA REPRESENTAÇÃO DOS
BARQUEIROS ATINGIDOS PELA UHE ESTREITO EM BABAÇULÂNDIA-TO**

ANA DAISY ARAÚJO ZAGALLO

**Palmas
2018**

ANA DAISY ARAÚJO ZAGALLO

**NO BANZEIRO DO LAGO:
A (IN) SUSTENTABILIDADE DO TURISMO NA REPRESENTAÇÃO DOS
BARQUEIROS ATINGIDOS PELA UHE ESTREITO EM BABAÇULÂNDIA-TO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins, como requisito para obtenção do título de doutora em Ciências do Ambiente.
Linha de Pesquisa: Natureza, Cultura e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Marina
Haizenreder Ertzogue

Palmas
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- Z18n Zagallo, Ana Daisy Araújo.
No banheiro do lago: a (in) sustentabilidade do turismo na representação dos barqueiros atingidos para UHE Estreito em Babaçulândia-TO . / Ana Daisy Araújo Zagallo. – Palmas, TO, 2018. 167 f.
- Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Ciências do Ambiente, 2018.
Orientadora : Marina Haizenreder Ertzogue
1. Hidrelétrica. 2. Turismo. 3. Sustentabilidade. 4. Representações Sociais. I. Título

CDD 628

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

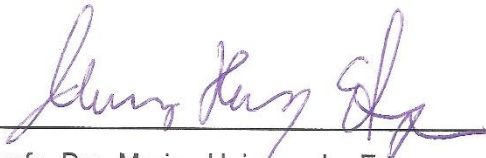
Ana Daisy Araújo Zagallo

BANZEIRO DO LAGO:

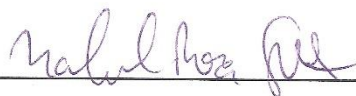
A (IN) SUSTENTABILIDADE DO TURISMO NA REPRESENTAÇÃO DOS
BARQUEIROS ATINGIDOS PELA UHE ESTREITO EM BABAÇULÂNDIA-TO

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências do Ambiente da
Universidade Federal do Tocantins como
requisito para a obtenção do título de Doutora
em Ciências do Ambiente.

Aprovada em 25 de Junho de 2018.



Profa. Dra. Marina Haizenreder Ertzogue – PGCIAMB/UFT (Orientadora)



Profa. Dra. Isabel Rosa Gritti – PPGPE/UFGS



Profa. Dra. Gleys lally Ramos dos Santos – UFT/Campus Porto Nacional



Profa. Dra. Carla Simone Seibert – PGCIAMB/UFT



Prof. Dr. Dornival Venâncio Ramos Júnior – PGCIAMB/UFT

À mainha, Vilma, com muito amor.

AGRADECIMENTOS

Ninguém chega ao fim da longa caminhada de um doutorado apenas por seus próprios méritos. Então, nada mais justo reconhecer a generosidade daqueles que, nos momentos oportunos, me dispensaram seu tempo, conhecimentos, recursos, carinho e atenção, tendo como única recompensa a gratidão:

À Marina Haizenreder Erztogue, minha orientadora, pelo incentivo, respeito e cumplicidade;

À Universidade Federal do Tocantins – UFT, especialmente aos colegas do curso de Gestão de Turismo de Araguaína, que assumiram o ônus do meu afastamento para que essa qualificação se concretizasse;

Aos docentes e colegas do PPGCIAMB pela oportunidade de compartilhar a riqueza de suas experiências, saberes e culturas;

Aos barqueiros de Babaçulândia que, exilados do rio, compartilharam suas histórias, memórias, saberes e esperanças diante dos banzeiros que ainda tentam atravessar;

Aos queridos amigos Francisco José Maciel, pela assistência na pesquisa e nas visitas de campo e pelos rios de café que tomamos; Toni Pontes Miguel pelas fotografias e todo apoio logístico; Hélio Castro e Sofia Cândido, pelo carinho e a hospitalidade;

À amiga-irmã, Sonia de Jesus Pinheiro Silva, pelas considerações, sempre pertinentes e, sobretudo, pelo exemplo de força e resiliência;

Aos meus pais, irmãos e familiares pelo amor incondicional, a compreensão das minhas ausências, os votos de sucesso e as orações;

Aos amores da minha vida, Carlos Eduardo, Leonardo e Pedro, por quem valem todos os esforços;

A Deus, por tudo e todos que me acompanharam nesta jornada.

“O homem chega e já desfaz a natureza, tira gente
põe represa, diz que tudo vai mudar...”

(Sá e Guarabyra, 1975)

ZAGALLO, Ana Daisy Araújo. **No Banzeiro do lago: a (in) sustentabilidade no turismo na representação dos barqueiros atingidos pela UHE Estreito em Babaçulândia-TO.** 2018. (168f). Tese. (Doutorado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

Resumo

Na esteira dos estudos sobre os impactos socioambientais das hidrelétricas na região amazônica, esta pesquisa teve como objetivo demonstrar a (in) sustentabilidade turística do município de Babaçulândia-TO na perspectiva dos barqueiros atingidos pela Usina Hidrelétrica Estreito que, ao se instalar no rio Tocantins, extinguiu suas rotas de navegação e interrompeu o turismo sazonal dos quais sobreviviam. Com base nos pressupostos teórico-analíticos da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici, as representações dos barqueiros foram tomadas, nesta pesquisa, como indicadores da sustentabilidade turística. De natureza qualitativa, o estudo adotou uma estratégia multimétodos, combinando técnicas da história oral, observação assistemática e entrevista semiestruturada. Sendo um conhecimento socialmente construído, as representações dos barqueiros não apenas expressam suas próprias impressões sobre as perdas materiais e simbólicas decorrentes do empreendimento hidrelétrico, como também projetam as mazelas e os anseios de uma comunidade que tenta superar os efeitos das transformações decorrentes da barragem do rio Tocantins em suas vidas. Nesse sentido, buscou-se demonstrar como a descaracterização do lugar e do modo de vida ribeirinho interromperam o ciclo de vida turístico da cidade, provocando seu declínio precoce e comprometendo sua sustentabilidade. Assim, considerando que a insustentabilidade turística constitui um passivo socioambiental da UHE Estreito, as representações sociais dos barqueiros tornaram-se elementos concretos, produtos de uma dimensão simbólica que refletiram uma realidade capaz de qualificar o desenvolvimento do turismo no contexto pós-hidrelétrica.

Palavras-chave: Hidrelétrica. Turismo. Sustentabilidade. Barqueiros. Representações Sociais.

ZAGALLO, Ana Daisy Araújo. **In the Banzeiro of the Lake:** The (in) sustainability in tourism in the representation of the boatmen reached by the narrow hydroelectric plant in Babaçulândia-TO. 2018. (168f). Thesis. (PhD in Environmental Sciences) – Federal University of Tocantins, Palmas, 2018.

Abstract

In the bias of the studies on the socio-environmental impacts of hydroelectric dams in the Amazon region, this research aimed to demonstrate the touristic (un) sustainability of the municipality of Babaçulândia-TO from the boatmen's perspective affected by the Estreito Hydroelectric Power Plant that, when installed in the Tocantins River, extinguished their navigation routes and interrupted the seasonal tourism from which they made their living. Based on the theoretical-analytical assumptions of the theory of the social representations of Serge Moscovici, the representations of the boatmen were taken in this research as indicators of tourism sustainability. Of qualitative nature, the study adopted a multi-method strategy, combining techniques of oral history, unsystematic observation and semi-structured interview. Being a socially constructed knowledge, the boatmen's representations not only express their own impressions on the material and symbolic losses resulting from the hydroelectric enterprise, but also project the ills and the desires of a community that tries to overcome the effects of the transformations due to the dam of the river Tocantins in their lives. In this sense, it was tried to demonstrate how the decharacterization of the place and the riverside way of life interrupted the tourist cycle of the city, provoking its early decline and compromising its sustainability. Thus, considering that touristic unsustainability constitutes a social and environmental liability of the Estreito HPP, the boatmen's social representations became concrete elements, products of a symbolic dimension that reflected a reality capable of qualifying the development of tourism in the post-hydroelectric context.

Keywords: Hydroelectric Power Plant. Tourism. Sustainability. Boatmen. Social Representations.

ZAGALLO, Ana Daisy Araújo. **En el Banzeiro del lago: a (en) sostenibilidad en el turismo en la representación de los barqueros alcanzados por la planta hidroeléctrica estrecha en Babaçulândia-TO.** 2018. (168f). Tesis. (PhD en ciencias ambientales) – Universidad Federal de Tocantins, Palmas, 2018.

Resumen

A raíz de los estudios sobre los impactos socioambientales de las centrales hidroeléctricas en la región amazónica, esta investigación tuvo como objetivo demostrar la (in) sostenibilidad turística del municipio de Babaçulândia-TO desde la perspectiva de los barqueros alcanzados por la planta Una estrecha planta hidroeléctrica que, cuando se instaló en el río Tocantins, extinguió sus rutas de embarque y interrumpió el turismo estacional del que sobrevivieron. Basándose en los supuestos teórico-analíticos de la teoría de las representaciones sociales de Serge Moscovici, en esta investigación, las representaciones de los barqueros se tomaron como indicadores de sostenibilidad turística. De carácter cualitativo, el estudio adoptó una estrategia multimetódica, combinando técnicas de historia oral, observación sistemática y una entrevista monoestructurada. Al ser un conocimiento socialmente construido, las representaciones de los barqueros no sólo expresan sus propias impresiones sobre las pérdidas materiales y simbólicas que surgen de la empresa hidroeléctrica, sino que también proyectan las heridas y anhelos de un Comunidad que intenta superar los efectos de las transformaciones que surgen de la presa del río Tocantins en sus vidas. En este sentido, se buscó demostrar cómo la descaracterización del lugar y la forma de vida ribereña interrumpió el ciclo de vida turística de la ciudad, causando su temprana disminución y comprometiendo su sostenibilidad. Así, considerando que la insostenibilidad turística constituye una responsabilidad socio-ambiental de la estrecha planta hidroeléctrica, las representaciones sociales de los barqueros se han convertido en elementos concretos, productos de una dimensión simbólica que reflejan una realidad que permite Calificar el desarrollo del turismo en el contexto pós-hidroeléctrica.

Palabras clave: Hidroeléctrica. Turismo. Barqueros. Sostenibilidad. Representaciones sociales.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização geográfica de Babaçulândia-TO no rio Tocantins com a área inundada pela UHEE	34
Figura 2 - Antiga Praia do Coco na margem oposta ao porto de Babaçulândia.....	38
Figura 3 - Localização geográfica da Usina Hidrelétrica Estreito (UHEE)	70
Figura 4 - Pousada em frente à orla não urbanizada	116
Figura 5 - Fachada do Hotel na parte central da cidade (em reforma).....	116
Figura 6 - Bares e restaurantes da orla.....	118
Figura 7 - Estreita faixa na orla de praia em frente aos bares.....	118
Figura 8 - Antiga rampa de embarque no porto de Babaçulândia.....	120
Figura 9 – Tipo de embarcações usadas antes do lago	120
Figura 10 - Sede da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia.....	122
Figura 11 - Catamarã da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia	122
Figura 12 – Estrutura da Nova Praia do Coco (Acesso).....	125
Figura 13 – Estrutura da Nova Praia do Coco (chuveiros, tendas e palco).....	125
Figura 14 – Estrutura da Nova Praia do Coco (Palhoças).....	126
Figura 15 – Estrutura de acesso da Nova Praia do Coco	127
Figura 16 – Estreita faixa da praia da orla.....	128
Figura 17 - Panfleto de divulgação da ABB-TO.....	131
Figura 18 - Guia Turístico das cidades atingidas pela UHEE.....	131
Figura 19 – Página de Babaçulândia no Guia Turístico	132
Figura 20 - Passatempo Turístico	132
Figura 21 - Página de Babaçulândia no Passatempo Turístico.....	133
Figura 22 - Beira-lago urbanizada com praia improvisada.....	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Hidrelétricas em operação no rio Tocantins	65
Quadro 2 - Categorias de representação do turismo.....	140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABBTO	Associação dos Barqueiros de Babaçulândia
ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APL	Arranjo Produtivo Local
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
CESTE	Consórcio Estreito Energia
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DS	Desenvolvimento Sustentável
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
EVTE	Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica
FMASE	Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAMA Naturais Renováveis	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos
IDMH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEA	Agência Internacional de Energia
IPHAN	Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
NATURATINS	Instituto de Natureza do Tocantins
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONS	Operador Nacional do Sistema
ONU	Organização das Nações Unidas

PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
RBJA	Rede Brasileira de Justiça Ambiental
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado - TO
SIN	Sistema Interligado Nacional de Distribuição de Energia
SISEMA	Sistema Estadual do Meio Ambiente
TRS	Teoria das Representações Sociais
UBP	Uso do Bem Público
UHE	Usina Hidrelétrica
UHEE	Usina Hidrelétrica Estreito
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WTTC	World Travel & Tourism Council

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 OS CAMINHOS DA PESQUISA	18
2.1 Delineamento do tema e do problema da pesquisa	18
2.2 Área do estudo	33
2.3 Os Sujeitos da Pesquisa	39
2.3.1 Perfil Socioeconômico dos Entrevistados.....	43
2.4 Categorias de Análise	44
3 AMBIENTE, SOCIEDADE E EXPANSÃO HIDRELÉTRICA NA AMAZÔNIA	45
3.1 Água, um Bem Comum	45
3.2 A Escassez Hídrica	48
3.3 A Matriz Energética Brasileira e suas Implicações na Região Amazônica	54
3.4 A Hegemonia das Hidrelétricas no rio Tocantins	65
3.5 Usina Hidrelétrica Estreito – Impactos e Mitigação	69
4 TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL	79
5 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS – DO CONCEITO À TESE	90
5.1 Apreensão e Análise das Representações Sociais.....	100
6 NO BANZEIRO DO LAGO – REPRESENTAÇÕES DA INSUSTENTABILIDADE	109
6.1 A Ressignificação do Ambiente	134
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS.....	149
APÊNDICES	165
Apêndice A - Termo De Consentimento Livre E Esclarecido	165
Apêndice B – Perfil Socioeconômico	166
Apêndice C – Roteiro de Entrevista.....	167

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a implantação de hidrelétricas abala a sustentabilidade econômica e socioambiental das áreas atingidas por seus reservatórios, impondo restrições a atividades e culturas como a pesca, o extrativismo, a agricultura de subsistência e o turismo de praias fluviais, atividades diretamente relacionadas com o ciclo natural de um rio amputado pelo represamento.

Com a construção da Usina Hidrelétrica Estreito, na divisa entre os estados do Maranhão e Tocantins, a comunidade ribeirinha de Babaçulândia-TO, às margens do rio Tocantins, tem vivenciado os efeitos socioambientais do empreendimento que afetou significativamente seu desenvolvimento econômico baseado no extrativismo, na agricultura de vazantes e incrementado pelo turismo sazonal das praias e ilhas fluviais temporárias, agora submersas pelo lago do reservatório da usina.

Na esteira do passivo socioambiental¹ gerado pelas barragens, nesta tese destaca-se o turismo sazonal de praias fluviais, importante atividade local para as cidades ribeirinhas que, muitas vezes constitui o principal vetor de desenvolvimento local e regional.

Embora o turismo também seja uma atividade geradora de impactos socioambientais, dependendo do estágio de desenvolvimento em que se encontra e da forma com é conduzido, sua sustentabilidade está intrinsecamente relacionada à conservação dos recursos naturais e culturais como a paisagem e cultura das comunidades receptoras, atrativos radicalmente alterados pelos grandes empreendimentos hidrelétricos.

Entre os irreversíveis impactos no lugar e no modo de vida ribeirinho, destaca-se a condição de exclusão socioeconômica e espacial dos barqueiros da cidade, reconhecida na obsolescência de suas funções, interrompidas pela inundação dos destinos das rotas de navegação que garantiam a atividade barqueira de transporte de pessoas e mercadorias na região afetada pela barragem.

¹ Entenda-se o uso da expressão passivo socioambiental, nesta tese, como uma ampliação do conceito de passivo ambiental empregado em Contabilidade Ambiental para designar o custo que as empresas devem pagar quando “[...] em decorrência de suas operações, fica sujeita a obrigações legais ou reparatórias, em função do uso do meio ambiente (água, solo, ar) ou a geração de resíduos tóxicos” (KRAEMER, 2006, p. 27), pois se considera o termo socioambiental mais abrangente em se tratando dos efeitos das hidrelétricas.

A manutenção da atividade turística como fonte de desenvolvimento socioeconômico de áreas atingidas por barragens reforça a necessidade de se pensar o turismo a partir dos princípios que integram a economia, a justiça social e a conservação ecológica, ou seja, as premissas do desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a sustentabilidade apresenta-se com um conceito-chave para compreender o alcance dos efeitos da matriz energética nacional que prioriza a expansão hidrelétrica, reconhecidamente de alto impacto socioambiental (BECKER, 2012; FEARNSSIDE, 2015; FERNANDES, 2010; MASSOLI, 2013; SEVÁ FILHO, 2004; VAINER, 1992; 2007), em detrimento da diversificação de fontes igualmente renováveis e menos nocivas ao ambiente e às comunidades tradicionais. Assim, na abordagem desse conceito, tomou-se como referências da discussão de sustentabilidade e do turismo sustentável as concepções de Beni (2003), Hanai (2012); Leff (2001; 2009), OMT (2003), Ruschmann (2010); Sachs (2002; 2006) entre outros.

A inundação de praias fluviais com a formação do lago do reservatório de uma usina hidrelétrica é a primeira consequência direta no turismo local, pois interfere em seu ciclo de vida, antecipando fases que poderiam levar anos até o declínio, etapa a que qualquer destino turístico pode estar suscetível.

Embora a literatura disponha de vasta tipologia para o ciclo de vida turístico, sua matriz baseia-se no modelo de Butler (1980) para quem todo destino turístico, independentemente de tipo, extensão ou infraestrutura, passa, necessariamente, por sete estágios: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação, declínio e renovação, nos quais podem ser observados aspectos sociais, culturais, ecológicos e econômicos que os qualificam. Esse modelo aponta para a necessidade de se identificar, numa escala temporal, em qual estágio se encontra o desenvolvimento turístico de uma localidade para, assim, definir as estratégias de sustentabilidade.

De acordo com Ruschmann (2010), um ciclo de desenvolvimento turístico dura cerca de 20 anos, período necessário para que um lugar se efetive como turístico e, então, possa colher os benefícios de seu desenvolvimento, com os impactos negativos já manifestados e consolidados num planejamento a longo prazo, capaz de promover a sustentabilidade.

Por esse parâmetro, e tomando por base os depoimentos dos barqueiros e demais participantes da pesquisa, pode-se inferir que a atividade turística existente

na região antes da chegada da UHE sustentava-se há, pelo menos, 2 ciclos turísticos, ou seja, 40 anos de temporadas em que se organizavam o fluxo turísticos nas praias fluviais do rio Tocantins.

Para avaliar a sustentabilidade do turismo em uma localidade, diversos são os sistemas e métodos quantitativos que podem ser aplicados no campo da pesquisa em turismo (HANAI, 2009; OMT, 2003), mas para a análise da sustentabilidade turística que aqui se empreendeu se fez necessário superar o “sim” e o “não” das pesquisas quantitativas, pois trata-se de abordar o conceito no contexto de significação dos atingidos, considerando as perdas territoriais, materiais e simbólicas decorrentes de uma conjuntura sociopolítica e ambiental controversa.

Nesse sentido, as representações sociais dessa atividade compõem uma dimensão que escapa aos aspectos puramente econômicos e ambientais priorizados nos projetos das hidrelétricas e pode contribuir sobremaneira para minimizar os conflitos na introdução do conceito de turismo sustentável, um modelo particularmente desafiador para uma localidade onde o atrativo natural foi substituído pelo lago do reservatório, imprimindo outra dinâmica de uso e ocupação turística, passível de reflexão.

Assim, na conjuntura do uso dos recursos hídricos, produção hidroenergética e turismo sustentável entram em rota de colisão e os significados desse conflito passam a permear o imaginário das comunidades atingidas por barragem, produzindo representações sociais dessa realidade que revela o modelo de desenvolvimento local.

Nessa perspectiva, ensejando contribuir com o debate sobre a extensão dos efeitos da expansão hidroenergética na região amazônica, especialmente no rio Tocantins, onde se registra a presença maciça de empreendimentos hidrelétricos, esta tese demonstra como os barqueiros de Babaçulândia representam o turismo local.

Para tanto, toma como referência a Teoria das Representações Sociais desenvolvida por Serge Moscovici (1978; 2003) para analisar as representações desse grupo de atingidos pela Usina Hidrelétrica Estreito (UHEE) e, a partir dessa dimensão simbólica, discute a sustentabilidade turística diante da extinção das praias fluviais temporárias e das potencialidades do lago como atrativo.

Assim, amparando-se nos princípios do desenvolvimento do turismo local sustentável e dos pressupostos teórico-metodológicos moscovicianos, esse estudo

parte das representações dos barqueiros de Babaçulândia-TO para demonstrar a (in) sustentabilidade do turismo no lago da Usina Hidrelétrica Estreito.

Dessa maneira, a tese está estruturada em cinco capítulos: sendo que o primeiro teórico (capítulo 2), apresenta os caminhos da pesquisa, a partir do delineamento do tema e do problema do estudo; o capítulo 3 aborda a relação entre a sociedade e o ambiente, contextualizada na questão ambiental da água e das implicações da expansão hidrelétrica na Amazônia; o capítulo 4 trata do turismo no âmbito do desenvolvimento local sustentável; o capítulo 5 apresenta uma revisão teórico-conceitual das representações sociais e sua interface com o turismo; e, o capítulo 6, analisa as representações dos barqueiros de Babaçulândia numa perspectiva moscoviana de construção do conhecimento, tomando essas representações sociais como indicadores de sustentabilidade turística.

2 OS CAMINHOS DA PESQUISA

2.1 Delineamento do tema e do problema da pesquisa

A escolha de uma questão de pesquisa não surge do vácuo e sim de vivências profissionais e intelectuais construídas nos caminhos percorridos por seus autores, sendo que uma investigação científica não está alienada de nossa história de vida, mas nela se integra indissolivelmente (SANTAELLA, 2001).

Confirmando essa assertiva, o desenho dessa tese de doutorado iniciou-se com a experiência docente no Curso de Gestão de Turismo da Universidade Federal do Tocantins (2008/2014), especificamente na condução da disciplina Marketing do Turismo, cujo conteúdo contemplava as implicações macro e microeconômicas do desenvolvimento turístico, do qual não se podem excluir as questões socioambientais, tão complexas quanto atuais.

Contudo, a consideração dessas questões como tema de pesquisa surgiu com o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente da UFT, em 2014, cujas leituras e discussões empreendidas permitiram conhecer e refletir sobre o problema da implantação de hidrelétricas na Amazônia e seus efeitos nas regiões em que o turismo se desenvolve a partir de praias fluviais, como nos rios Araguaia e Tocantins, apresentando-se como catalisador econômico e suscitando o recorte da pesquisa pela representação dessa atividade para as comunidades atingidas.

A temática que aborda os efeitos das hidrelétricas abrange uma gama de estudos que abarcam discussões econômicas, políticas, mercadológicas e socioambientais da produção hidroenergética no Brasil (BENINCÁ; 2010; SIEBEN, 2012; FARIA, 2004; LOCATELLI, 2014), denotando a complexidade e a amplitude de uma problemática que não pode ser compreendida senão pela interdisciplinaridade.

Analogamente, a problematização do tema turismo sustentável envolve, além de reflexões econômicas, socioculturais e ambientais, as discussões sobre sazonalidade e sustentabilidade, fatores relevantes no desenvolvimento que, no contexto do aproveitamento hidrelétrico podem sofrer significativas alterações, isso porque, assim como as ciências ambientais, o campo de estudos do lazer e do turismo é bastante amplo, pois engloba múltiplas atividades individuais e coletivas, sendo uma área que apresenta diversos problemas conceituais.

Se os impactos da implantação de hidrelétricas numa localidade podem ser claramente notados e até valorados, pois se destacam no ambiente pelo aumento do fluxo de pessoas, veículos e da movimentação do comércio, o mesmo se pode dizer dos efeitos no turismo local, com a transformação da paisagem, a mudança do perfil dos visitantes e dos hábitos de lazer e consumo dos moradores.

A percepção desses efeitos pela comunidade local compreende um processo gradual de desconstrução e reconstrução social que ocorre pela maturação das relações entre as pessoas e o lugar, criando uma nova imagem da atividade turística diante da realidade socioambiental que se lhes apresenta.

Desse modo, no turismo associado à hidrelétrica, devem ser considerados, ainda, os aspectos reais e simbólicos da relação sociedade-ambiente, bem como observar as práticas que produzem e reproduzem significados no imaginário dos atingidos por barragens.

Nesse sentido, mares, rios, lagoas, lagos e represas são signos aquáticos que ultrapassam a contemplação e o lazer, fornecendo uma referência lógica para serem compreendidos como atrativos passíveis de exploração turística, sem maiores reflexões sobre sua sustentabilidade, especialmente no contexto do uso múltiplo das águas em que se considera o turismo em lagos de reservatórios como uma alternativa de compensação aos impactos da implantação dos empreendimentos hidrelétricos.

A visão da atividade turística como alternativa de mitigação dos impactos de uma usina hidrelétrica se faz presente no discurso do empreendedor. Como se pode notar, no texto do Relatório de Impacto Ambiental-RIMA da UHE Estreito afirma-se que a formação do reservatório deve afetar intensamente duas atividades não rurais muito importantes para a região, referindo-se à extração mineral/indústria e ao turismo, apontando esse último como um fator atenuante, ou seja, como mitigador de seus efeitos.

Assim, como argumento do uso múltiplo do lago, indica-se que “[...] tendem a atuar em sentido inverso fatores tais como: (i) os usos múltiplos potenciais do reservatório, abrindo novos campos de atividade, inclusive com relação ao turismo [...]. (CNEC, 2001, p. 201).

Dentre as ações propostas no Sub-programa de Fomento às Atividades Turísticas que visa “[...] contribuir para o desenvolvimento e consolidação do turismo como importante atividade econômica na região”, o Consórcio Estreito Energia - Ceste elenca como um dos objetivos específicos desse programa divulgar as novas

condições que o reservatório oferece, destacando, mais uma vez, atividades relacionadas ao turismo: “[...] implantação de empreendimentos associados à exploração de esportes náuticos e de equipamentos de lazer – loteamentos, clubes, hotéis, pesqueiros, campings, parques, etc;”. (Idem, 2001, p. 205).

Nessa perspectiva, o imaginário turístico de uma comunidade atingida por barragem pode ser entendido como o produto das representações construídas no senso comum e do pensamento econômico-desenvolvimentista? Como a noção de turismo como elemento mitigador torna-se plausível, diante da presença do lago de um reservatório hidrelétrico como atrativo potencial?

Com o desconhecimento sobre o turismo no contexto hidrelétrico, aliado às estratégias de comunicação praticadas pelo empreendedor e o Estado, as informações circulantes na sociedade prestam-se a reforçar os aspectos positivos desse possível desenvolvimento turístico.

É nesse contexto que o imaginário turístico começa a ser delineado no seio da comunidade afetada. Se por um lado, vê-se a irreversível transformação da paisagem e do modo de vida ribeirinho, por outro, acena-se para a possibilidade de exploração econômica do lago, com o turismo náutico, substituindo o segmento de sol e praia até então praticado de forma quase que intuitiva na região, caracterizada pela sazonalidade, o amadorismo e o parco investimento público, mas que se apresentava viável para a economia local.

Nessa perspectiva, o turismo seria uma alternativa de compensação, uma vez que o lago, rompendo com a sazonalidade da extinta praia natural, se tornaria um atrativo perene, pronto para receber visitantes, independente da temporada determinada pelas vazantes do rio.

No entanto, assim como as hidrelétricas, o turismo gera impactos significativos numa região. Não raro, a presença de visitantes de poder aquisitivo superior à renda *per capita* da comunidade provoca aumento no preço dos produtos comercializados na localidade, afetando economia local. O mercado passa a oferecer os produtos de necessidade básica, nos mesmos níveis de preços das mercadorias adquiridas para atender à demanda turística, inflacionando a economia da região.

Outra característica que afeta negativamente a economia de um polo receptor é a imitação do comportamento dos turistas. Ao adquirir produtos que estão além de seu poder de compra, os moradores incorporam os hábitos ‘sofisticados’ dos

visitantes, extrapolando suas reais necessidades de consumo, criando a ilusão de status e gerando endividamento.

Assim, o turismo gera expectativas de desenvolvimento para a comunidade que passa a considerá-lo como principal meio de resgate da economia local. Isso reforça a necessidade de sistematizar suas opiniões, admitindo tais referências como um fenômeno passível de reflexão.

Nesse sentido, pode-se abstrair que o imaginário social sobre esse turismo em área de barragem começa a ser construído antes mesmo da formação do lago ou represa.

Primeiro institucionalmente, com a inclusão da atividade turística no rol das medidas alternativas aos impactos dos empreendimentos hidrelétricos, nos textos institucionais de seus EIA/RIMAs², em forma de planos ou programas. Esses documentos técnicos se configuram em dados para legitimar o argumento desenvolvimentista que predomina na política energética brasileira, e servem tanto para subsidiar o processo de licenciamento ambiental como para induzir a produção de sentido sobre o turismo como elemento mitigador.

Depois, nas audiências públicas e disseminado na comunidade atingida que, fragilizada pela situação adversa que lhe foi imposta, vê nas estruturas e equipamentos básicos doados pelos empreendedores a possibilidade de redenção socioeconômica pelo turismo. Essa expectativa pode levar as comunidades atingidas por usinas hidrelétricas a crerem num modelo de turismo que se institui espontaneamente na presença de um lago ou represa.

A Política Nacional dos Recursos Hídricos, instituída pela Lei 9.433/1997 (BRASIL, 1997) que também criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, estabeleceu os usos múltiplos da água garantindo a igualdade de direitos de utilização a todos os setores, o que permite a inclusão do Turismo como uma das formas de “[...] aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.” (Art. 12. Inciso IV).

De acordo com a Agência Nacional de Águas-ANA, a demanda por ambientes aquáticos como praias, lagos, rios e estâncias hidrominerais é crescente e tem fomentado o desenvolvimento do Turismo e lazer no Brasil, especialmente em locais com balneabilidade, atividades náuticas e aquáticas. A ANA considera que “[...] o

² Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é uma conclusão gerada a partir do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) documentos obrigatórios, conforme Resolução CONAMA Nº 001/86.

Turismo deverá se transformar em um agente de valorização e conservação do patrimônio ambiental, cultural, fortalecendo o princípio da sustentabilidade” (BRASIL, 2005, p. 1).

Para o Ministério do Meio Ambiente, o turismo baseado em recursos hídricos pode ser desenvolvido em três segmentos básicos: turismo e lazer no litoral; turismo ecológico e de pesca; e o turismo e lazer nos lagos e reservatórios interiores, segmento destacado nesta tese.

Como se pode notar, o turismo relacionado a recursos hídricos está presente no discurso das instituições públicas e privadas, mas a discussão sobre seu desenvolvimento em áreas de hidrelétricas deve ser ampliada, principalmente porque consiste numa atividade que pode gerar tantos conflitos quanto os decorrentes da construção de barragens.

Embora o turismo seja uma atividade potencialmente capaz de se desenvolver em torno de uma usina hidrelétrica, a exemplo de Itaipu, consiste num setor econômico que requer significativos investimentos em infraestrutura e capacitação, bem como planejamento, gestão e participação comunitária para alcançar índices satisfatórios de crescimento econômico e social.

Nos estudos sobre sustentabilidade turística como de Krippendorf (2003), OMT (1998), Ruschmann (2010) e Swarbrooke (2000) há um consenso de que a existência *per se* de atrativos (naturais ou artificiais) não garante sua introdução e sustentabilidade, pois o turismo sustentável, de base local, envolve a comunidade valorizando as características culturais, as festas populares, o artesanato, as feiras, promovendo a fixação dos moradores com a melhoria das condições de vida, ou seja, agregando uma série de atributos para atrair turistas para o lugar.

Como assinala Alban (2006), está completamente equivocada a ideia de que no Brasil o turismo é uma rota de desenvolvimento natural e fácil, mas é nessa lógica capitalista que a noção do turismo como mitigador dos efeitos de uma hidrelétrica ganha força no pensamento social, pois como entendem Gravari-Barbas e Graburn (2012), o imaginário extrapola o âmbito do turismo para modelar os espaços seus de referência, seus moradores e os sentidos que eles lhes atribuem.

Como uma atividade potencialmente capaz de contribuir com o crescimento socioeconômico de uma localidade, o turismo pode ser apontado como alternativa para compensar os impactos das hidrelétricas, principalmente na perspectiva do uso múltiplo dos reservatórios, mas quando o turismo já se desenvolve na região afetada

pelo empreendimento, essa lógica se inverte, pois a consequência direta da inundação permanente dos atrativos naturais é a desestruturação dessa atividade. Mas será que isso é levado em conta, quando se aponta o turismo como alternativa de mitigação para os efeitos da implantação de uma hidrelétrica?

No contexto geral, leva-se a crer que não, pois todo destino/atrativo turístico possui um ciclo de vida com diversas fases que permitem identificar, numa escala de tempo, seu estágio de desenvolvimento. Desse modo, dependendo da fase em que se encontrava o turismo quando a hidrelétrica o interrompeu, seu potencial mitigador estaria comprometido pelo declínio precoce do atrativo.

Todavia, ainda se pode alimentar o imaginário com signos de compensação, pois mesmo com a retração econômica após o término da obra, pode-se despertar a visitação técnico-científica da própria estrutura hidrelétrica, dos recursos naturais de seu entorno e das áreas preservadas, além do próprio lago do reservatório depois de sua urbanização, sendo potenciais fatores de atratividade.

Contudo, o planejamento de destinos turísticos implica mudanças na vida de milhares de pessoas e exige a condução de uma multiplicidade de informações para propor ações capazes de promover o desenvolvimento da comunidade e garantir o retorno dos investimentos públicos e privados. Isso vai além do fornecimento de infraestrutura e equipamentos de lazer construídos pelos empreendedores como contrapartida da descaracterização da paisagem natural.

O turismo consiste num setor econômico que requer significativos investimentos em infraestrutura e capacitação, bem como planejamento, gestão e participação comunitária para alcançar índices sustentáveis de crescimento econômico e social, pois se trata de uma atividade econômica multissetorial com reflexos socioculturais e ambientais, cujo fomento está condicionado a inúmeras características e potencialidades para transformar um lugar em atrativo.

Trata-se de uma atividade que transcende as relações econômicas e, ao promover a interação entre pessoas e lugares, torna-se um fenômeno sociocultural produzindo signos no imaginário social. Por seu protagonismo econômico, em inúmeras localidades figura entre as atividades mais promissoras do mundo cuja sustentabilidade está diretamente associada à conservação do ambiente e da cultura local, matérias-primas para o seu desenvolvimento.

No contexto de um modelo de expansão hidroenergético, em que o turismo sazonal de praias fluviais parece diante da extinção dos atrativos naturais para abrigar

lagos de reservatórios hidrelétricos, as populações atingidas por esses empreendimentos passam a vivenciar os efeitos da desarticulação de suas culturas tradicionais. A descaracterização da paisagem e do modo de vida ribeirinho provocam impactos ambientais e socioculturais cujas representações podem revelar como esses efeitos afetam a sustentabilidade turística local.

Seja como atividade econômica ou fenômeno sociocultural, a atividade turística possui sentidos e significados para comunidades e visitantes, conduzindo suas relações.

Assim, o imaginário sobre um destino turístico não se limita à sua concretude físico-paisagística, pois compreende elementos intangíveis que atribuem valores e significados à atividade turística, estabelecendo relações de sentido entre os atores sociais. Se o fenômeno do turismo já suscita discussões pelos impactos de seus serviços interferindo sobremaneira na dinâmica ambiental e socioeconômica de uma localidade, seu desenvolvimento em área de barragem requer um olhar mais criterioso, especialmente quando se encontra estabelecido e representa a principal fonte de economia local.

Considerando que nas representações gerais de turismo se reflete um pensamento econômico-desenvolvimentista que muitas vezes negligencia os aspectos socioculturais, sua sustentabilidade em áreas atingidas por empreendimentos hidrelétricos suscita uma discussão que se entende tão pertinente quanto viável, no âmbito das questões ambientais contemporâneas.

Questões essas contempladas na linha de pesquisa Natureza, Cultura e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins – PGCIAMB que, abraçando a interdisciplinaridade como premissa, fomenta a produção de conhecimento sobre as problemáticas que subjazem à expansão das hidrelétricas no Brasil.

Apesar da profícua produção científica sobre os efeitos das hidrelétricas na região amazônica (FEARNSIDE, 2015); (JUNK; MELLO, 1990); (RODRIGUES, 2013); (SILVEIRA, 2016), ainda são incipientes as investigações sobre o desenvolvimento do turismo no contexto pós-barragem e suas representações sociais, notadamente no Estado do Tocantins onde as concepções e práticas turísticas estão por revelar-se aos diversos olhares acadêmicos que buscam ampliar o debate sobre a sustentabilidade turística em ambientes alterados por esses empreendimentos hidrelétricos.

Assim, pensar o turismo de praias fluviais em áreas de barragens implica compreender como as transformações econômicas, políticas, sociais e ambientais da implantação de uma hidrelétrica são caracterizadas pelos atingidos, produzindo uma representação social que se constitui numa dimensão simbólica do desenvolvimento turístico local.

Como tema passível de investigação, essas representações sociais se inserem no âmbito das questões simbólicas relacionadas à implantação de hidrelétricas na Amazônia Legal, especificamente na região do médio Rio Tocantins, onde as condições de vida da população ribeirinha são visivelmente precárias, porquanto socioambientalmente frágeis para enfrentar os impactos decorrentes do modelo hidroenergético brasileiro.

Nessa perspectiva, essa tese partiu do seguinte questionamento: diante das transformações socioambientais decorrentes da Usina Hidrelétrica Estreito, empreendimento administrado pelo Ceste, como os barqueiros da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia-ABBTO representam o turismo local no contexto pós-barragem?

Para responder a essa problemática, tomada como tópico-guia, adotou-se uma postura interdisciplinar de modo a contemplar os múltiplos aspectos envolvidos na construção dessas representações sociais, visando compreender como os barqueiros dessa comunidade estão lidando com as questões do seu mundo social após a presença do lago da barragem.

Para alcançar tal propósito, partiu-se da hipótese de que, no contexto dos efeitos gerados pela Usina Hidrelétrica Estreito, a nova dinâmica turística não se reverteu em alternativa de mitigação, pois ao provocar a descaracterização do lugar e do modo de vida ribeirinho, a usina desarticulou toda a cadeia de relações que sustentava o turismo local, baseado na sazonalidade das praias fluviais do rio Tocantins.

Como hipótese secundária tem-se que o turismo de base local, anteriormente praticado na região, mesmo gerando impactos ambientais durante a temporada de praias sazonais, estes seriam incomparáveis aos irreversíveis danos provocados pela hidrelétrica.

Nesses termos, o objetivo geral desta tese é demonstrar, a partir das representações dos barqueiros atingidos pela Usina Hidrelétrica Estreito no município de Babaçulândia (TO), a insustentabilidade da atividade turística local, após a formação do lago do reservatório do empreendimento, desconstruindo, assim, o

pressuposto do turismo como mitigador dos efeitos socioambientais da usina no município.

Nessa perspectiva, adotou-se uma abordagem qualitativa em que “[...] o pesquisador procura reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, usando a lógica da análise fenomenológica, isto é, da compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação” (TEIXEIRA, 2006, p. 137), priorizando o conhecimento dos lugares e dos fatos informados pelos sujeitos da pesquisa.

Como ressalta Chizzotti (2001, p.79):

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado.

Neste típico estudo de natureza exploratória e interdisciplinar, buscou-se compreender os sentidos e significados da atividade turística entre os barqueiros da cidade para “[...] aumentar a compreensão de um fenômeno ainda pouco conhecido, ou de um problema de pesquisa ainda não perfeitamente delineado” (APPOLINÁRIO, 2011, p. 75), qual seja a questão da sustentabilidade turística no âmbito da expansão hidrelétrica, pois como reforça Severino (2007, p. 123-4), “[...] a pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”.

Para tanto, além da pesquisa bibliográfica com o aporte teórico-conceitual da Teoria das Representações Sociais, do turismo sustentável, da análise documental do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental EIA/RIMA da Usina Hidrelétrica Estreito (CNEC, 2001) e das atas da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia, foram consultadas matérias jornalísticas veiculadas sobre o assunto.

Simultaneamente, empreendeu-se uma pesquisa de campo, iniciada em março de 2015 e que se estendeu até outubro de 2017. Nessa pesquisa *ex-post-facto*, quando os dados são coletados após ocorrência do fato representado (o turismo em Babaçulândia), pode-se evidenciar a relação entre uma causa (a implantação da UHEE) e seus efeitos (a descaracterização da paisagem e do modo de vida ribeirinho, declínio do turismo, obsolescência dos barqueiros).

Para Fonseca (2002, p. 32),

A principal característica deste tipo de pesquisa é o fato de os dados serem coletados após a ocorrência dos eventos. A pesquisa *ex-post-facto* é utilizada quando há impossibilidade de aplicação da pesquisa experimental, pelo fato de nem sempre ser possível manipular as variáveis necessárias para o estudo da causa e do seu efeito.

Esse modo de investigação que busca informações diretamente numa população pesquisada exige o contato imediato do pesquisador com o local da ocorrência do fenômeno a ser observado, permitindo-o observar e coletar diretamente os dados a serem documentados e analisados (GONSALVES, 2001).

Sobre o campo do estudo cabe registrar a receptividade por parte da comunidade de Babaçulândia, pois o acesso ao grupo pesquisado ocorreu de forma bastante natural desde as primeiras visitas à cidade, quando os moradores se apresentaram solícitos e interessados em colaborar com a pesquisa, evidenciando um desejo latente de dar eco às suas opiniões.

Uma estratégia de aproximação que se mostrou bastante eficaz foi estar na companhia de um dos membros da Associação de Barqueiros de Babaçulândia, o então presidente da entidade, Sebastião de Souza Neto que, voluntária e gentilmente, se dispôs a acompanhar a pesquisadora em todas as visitas, atuando como guia e facilitando o acesso aos demais colegas.

Tanto foi o empenho desse barqueiro na coleta dos depoimentos que, por diversas ocasiões, Sebastião se referia à pesquisa como “[...] esse nosso trabalho”, denotando não somente seu empenho em colaborar, mas, sobretudo, a esperança de que esse estudo possa, de alguma forma, contribuir para uma mudança na precária situação desse grupo de atingidos. Para o seu Tião, como é carinhosamente tratado pelos outros barqueiros:

Foi muito bom fazer esse trabalho, porque tinha tempo que não via os colegas espalhados e não podiam nem vim pra reuniões da Associação. Assim a gente se encontra de novo. Porque antes da barragem, era todo mundo junto ali na beira do rio. Um ajudava o outro e todo mundo era unido. Não tinha tempo ruim. (SOUZA NETO, 2017, entrevista³).

³ Entrevista concedida em 14 de outubro de 2017.

Logo nas primeiras visitas à Babaçulândia, em fevereiro de 2015, num contato inicial com os moradores, percebeu-se uma insatisfação geral com as condições econômicas e socioambientais da cidade, notadamente depois da formação do lago da UHE Estreito que provocou a desestruturação do turismo sazonal apontado pela comunidade como um importante vetor de desenvolvimento local.

Diante dos primeiros relatos e, constatando-se a descaracterização da paisagem natural, a inundação permanente da praia, a urbanização da orla, a estagnação do comércio e a desterritorialização dos ribeirinhos, tornou-se plausível construir a hipótese do lago como fator de insustentabilidade turística. Contudo, essa tese tomou forma com a evidente condição de exclusão socioeconômica dos barqueiros da cidade, cujas representações são consideradas uma dimensão simbólica dessa insustentabilidade.

Em se tratando de uma pesquisa qualitativa e crítica de caráter interdisciplinar cujo tema relaciona hidrelétrica, turismo sustentável e representações sociais, adotou-se uma estratégia multimétodos, combinando observação assistemática, história oral e conversas qualificadas na coleta dos dados, posteriormente analisados sob a ótica da Teoria das Representações Sociais.

Pesquisar é observar para compreender uma dada realidade e, na pesquisa qualitativa, o tipo de observação que prevalece é a assistemática, aquela que permite o registro do fenômeno simultaneamente à sua ocorrência, sendo típica dos estudos exploratórios, uma vez que não exige um planejamento prévio ou controle de variáveis, mas requer um olhar criterioso do pesquisador para evitar o registro equivocado dos dados. Como expõe Gil (2008, p. 16):

O método observacional é um dos mais utilizados nas ciências sociais e apresenta alguns aspectos curiosos. Por outro lado, pode ser considerado como o mais primitivo, e conseqüentemente[sic] o mais impreciso. Mas, por outro lado, pode ser tido como um dos mais modernos, visto ser o que possibilita o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais.

Assim, a observação assistemática foi utilizada na fase inicial da investigação visando tanto familiarizar o pesquisador com a área do estudo pelo reconhecimento do ambiente, como auxiliar na construção da hipótese do trabalho e sua contextualização.

Nesse intento, os participantes foram motivados a expressar-se acerca do desenvolvimento turístico atual, ancorando-se nas suas próprias vivências e na conjuntura socioeconômica do município, antes e depois da formação do lago da UHE Estreito, para expor suas representações e realizar objetivações com imagens das práticas sociais anteriores, projetando expectativas para, com base nesses saberes, representar o turismo local.

Com a frequência das visitas, que passaram de mensais a semanais, criou-se um laço de confiança e amizade com os barqueiros e seus familiares, de tal forma que as entrevistas com respostas curtas e monossilábicas foram dando lugar a longas conversas regadas a café, com direito a visitas não programadas a hortas e quintais, especialmente do barqueiro Raimundo, repleto de cajus, limões, goiabas.

Bosi (1994, p. 37) compreende que “[...] esse vínculo não traduz apenas uma simpatia espontânea que se foi desenvolvendo durante a pesquisa, mas resulta de um amadurecimento de quem deseja compreender a própria vida revelada do sujeito.”

Esse clima aproximativo foi de grande valia para consolidar a relação entre pesquisador e sujeitos da pesquisa, pois não somente propiciou a produção espontânea de material para análise, mas serviu para reconhecer que a história de vida de cada participante, bem seus modos de expressão, muitas vezes se sobrepõe aos objetivos e interesses do estudo e que é preciso mais que um roteiro de entrevistas para compreender como a realidade pode extrapolar uma questão social cientificamente problematizada.

Nesse sentido, memória e oralidade se fundem para iluminar os caminhos da pesquisa, tornando evidentes possíveis equívocos e ideias pré-concebidas do pesquisador, pois a vivência dos barqueiros, mais do que confirmar ou refutar as referências teóricas do estudo, deixou uma marca indelével na vida desta pesquisadora, especialmente por ser estreante no contato com comunidades tradicionais, em que a oralidade se impõe como meio de transmissão de saberes e culturas, elementos essenciais na construção de suas histórias.

Assim, relacionando o antes e o depois, os entrevistados reconstituem suas memórias de vida e do lugar. Quando uma pessoa é solicitada a discorrer sobre sua história de vida ou do lugar vivido, ela o faz pela memória, situando os momentos numa escala tempo-lugar, significando-os conforme suas emoções, mas essa memória não é produto somente das suas vivências individuais, mas também das

experiências adquiridas no seu meio social, numa construção do reconhecimento de um determinado conceito pelo grupo.

É nesse contexto que ocorrem os processos de ancoragem e objetivação, mecanismos fundamentais dos quais resultam as representações sociais, as quais são elaboradas no contexto grupal em que o indivíduo está vinculado. Pela objetivação, o agente social cria uma resposta material para as imagens criadas por ele e, a partir da realidade exterior e pela ancoragem, transforma o objeto social em algo que esteja ao seu alcance. Assim, conforme o processo de construção social da memória coletiva,

[...] se a nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na de outros, nossa confiança na exatidão de nossa recordação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada não apenas pela mesma pessoa, mas por muitas. (HALBWACHS, 2006, p. 29).

Ferreira (2002) reforça que no campo da História Oral há duas vertentes que não são antagônicas e até se entrecruzam em algum ponto, mas têm sido trabalhadas de diferentes abordagens: a primeira trata os depoimentos orais como forma de preencher as lacunas das fontes escritas, estratégia de pesquisa frequentemente aplicada aos estudos das elites, das políticas públicas e da recuperação da trajetória dos grupos excluídos, cujas fontes são precárias; a segunda abordagem privilegia o estudo das representações, centrando-se nas relações entre memória e história para promover uma discussão mais apurada dos usos políticos do passado.

A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente[sic] e das necessidades do presente. (FERREIRA, 2002, p. 321).

Nesse sentido, esse estudo situa-se na intersecção dessas abordagens, pois ao mesmo tempo em que se depara com a escassez de registros históricos e estatísticos sobre o turismo no local, vale-se das fontes orais para obtê-los, investigando suas representações.

Como explica Ferreira (2002, p. 327), “[...] na recuperação da história dos excluídos, os depoimentos orais podem servir não apenas a objetivos acadêmicos,

como também constituir-se em instrumentos de construção de identidade e de transformação social”.

Desse modo, corroborando a teoria moscoviciana de que as representações sociais são uma prévia da ação que guia comportamentos, remodela e reconstitui os elementos do meio ambiente para nele atuar, a adoção da história oral nesta pesquisa com atingidos por barragem, se justifica no pensamento de Thompson (1992, p. 33) quando afirma que:

[...] a história oral, mais do que lhes propiciar novos contatos sociais e, às vezes, levar a amizades duradouras, pode prestar-lhes um inestimável serviço. Muito frequentemente ignoradas, e fragilizadas economicamente, podem adquirir dignidade e sentido de finalidade ao rememorarem a própria vida e fornecerem informações valiosas a uma geração mais jovem.

Ainda sobre essa perspectiva Portelli (1997, p. 16-17) afirma que a tendência da História Oral é representar a realidade como um mosaico em que as diferentes partes são reunidas em um todo coerente, sendo, portanto, uma representação bem mais realista da sociedade.

Para Thompson (1992), a relevância do emprego da história oral em pesquisas dessa natureza reside no fato de que essa metodologia consiste numa fonte análoga a uma autobiografia publicada, porém com maior alcance, pois como afirma Portelli (1997, p. 26), “[...] a História Oral verdadeiramente nos permite acesso a uma grande quantidade de fatos possíveis de verificação” de modo que as fontes orais não são simplesmente elementos de consulta, mas meios de se produzir/reprodução de representações.

Portelli (1997, p. 15) compreende a História Oral como sendo “[...] uma ciência e arte do indivíduo” que busca aprofundar-se nos padrões culturais, nas estruturas sociais e nos processos históricos mediante conversas sobre a experiência e a memória das pessoas, bem como sobre seus impactos na vida de cada uma delas.

Assim, “[...] como um método de pesquisa que produz uma fonte especial” a história oral apresenta-se como importante instrumento para buscar uma “[...] melhor compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos nas diferentes sociedades” (FERREIRA, 2002, p. 330).

No âmbito das fontes orais, as conversas qualificadas são consideradas como:

[...] um esforço no processo de democratização e nivelamento dos sujeitos envolvidos na construção coletiva do conhecimento. [...] Tais conversas são definidas como qualificadas por serem derivadas de pessoas interessadas, que possuem reciprocidade na ação de falar e ouvir. (CARDIN, 2009, p. 12-17).

Nessa concepção, para atender ao objetivo geral da pesquisa de evidenciar elementos de insustentabilidade turística nas representações sociais dos barqueiros, foi definido um tópico-guia com a seguinte questão: diante das transformações socioambientais provocadas pela UHE Estreito em Babaçulândia, como tem se desenvolvido a atividade turística na cidade?

O roteiro da entrevista foi elaborado de modo que os participantes pudessem falar livremente sobre o cotidiano na beira do rio, antes e depois do represamento, com intervenções do pesquisador quando necessitasse esclarecer detalhes ou omissões, finalizando com a solicitação de opinião específica sobre o desenvolvimento do turismo depois da formação do lago.

Na descrição de Manzini (2012, p. 150):

A entrevista semiestruturada tem como característica um roteiro com perguntas abertas e é indicada para estudar um fenômeno com uma população específica: grupo de professores; grupo de alunos; grupo de enfermeiras, etc. Deve existir flexibilidade na sequência da apresentação das perguntas ao entrevistado e o entrevistador pode realizar perguntas complementares para entender melhor o fenômeno em pauta.

Desse modo, a pergunta aberta foi exposta durante as conversas qualificadas ocorridas em locais definidos pelos entrevistados, em suas próprias residências ou locais por eles indicados, permitindo observar suas condições de vida e captar as emoções dos relatos, de modo a compreender sob que circunstâncias as representações estavam sendo elaboradas.

De acordo com Oliveira (2004), as pesquisas que estudam os fenômenos sociais sob a ótica das representações têm-se empenhado em compreendê-las em sua lógica cognitiva, tentando mensurar seus impactos no meio social e, para alcançar tal propósito podem ser aplicadas diversas técnicas para identificar as representações que um determinado grupo atribui a um objeto.

No entanto, é preciso um esforço maior de interpretação para explicar as relações lógicas entre o grupo, suas práticas e suas representações. Afinal, como sustenta Abric (1996, p. 9-10),

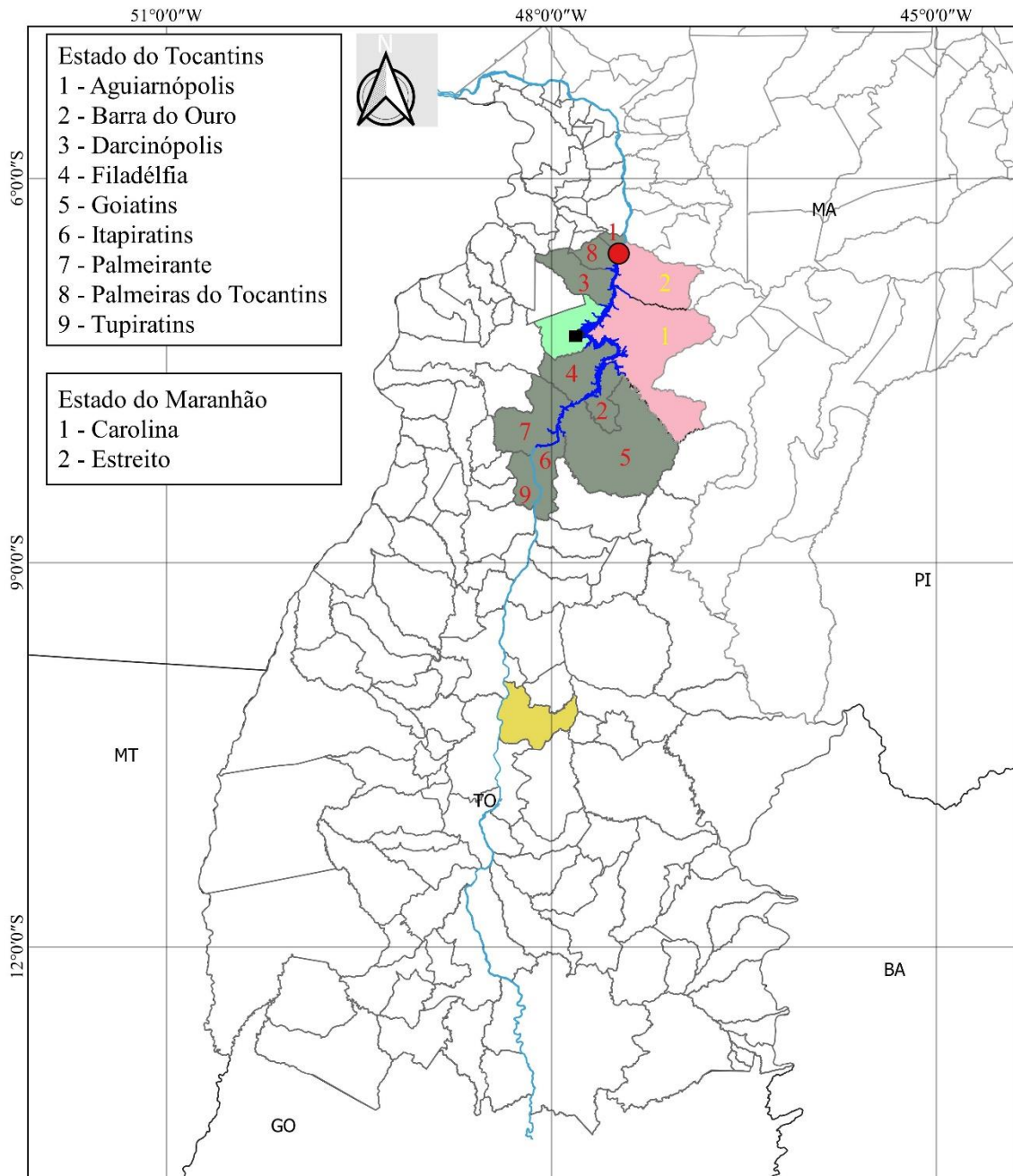
[...] a análise científica das mentalidades e práticas sociais será um dos elementos indispensáveis à evolução e ao progresso social. Nesse sentido, a Teoria das Representações Sociais constitui, hoje, um sistema teórico particularmente importante para atingir esse objetivo, pois uma das vantagens da perspectiva das Representações Sociais é que ela se nutre de abordagens diversas e complementares: estruturais, por certo, mas igualmente etnológicas e antropológicas, sociológicas e históricas.

Assim, uma vez delineada as lentes que apreendem os sujeitos dessa pesquisa, no próximo tópico descortina-se seu espaço de representação.

2.2 Área do estudo

Às margens do Rio Tocantins, Babaçulândia localiza-se na região norte do Estado do Tocantins (Latitude 7° 12' 17" Sul e Longitude 47° 45' 25" Oeste), a 435 km de Palmas, a capital, ocupando uma área de 1.788 Km². Situa-se numa altitude 178m, no bioma Cerrado, clima úmido e moderada deficiência hídrica, com médias pluviométricas de 1.600mm anuais. Babaçulândia limita-se ao norte com os municípios de Darcinópolis e Wanderlândia, a oeste com o município de Araguaína, ao sul com o município de Filadélfia e, ao leste, com o Rio Tocantins, divisa natural com o Estado do Maranhão. (TOCANTINS, 2015).

Figura 1 - Localização geográfica de Babaçulândia-TO no rio Tocantins com a área inundada pela UHEE (Adaptado)



- Estado do Tocantins**
- 1 - Aguiarnópolis
 - 2 - Barra do Ouro
 - 3 - Darcinópolis
 - 4 - Filadélfia
 - 5 - Goiatins
 - 6 - Itapiratins
 - 7 - Palmeirante
 - 8 - Palmeiras do Tocantins
 - 9 - Tupiratins

- Estado do Maranhão**
- 1 - Carolina
 - 2 - Estreito

LEGENDA

Área Urbana	Palmas
Barragem UHE Estreito	Municípios do TO
Rio Tocantins	Municípios Atingidos UHE - TO
Lago UHE Estreito	Municípios Atingidos UHE - MA
Babaçulândia	U.F.

Escala

0 100 200 km

Fonte: SEPLAN-TO (2012);
(IBGE-2010);Projeção/DATUM:SAD-69;
Elaboração Gráfica: FRANÇA, Andison
(06/18)

O município foi criado em julho de 1926, a partir da fixação de moradores na margem esquerda do médio Rio Tocantins, originado de um povoado que recebeu o nome de Nova Aurora do Côco, antes subordinado à Boa Vista do Tocantins, atualmente Tocantinópolis.

Seus primeiros habitantes foram os maranhenses atraídos pela atividade extrativista de óleo do coco-babaçu que, abundante na região, acabou por nomear a cidade de Babaçulândia, em 1938. Em 23 de junho de 1953, foi elevada à categoria de município, instalado em 1º de janeiro de 1954.

Com uma população de 10.424 habitantes (TOCANTINS, 2015), sendo 4.929 na área urbana e 5.495 na zona rural, em 2010 Babaçulândia apresentava um Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM de 0,642, considerado médio, o colocando na 65ª posição no ranking dos municípios do Estado do Tocantins (BRASIL, 2013a).

De acordo com o Índice de Gini⁴, o grau de desigualdade social do município de Babaçulândia é de 0,42, o que representa alta disparidade entre as classes, cuja incidência de pobreza atinge 31,74% da população, sendo que o nível de pobreza subjetiva alcança 40,78%, ou seja, aquela que considera outros fatores além da renda. (BRASIL, 2003).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2008), o saneamento básico do município é quase inexistente, assim como no Estado do Tocantins em geral, pois dos 1.559 domicílios com abastecimento de água, somente 1.379 são ativos. São distribuídos diariamente 600 m³ de água tratada com simples desinfecção (cloração e outros). Não há rede de esgoto e o serviço de manejo de resíduos sólidos é executado pela prefeitura. Faltam planos diretores para o desenvolvimento urbano, de saneamento básico, de recursos hídricos e de abastecimento de água.

Babaçulândia conta cinco estabelecimentos de saúde pública municipais, sendo quatro unidades de assistência ambulatorial, com atendimento médico em especialidades básicas e três com serviços odontológicos e apenas uma unidade com atendimento de emergência clínica, sem internação (BRASIL, 2009).

⁴ Indicador de desigualdade social criado pelo matemático italiano Conrado Gini para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero corresponde à igualdade, quando todos possuem a mesma renda. O valor um (ou cem) representa o extremo oposto, quando apenas uma pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini compara os 20% mais pobres com os 20% mais ricos.

Na área da educação, a cidade de Babaçulândia não possui instituição de ensino superior, mas há duas escolas públicas estaduais de ensino médio e oito de ensino fundamental, sendo que dessas, três são estaduais e cinco municipais. Conta ainda com cinco unidades de ensino pré-escolar municipais e uma creche, não havendo registro de escolas privadas nem públicas de nível federal, para nenhuma das faixas de ensino. (BRASIL, 2012).

No Cadastro Central de Empresas (BRASIL, 2013), o município registra 55 estabelecimentos comerciais que empregam 756 pessoas, das quais 716 com salário médio mensal de 1,5 salários mínimos, e segundo dados da Prefeitura Municipal, em 2017, o município possui 2 postos de atendimento bancário, 1 agência postal, 1 agência lotérica, 8 supermercados/mercearias, 3 farmácias, 2 estabelecimentos para hospedagem (1 hotel e 1 pousada) e 25 bares e 4 restaurantes.

O PIB do município de Babaçulândia, a preços correntes (em 2015), é da ordem de R\$ 84.765.000,00 e a renda *per capita* de R\$ 7.907,20. O setor público contribui com R\$ 47.510.000,00, o que equivale a 56% do PIB. O segmento agropecuário colabora com R\$ 22.746.000,00 e o setor industrial com R\$ 3.459.000,00. (BRASIL, 2013b). A cidade não possui agências bancárias, sendo o movimento financeiro realizado pela Agência dos Correios e casa lotérica. (TOCANTINS, 2015).

Esses dados, predominantemente quantitativos, não abarcam todas as dimensões da realidade local, principalmente em relação às práticas de lazer e turismo nas praias temporárias do rio Tocantins, importantes atividades para o desenvolvimento socioeconômico do município que foram significativamente afetadas pela Usina Hidrelétrica Estreito, pois como afirmam Bauer; Gaskell; Allum (2002, p. 24), na pesquisa qualitativa “não há quantificação sem qualificação”.

Nesse sentido, faz-se necessário situar o município de Babaçulândia no contexto do turismo regional: no Estado do Tocantins há sete regiões turísticas que abrangem 42 cidades: Bico do Papagaio (9); Encantos do Jalapão (4); Ilha do Bananal (4); Lagos e Praias do Cantão (3); Serras e Lago (7); Serras Gerais (8); e Vale dos Grandes Rios (7).

Babaçulândia integra a região turística denominada Vale dos Grandes Rios (Araguaia e Tocantins) que abrange os municípios da região norte do Estado do Tocantins – Araguaína, Araguanã, Babaçulândia, Filadélfia, Pau D'arco, Wanderlândia e Xambioá.

Para a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado – SEPLAN Babaçulândia está classificada no segmento do turismo de sol e praia (TOCANTINS, 2015) e a inserção do município no Mapa das Regiões Turísticas do Estado do Tocantins⁵ deve-se por sua localização à margem esquerda do médio rio Tocantins, área de praias fluviais onde, há décadas, ocorrem práticas amadoras de lazer e turismo.

Brito (2011) afirma que as praias fluviais representam as principais formas de lazer no Estado do Tocantins e referem-se a um tipo de empreendimento caracterizado pela apropriação das margens dos rios por parte do poder público municipal e/ou estadual para a implantação de uma infraestrutura com bares e restaurantes, banheiros, palcos para shows e quadras esportivas com a finalidade de propiciar entretenimento a visitantes em ambiente ribeirinho.

A apropriação turística dessas áreas, consequência de um fenômeno natural surgido anualmente com a vazão das águas do Tocantins, coincide com a temporada de verão e das férias escolares do mês julho. Essas praias temporárias se transformam em verdadeiros territórios de lazer, impulsionando o turismo regional, marcado pela sazonalidade.

A cidade de Babaçulândia encontra-se na área de abrangência da UHE Estreito, a 60 km de Araguaína-TO, um vetor econômico da região Norte do País e principal emissor de turistas que anualmente povoavam o atrativo da região, agora imerso pelo barramento do Rio Tocantins que impôs novos contornos ao turismo local.

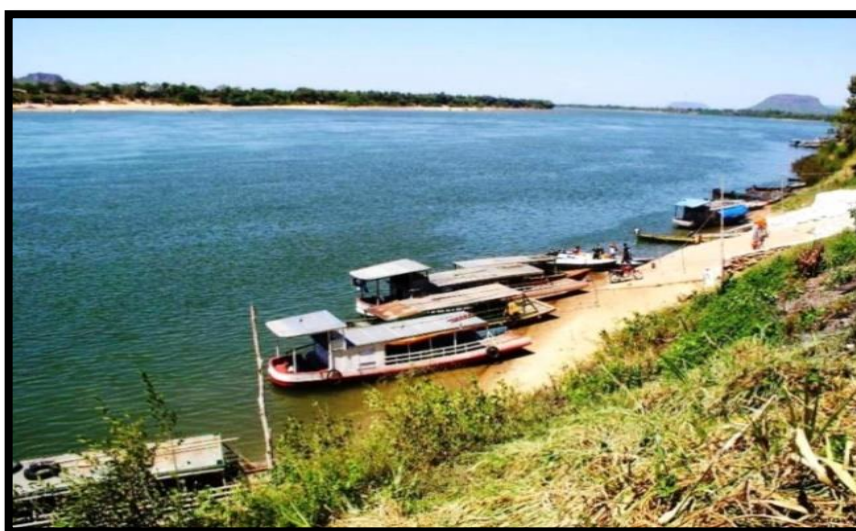
Por sua localização estratégica de entroncamento rodoviário e pujança econômica, Araguaína tornou-se naturalmente um polo emissor de turistas para os outros sete municípios, bem como polo receptor para si e para os demais por fornecer uma infraestrutura necessária ao turismo regional com estabelecimentos de hospedagem e alimentação em quantidade e qualidade suficientes para atender à demanda regional.

Essa influência econômica contribuía significativamente para o desenvolvimento turístico de Babaçulândia, mas com a formação do lago da UHE Estreito essa relação se desequilibrou, desfavorecendo esse polo receptor que perdeu seu principal atrativo, a Praia do Coco, destino anual de milhares de turistas que acampavam na região durante a temporada de praias fluviais do rio Tocantins,

⁵ Trata-se de uma tabela eletrônica interativa disponível no site do Ministério do Turismo (BRASIL, 2015).

utilizando os rústicos serviços e equipamentos locais dos barqueiros, barraqueiros, pequenos produtores rurais, donos de estacionamentos diversos em terrenos privados na cidade, gerando renda para a população local.

Figura 2 - Antiga Praia do Coco na margem oposta à rampa ao porto de Babaçulândia



Fonte: Portal Férias (MEDEIROS, S/D)

Desde a construção da UHE Estreito (MA/TO) a população de Babaçulândia-TO, tem enfrentado as transformações ambientais, econômicas e sociais que alteraram significativamente sua relação com o rio, os modos de vivê-lo e percebê-lo, especialmente com a perda da Praia do Coco que movimentava o turismo sazonal, gerando renda e sustentabilidade à economia local.

A sazonalidade que, via de regra, desfavorece os destinos turísticos na baixa temporada, na localidade em estudo era sinônimo de diversificação econômica, já que permitia a alternância de práticas econômicas como a agricultura familiar e a pesca. Como relata um barqueiro,

Com o turismo, por assim dizer, nós gerava a renda e tinha as coisas pra atrair o turismo, né? Por exemplo, nós tinha os barco e os turistas vinham por causa da praia que só chegava de barco, mas nós tinha a melancia, nós tinha o feijão, nós tinha a abóbora, nós tinha tudo. Uma atividade compensava a outra, mas na temporada de praia era maior a renda. Era tudo ligado. (B10, entrevistado em 09/10/2015).

Na condição de município atingido por hidrelétrica, a comunidade vive uma transição de segmentos turísticos, passando do turismo de sol e praia que ocorria no ambiente natural do rio, para o turismo náutico, característico das praias artificiais, em

orlas urbanizadas por empreendimentos hidrelétricos.

Essa nova realidade tem contribuído para uma mudança no padrão de vida local, não se revertendo em vantagem para a comunidade, tão inapta quanto desfamiliarizada com a nova modalidade que requer, além do atrativo, serviços qualificados e equipamentos sofisticados para atender a uma demanda diferente da que buscava a rusticidade numa população envolvida e receptiva.

Para Magalhães Filho, Vergara e Rodrigues (2012), ao contrário do que preconizavam os empreendedores, o que ocorreu foi uma queda drástica na atividade turística das cidades atingidas pela UHE Estreito, devido a problemas como a baixa qualidade da água, desequilíbrio ecológico (explosão populacional de peixes como a piranha) e a não adaptação da população à infraestrutura instalada.

Os autores concluíram que, para Babaçulândia, a implantação da UHE Estreito gerou, além de imensurável perda simbólica, danos financeiros superiores aos investimentos, comprometendo seu desenvolvimento socioeconômico.

2.3 Os Sujeitos da Pesquisa

De acordo com Bauer e Gaskell (2002), para qualificar um grupo como representante na pesquisa social basta o seu reconhecimento pelo pesquisador. Assim, a escolha dos barqueiros, dentre outros atingidos na comunidade (pescadores, reassentados, vazanteiros, barraqueiros), deu-se em razão de seu protagonismo e dependência socioeconômica da atividade turística, sendo o grupo que mais forneceu informações sobre o turismo local pré e pós-represamento do rio, durante as visitas ao campo de pesquisa e também pela evidente necessidade de buscar caminhos para a reinserção desse grupo na nova dinâmica turística do lago.

Como exposto no texto introdutório do trabalho, o tema e o problema desta pesquisa de representação social estão relacionados à questão da sustentabilidade turística numa área afetada por hidrelétrica, tendo o município de Babaçulândia-TO como campo social da pesquisa e os membros da Associação de Barqueiros da cidade como os atores sociais dos quais foram abstraídas as representações sobre o turismo local.

Nesse sentido, entende-se como primordial a definição de critérios para selecionar os sujeitos que compuseram o universo da pesquisa, uma vez que

interferem diretamente na qualidade das informações que se constituíram em matéria-prima para a construção da análise, permitindo ampliar a compreensão do problema.

Com explica (DUARTE, 2002, p. 143-144),

Numa metodologia de base qualitativa o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas dificilmente pode ser determinado a priori – tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações.

Nas representações sociais, o discurso individual não exprime apenas uma opinião particular do sujeito, mas também o que existe de coletivo nesse pensamento, concebido a partir da sua posição no meio social.

Retomando o que foi dito no capítulo 4, a análise dessas representações orienta-se pela tentativa de compreender a construção discursiva do saber sobre o turismo local, buscando revelar as mediações socioculturais que influenciam os discursos, pois como ressalta Orlandi (1996, p. 26), o discurso não é um simples transmissor de informações, mas produz efeitos de sentidos entre interlocutores: “[...] Quando se diz algo, alguém o diz de algum lugar da sociedade para outro alguém também de algum lugar da sociedade e isso faz parte da significação”.

Portanto, o depoimento de um barqueiro, integrante de uma categoria que era diretamente ligada à atividade turística local, revela-se significativo para compreender o sentido do turismo para essa comunidade, pois a sua posição social diante do processo de transformação socioeconômica projeta os discursos dos demais grupos atingidos, já que sua experiência pessoal é compartilhada coletivamente.

Assim, vale destacar que:

De modo geral, nas pesquisas com entrevistas, não se objetiva mostrar a percepção do coletivo, como uma síntese, uma voz única, mas expor as semelhanças individuais que reforçam a ideia de traços comuns, a vida inserida no social, sem negar o característico do singular. (SOUZA; CRIPPA, 2010, p. 77).

Para os objetivos deste estudo, focado em identificar e apresentar as representações dos barqueiros como indicadores da insustentabilidade turística local, esses barqueiros qualificam-se como capazes de construir elementos plausíveis para tal argumentação, pois participaram ativamente das atividades socioeconômicas da região, notadamente o turismo, desarticulado na cadeia de relações que o sustentava.

Ao estudar o processo de reterritorialização sofrido pelos barqueiros de Babaçulândia após a implantação da UHE Estreito, Súsie Silva (2017), que é nora de barqueiro e pesquisadora da UFT, destacou o papel desses atores sociais que, antes da construção da hidrelétrica eram vistos apenas como trabalhadores anônimos que faziam o transporte de passageiros para a praia, mas depois da formação do lago da usina passaram à categoria de participantes da sua pesquisa em razão da situação de atingidos.

Condição essa que se desdobra e coloca as representações sociais sobre o turismo por eles produzidas como um objeto de análise desta tese. Como sustenta Silva (2017, p. 96):

O turismo local estabelecido nas praias sempre necessitou dos barqueiros e de seus barcos para a travessia dos passageiros, bem como para a realização de outras atividades de transporte em geral, como por exemplo, as mercadorias e estruturas para a praia que ficava localizada na outra margem do rio Tocantins.

Dessa forma, os barqueiros atendiam a múltiplas demandas da comunidade, pois eram responsáveis pelo transporte e abastecimento dos ribeirinhos para comercializarem os produtos do cultivo de suas roças e hortas em Babaçulândia, Filadélfia, Carolina ou Estreito; para frequentarem a escola, comprarem suprimentos e remédios; realizarem consultas médicas, mudanças e, na temporada das praias fluviais transportavam os turistas, período em que, segundo os entrevistados, alcançavam maior ganho financeiro.

Os barqueiros também trabalhavam como pescadores, produtores rurais e vazanteiros, atividades que caracterizavam como de subsistência, mas consideravam a profissão de barqueiro como a que realmente lhes gerava renda, especialmente na temporada de praia.

A atividade barqueira os integrava numa rede de pessoas e serviços que envolvia toda a comunidade, permitindo lhes construir um conhecimento diversificado de sua realidade e do mercado local e regional. Para Sousa (2012, p. 28), “[...] o saber dos barqueiros é construído socialmente e transmitido através dos processos interlocutivos tidos como necessários para a sobrevivência do grupo”.

Para analisar as representações sociais do turismo na comunidade de Babaçulândia foram selecionados como sujeitos da pesquisa os barqueiros da

Associação de Barqueiros de Babaçulândia (ABB-TO). De acordo com o Presidente da entidade, em 2007 havia 49 associados, mas com as primeiras notícias da presença da UHE Estreito na região iniciou-se a evasão gradativa, sendo 45 membros em 2009, 31 em 2011 e, no início desta pesquisa, em 2015, eram 16 associados.

Para Nigel (apud PROVINCIALI; SARAIVA, 2009), quando o pesquisador tem como objetivo gerar teoria e uma ampla compreensão do processo ou ação social, a representatividade da amostra tem menor grau de importância, sendo que a melhor estratégia de amostragem deve se basear no julgamento do pesquisador.

Dessa forma, seus discursos não estão limitados à visão pessoal do desenvolvimento turístico justamente porque o caráter subjetivo desse pensamento se forma pelas ideias que circulam em seu mundo social, sendo um reflexo deste.

Assim, todos os 16 barqueiros membros da ABB-TO foram entrevistados individualmente, entre março 2015 e outubro de 2017, sempre em suas residências, em datas e horários de sua conveniência ou nas dependências da ABB-TO nos dias das reuniões ordinárias da entidade. Para preservar seu anonimato, os entrevistados citados neste trabalho estão identificados pela letra B (Barqueiro) ou C (Comerciante), seguida dos números de ordem das entrevistas.

Desse modo, para apreender o sentido coletivo presente nas representações sociais dos barqueiros e viabilizar a pesquisa empírica, fez-se necessário uma escuta individualizada dos sujeitos, de modo que cada participante se sentisse à vontade para externalizar seu pensamento social sem a interferência direta do grupo, garantindo que o conjunto das individualidades manifestas fosse, em termos gerais, representativo da comunidade.

A entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos específicos. (GASKELL, 2002, p. 65).

Ao responder uma questão aberta, os barqueiros resgataram lembranças do modo de vida no rio e, revivendo-as, expressam seus sentimentos sobre a questão de diferentes formas e intensidades, revelando os sentidos e significados do turismo entre esse grupo de sujeitos que compartilham experiências e expectativas diante da realidade vigente, evidenciando o coletivo nas impressões individuais, de modo que seus depoimentos constituíram o *corpus* de análise.

As respostas obtidas nas entrevistas visaram tanto compor o perfil socioeconômico dos entrevistados, como registrar e interpretar as representações desses atores sociais sobre o desenvolvimento do turismo local no contexto hidrelétrico.

2.3.1 Perfil Socioeconômico dos Entrevistados

Os participantes da pesquisa são do sexo masculino, com idades entre 35 e 63 anos e foram classificados quanto à ocupação, renda familiar, escolaridade e tempo de residência.

Quanto à ocupação, dos 16 membros da Associação de Barqueiros de Babaçulândia, apenas 2 não exerciam a atividade como ocupação principal, pois eram funcionários públicos que complementavam a renda como barqueiros nas temporadas de praias.

Dos que exerciam a função de barqueiro como ocupação principal 4 se declararam pequenos produtores rurais, 5 pescadores, 1 comerciante, 4 aposentados. A renda familiar dos entrevistados varia entre 1 e 5 salários mínimos, sendo que todos possuem moradia própria.

Sobre o grau de escolaridade, 1 entrevistado se declarou não alfabetizado, 6 disseram possuir ensino fundamental incompleto, 2 têm ensino fundamental completo, 4 terminaram ensino médio e 3 concluíram o ensino superior.

Para ampliar o olhar sobre o desenvolvimento do turismo antes e depois da barragem e imprimir maior confiabilidade às informações, o tempo que os entrevistados residiam na região em estudo foi considerado relevante para compor o cenário local, pois praticamente a totalidade dos barqueiros participantes do estudo acompanhou o processo de transformação socioambiental que alterou o ciclo de vida da atividade turística e vivenciou o processo de transição da praia sazonal do rio para a praia permanente na orla do lago.

A maioria dos entrevistados reside na área do estudo desde seu nascimento, ou seja, 12 são nativos com tempo de residência entre 36 e 65 anos, sendo que os outros 4 participantes são oriundos de outros municípios, mas moram na região entre 19 e 55 anos.

Com vistas a complementar as informações dos barqueiros, foram entrevistados também outros atores sociais, sendo 8 comerciantes em geral, 6

proprietários de bares, restaurantes e 2 donos de estabelecimentos de hospedagem. Seus depoimentos serviram para ampliar a visão sobre a realidade turística local e compreender como a situação dos barqueiros repercutia entre eles.

2.4 Categorias de Análise

Reforçando a natureza qualitativa do estudo procedeu-se uma análise descritivo-interpretativa das representações sociais. De acordo com Gil (2008), o método descritivo permite o desvelamento das particularidades dos fenômenos e grupos pesquisados, ampliando a capacidade de compreensão do objeto cuja interpretação requer a contextualização dos fatos, considerando as circunstâncias em que os depoimentos foram colhidos e as bases em que foram construídos os discursos.

Ouve-se muitas vezes falar que a boa ciência deveria começar propondo conceitos definidos clara e meticulosamente. Na verdade, nenhuma ciência, mesmo a mais exata, procede dessa maneira. Ela começa juntando, ordenando e diferenciando fenômenos que surpreendem a todos, porque são perturbadores e exóticos, ou constituem um escândalo (MOSCOVICI, p. 2003, p.167).

Nessa perspectiva, sem perseguir a exatidão dos números, mas atentando para os dados quantitativos fornecidos pelos participantes, priorizaram-se as expressões, imagens, emoções e gestos que reforçavam suas informações, de modo que o estudo combinou as técnicas de observação, entrevistas abertas e conversas qualificadas com a Teoria das Representações Sociais (TRS) para alcançar o objetivo principal da pesquisa da pesquisa que consiste em demonstrar a insustentabilidade do turismo pelas representações sociais dos barqueiros atingidos em Babaçulândia-TO, construídas no contexto dos efeitos da implantação da Usina Hidrelétrica Estreito.

Visando uma maior compreensão da realidade dos barqueiros e qualificar suas representações sociais, foram criadas três categorias de análise a partir de seus depoimentos: as representações do turismo como fonte de trabalho e renda; o turismo como mitigador dos efeitos da hidrelétrica; e, o turismo como passivo socioambiental da Usina Hidrelétrica Estreito, melhor explicitadas no capítulo 6.

3 AMBIENTE, SOCIEDADE E EXPANSÃO HIDRELÉTRICA NA AMAZÔNIA

Este capítulo trata da contextualização do tema da pesquisa, partindo da problemática mundial da água, apresentando as controvérsias em torno do avanço da matriz energética brasileira e suas implicações na região amazônica, com ênfase nos efeitos socioambientais das hidrelétricas sobre as populações ribeirinhas no rio Tocantins.

As questões ambientais estão levando a sociedade contemporânea a repensar saberes e práticas na direção de uma nova relação com a natureza, forjando uma consciência ambiental no temor do esgotamento dos recursos naturais, especialmente da água, bem comum cada vez mais escasso e privativo.

3.1 Água, um Bem Comum

A presença da água na vida humana e no desenvolvimento das civilizações sempre esteve permeada de signos que orientaram a relação sociedade-ambiente. E os sentidos e significados que esse elemento natural ganhou ao longo da trajetória humana tornaram-se argumentos para justificar um comportamento predatório que vem sendo cada vez mais questionado, exigindo a adoção de formas sustentáveis de consumo desse bem social.

De bem comum e direito humano básico a produto de valor econômico, mercantilizado e privatizado, a água tornou-se alvo de políticas públicas, de estratégias de preservação e de conflitos por seu domínio e uso múltiplo, suscitando debates internacionais em busca de soluções mitigadoras diante dos prognósticos de uma crise hídrica global.

Conflitos pela água decorrem dos múltiplos usos que ela permite, incluindo abastecimento humano, irrigação, aquicultura, produção industrial, dessedentação de animais, preservação de fauna e flora, paisagismo, navegação, recreação e lazer, controle de inundações, diluição de afluentes e geração de energia, entre outras atividades que dependem da quantidade e da qualidade hídrica da bacia hidrográfica correspondente, um ambiente suscetível a influências naturais e antrópicas que as determinam.

Em abundância ou escassez, a água possui uma dimensão simbólica que acompanha o homem desde o nascimento, permeando seu imaginário de significados

múltiplos, mutáveis e antagônicos, com sentidos de vida e morte, prosperidade e privação, sonhos e pesadelos, referências presentes em todos os escritos do pensamento humano em concepções sagradas e profanas geradoras de representações.

Nos primórdios da civilização, as relações sociedade-natureza eram regidas por mitos, encantos e rituais que estabeleciam conexões divinas. Os fenômenos naturais eram atribuídos aos deuses, entidades supremas que ordenavam a vida na Terra e regulavam o comportamento humano pelos movimentos do sol, da chuva, dos ventos, dos rios, vistos como forças poderosas que não deveriam ser confrontadas, sob a ameaça de uma vingança natural.

Com a evolução da espécie e o entendimento de que indivíduo e natureza possuíam a mesma essência, o ser humano tomou o poder pela ciência e passou a subjugar a natureza, tornando-se algo externo a ela. Chauí (2003) afirma que a partir do século XVIII acentuou-se a dicotomia nas relações sociedade-natureza, e a ideia de que a ação humana deveria assegurar o aprimoramento da própria natureza do homem foi suplantada por uma intervenção deliberada e voluntária na natureza para moldá-la aos interesses e valores da sociedade, tanto que essa interferência passou a ser entendida como cultura, considerada moral quando se referia aos costumes da sociedade, e chamada de ética quando se tratava da conduta e do caráter das pessoas e, assim, a cultura foi sendo modelada pela educação e controlada pela política.

A intervenção humana na natureza ocorreu de forma tão marcante que se tornou quase impossível encontrar ecossistemas puros, de modo que, por toda parte, existem traços da ação humana, ora criando belas paisagens que parecem naturais, mas também lugares descaracterizados e desarmônicos, como as extensas monoculturas, como ilustra Quaranta-Gonçalves (2007).

No pensamento de Bachelard (2002, p. 6), a água foi representada como um convite a uma viagem imaginária, no entendimento de que sua projeção material se constitui numa forma específica de imaginação. Para o autor, a água seria, assim, “[...] um tipo de destino, não mais apenas o vão destino das imagens fugazes, o vão destino de um sonho que não se acaba, mas um destino essencial que metamorfoseia incessantemente a substância do ser”.

Em Bachelard (2002), na semiose da água admite-se a imagem de objeto a ser dominado, valorado. E as qualidades que despertam devaneios contemplativos

são as mesmas que aguçam sentimentos de posse: beleza, pureza, utilidade e outras tantas que se apresentem aos sentidos.

Nessas significações são representadas as ideias das civilizações e, atualmente, se tem compreendido a natureza pelo ângulo do desenvolvimento econômico, instituindo outra cultura da água, baseada na racionalização de seu valor, ampliando as possibilidades de exploração. Mas essa racionalidade não fica alheia ao imaginário, tampouco isenta de devaneios, pois como lembram Laplantine e Trindade (1996), o compromisso do imaginário é com o real e não com a realidade.

Para Worster (2008, p. 29), “[...] na água podemos ver toda a natureza refletida. E, no nosso uso da água natural, vemos muito de nosso passado e futuro refletido”. Assim, a imaginação sobre oceanos, mares, rios e lagoas e lagos suscita diferentes percepções desses meios aquáticos, cujas paisagens e dinâmicas socioambientais definem os modos de vê-los e vivê-los. Esses modos, socialmente construídos, são influenciados por símbolos e mitos que povoam o imaginário humano desde a criação do universo.

Assim, o que houve na histórica interação sociedade-natureza refletiu a mítica da água, cuja própria transitoriedade traduz suas dicotomias, já que “[...] a simbologia da água comporta vida e morte, reflexo da alma, olho do mundo, conduz ao abismo da enxurrada e a serenidade dos lagos; dos pântanos sombrios a fontes cantantes, corre na seiva, dilui, dissolve, destrói”. (GARCIA, 2007, p.18).

Historicamente, o ciclo da água tem sido o paradigma do mundo natural para a humanidade. “Civilizações antigas viram nele a figura de um modelo básico de vida; o ciclo do nascimento, da morte, e do retorno à essência do ser humano” (WORSTER, 2008, p. 28). Para Bachelard (2002, p. 163), “[...] a água doce sempre há de ser, na imaginação dos homens, uma água privilegiada”.

Na esteira dessa representação, os rios tornaram-se ícones de desenvolvimento para inúmeras civilizações que prosperaram e também sucumbiram por seus recursos, seja explorando-os ou lutando pela ocupação de suas margens. Considerados como meios da organização espacial, suas águas doces foram, nas palavras de Chiapetti e Chiapetti (2011, p. 72-73), “[...] caminhos líquidos” para povoar o mundo:

Como falar da África e do Egito sem o Nilo, da Ásia e da China sem o Yang-Tsé-Kiang e o Mekong, do Brasil sem o Amazonas ou, ainda, do nordeste brasileiro sem o São Francisco, de São Paulo sem o Tietê, de Recife sem o Capibaribe, de Paris sem o Sena, de Lisboa sem o Tejo, de Buenos Aires sem o Prata? Os rios são personagens feitos de água, como se fossem memórias vivas!

Com a ameaça da privação de água potável a sociedade tem-se voltado para outros significados dos rios que estavam ofuscados, descobrindo que eles também são natureza e, como tal, tornaram-se territórios em disputa, espaços resultantes de relações sociais historicamente condicionadas pela apropriação que imagina e transforma a natureza em produto das populações (ARRUDA, 2008).

Esses novos ‘velhos’ sentidos permitem pensar os rios como lugares de significação, porquanto “[...] ver um rio equivale a mergulhar numa grande corrente de mitos e lembranças, forte o bastante para nos levar ao primeiro elemento aquático de nossa existência intra-uterina” (BARLOW apud SCHAMA, 1996, p. 253), resgatando a representação mítica da água como símbolo da natureza.

3.2 A Escassez Hídrica

Em meio à crise hídrica e às controvérsias sobre as alternativas de uso, conservação e distribuição da cobiçada fração de água doce disponível na superfície da Terra, surge a discussão sobre seu valor como bem natural, social, econômico e estratégico do qual depende cada vida do planeta. Contudo, a questão do valor da água é tão complexa quanto o próprio conceito de valor.

Na escalada do desenvolvimento econômico em que predomina a lei do capital, a ideia de mercantilização da água é parte do processo de transformação da natureza em mercadoria e caracteriza “[...] a passagem de uma cultura de direitos para uma lógica de necessidades” (PETRELLA, 2003, p.16), tal como ocorreu com a força de trabalho: uma reprodução da dinâmica capitalista da acumulação em que “[...] a relação original entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva é completamente subvertida, reduzindo o ser humano ao status desumanizado de uma mera condição material de produção.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 611).

Segundo Thurow (1997), a intensa crítica comunista ao capitalismo, principalmente no decorrer do século XX, acabou por sofisticar e consolidar seus modos de produção, tornando-o uma força hegemônica. Com a derrocada do

comunismo que atuava como um severo limite ético, pressionando o capitalismo a tomar decisões em prol das demandas sociais, o capitalismo, liberto dessa constante ameaça, retorna ao seu estado natural, considerando as necessidades sociais, somente quando ameaçam o sistema econômico (SOUZA-LIMA, 2004).

Com o capitalismo acenando para a insustentabilidade de seu modelo nitidamente incapaz de combinar desenvolvimento econômico com igualdade social e a noção de que a escassez de recursos naturais deve limitar o crescimento econômico, o meio ambiente despertou o interesse das ciências econômicas, afinal, a pressão sobre a natureza está atrelada aos modos de produção e aos níveis de consumo da sociedade.

Em termos gerais, as teorias econômicas sobre a problemática do uso dos recursos naturais expressaram-se em três correntes de pensamento:

- 1- a economia ambiental propunha a internalização das externalidades, tomando os recursos escassos como bens econômicos que deveriam seguir a lógica do mercado;
- 2- a economia ecológica incorporou as leis da física, invocando teorias sobre os limites físico-energéticos do planeta como parâmetro para sustentar a regulação do sistema econômico, desconsiderando o papel das relações sociais;
- 3- e a economia marxista, sustentava que os problemas ambientais decorriam do sistema social e nele deveriam ser buscadas as soluções (SOUZA-LIMA, 2004).

Da racionalização dessas ideologias, prevaleceu a concepção de que os custos da devastação ambiental que não são repassados a quem os provoca transformam-se em externalidades e afetam a todos sem que sejam compensados por ninguém, criando um padrão de consumo que não propicia a internalização desses custos e ainda compromete a reserva de capital das gerações futuras.

E na esteira do discurso da escassez e da busca por um desenvolvimento econômico sustentável, a ideia de valoração econômica dos recursos naturais ganha força no argumento de que para se continuar crescendo, sem comprometer a capacidade produtiva das futuras gerações, algum preço precisa ser pago para induzir mudanças de comportamento antes que se alcance a irreversibilidade dos danos ambientais, pois a cobrança induziria o uso racional e permitiria o equilíbrio entre a oferta e a demanda.

Contudo, no tocante aos recursos hídricos, Cavalcanti (2014, p. 92) pondera que “[...] a água, enquanto imbuída no papel de mercadoria, ou commodity, vem a ser um produto de baixo valor agregado e cujo preço é negociado nas bolsas de valores internacionais, e, por conseguinte, depende de circunstâncias de mercado (oferta e procura)”.

Foladori (2001) sustenta que a propriedade privada tende à depredação e à contaminação dos recursos naturais locais e a propriedade social desses recursos propicia a tomada de decisões coletivas sobre seu uso. Para Martins e Felicidade (2003), criar direitos de água não se constitui numa forma alternativa de gestão dos recursos hídricos, mas consiste numa nova carteira para atrair investimentos e de acumular capital, mantendo o processo de exclusão que sustenta o capitalismo.

Nesse sentido, a privatização da água não garantiria sua valorização social, menos ainda contribuiria para a racionalização de seu consumo, pois a partir do momento em que passa a ser considerada matéria-prima imprescindível às demandas produtivas, adquirindo valor econômico, aumenta a restrição ao acesso, acentuando a desigualdades sociais.

Ao mesmo tempo em que se discute a necessidade de valorar os bens naturais, surgem disputas ideológicas e os entraves operacionais para se instituir um sistema eficiente, eficaz e justo, capaz de convencer a sociedade a assumir o ônus econômico da degradação ambiental, especialmente no que se refere ao uso da água, cuja iminente escassez tem sido o pretexto para viabilizar sua privatização e consequente mercantilização.

Castro (2013, p. 209) pontua que “[...] especialistas a favor do livre mercado hídrico podem enfatizar considerações como eficácia econômica, custo-benefício, a existência de direitos a propriedade privada da água e a criação de mercados hídricos”, mas de acordo com a UNESCO, a água deve ser considerada além de um mero recurso econômico, pois como elemento vital físico, emocional e cultural, seu compartilhamento “[...] é um imperativo ético e uma expressão da identidade e solidariedade humanas [...]” (CASTRO, 2013, p. 202) e a valoração econômica dos recursos hídricos deve ser reconhecida nesse contexto mais amplo e mais complexo da valorização da água.

Em consonância com o que preconiza a UNESCO, Martins e Felicidade (2003) sustentam que submeter o acesso à água à lógica do mercado, além de privatizar e mercantilizar o ciclo hidrológico natural, permite criar novas formas de

domínio sobre os excluídos e, ao contrário de promover a redução da pobreza, a privatização e a compensação dos custos operacionais das empresas estão limitando o acesso à água e inflacionando seu valor para as comunidades de baixo poder aquisitivo, que são maioria nos países pobres e em desenvolvimento (GUERRA, 2009).

Petrella (2002, p. 149) defende que:

O controle da água deve ser dado a seus verdadeiros donos, os habitantes do Planeta Terra. Ele não pertence aos estados nacionais, nem aos mercados, corporações ou acionistas. Ele pertence às comunidades humanas, das menores (aldeias) até as maiores (a comunidade global).

Corroborando o exposto, Worster (2008) entende que, ao ser considerada uma *commodity*, a água deixa de ser o “sangue vital da terra” referido por Bachelard (2002), para ser representado como “o ouro do século XXI”, da sociedade contemporânea.

Para Chauí (2003), pagar pela água ou para morar num lugar onde o ar não seja poluído são indícios de que a natureza, tomada como realidade externa aos homens, tornou-se fictícia. E nessa resignificação o imaginário coletivo global é aguçado por signos apocalípticos que já vislumbram os conflitos mundiais pela posse e uso das fontes de água doce.

Com a previsão de que “[...] a água promete ser para o século XXI o que o petróleo foi para o século XX” (BARLOW; CLARKE 2003, p. 125) especula-se sobre o futuro da humanidade, com projeções tanto científicas quanto proféticas disseminadas na proporção do alcance que as tecnologias de comunicação permitem.

O fato é que a pegada hídrica da sociedade de consumo está tornando a água indisponível a um grupo crescente de segregados, seja pela deterioração da qualidade das bacias hidrográficas, afetando ecossistemas, seja pelo uso irracional desse bem que ainda é consumido como um recurso infinito pela maioria das populações, especialmente as urbanas.

Enquanto aumenta exponencialmente o consumo de água no mundo, a quantidade dos recursos hídricos disponíveis impede o acesso igualitário a todas as nações, pois 97,5% das reservas hídricas do planeta são compostas por águas salgadas e 2,5% de água doce, sendo que 68,7% da água doce estão em áreas

congeladas das regiões polares; 29,9% se encontram em reservatórios subterrâneos e 0,9% estão na umidade do solo, na biomassa e no vapor da atmosfera; apenas 0,3% do volume total de água doce da Terra provêm de águas superficiais de rios e lagos, acessíveis ao uso humano (SETTI et al., 2000).

De acordo com o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos, a agricultura consiste na atividade que mais demanda consumo de água (70%), seguida da produção de energia, dos processos da indústria e do consumo humano, mas enquanto aumenta a demanda por recursos hídricos em todo planeta, “[...] diminui a probabilidade do fornecimento de água doce em muitas regiões, como consequência da mudança climática” (UNESCO, 2014, p.1).

Assim como a água, a energia elétrica tem sido primordial na organização das sociedades, influenciando costumes e determinando o estágio de desenvolvimento econômico das nações cada vez mais subsidiado por essa força motriz que, impulsionada pelos avanços tecnológicos em múltiplas áreas do conhecimento, tornou-se indispensável ao estilo de vida da sociedade contemporânea cuja dependência energética não encontra precedentes.

Os seres humanos sempre interferiram no ciclo hidrológico da Terra construindo aquedutos, açudes, barragens, poços, projetos de irrigação e sistemas de abastecimento e drenagem para atender às suas infindáveis necessidades de consumo.

A geração de energia por via hidráulica é prática recorrente há cerca de 200 anos, quando se descobriu o aproveitamento de cachoeiras, corredeiras, cânions e rios muitas vezes transformados em séries de lagos, causando grande parte dos conflitos socioambientais que se vivencia hoje.

Com a constante mudança na relação entre oferta e demanda energética ao longo da história muitos foram seus meios de produção: força humana, tração animal, água, carvão, vapor, petróleo, biomassa, vento, sol e urânio. Fontes que a humanidade recorreu para produzir bens e serviços, mas nenhuma, sozinha, tem sido suficiente para atender plenamente a crescente demanda global.

A competitividade pelos recursos hídricos tem transformado os rios em territórios de conflitos socioambientais representados pelas divergências decorrentes dos usos da água no atendimento das múltiplas demandas do consumo humano como pesca, irrigação, dessedentação animal, navegação, produção industrial, geração de energia, turismo, dentre outros.

A gestão da água e dos conflitos por seus usos passa, necessariamente, pelo manejo das bacias hidrográficas que deve integrar os sistemas físicos, biológicos, sociais e econômicos para garantir às águas a quantidade e a qualidade compatíveis com a exigência da múltipla e crescente demanda da sociedade contemporânea, especialmente na produção de energia elétrica.

A demanda por energia elétrica, segunda maior causa do aumento do consumo global de água, além de aumentar a pressão sobre os mananciais tornou-se uma fonte de conflitos socioambientais em todo o mundo, de modo que no contexto dos usos múltiplos, a gestão dos recursos hídricos fica circunscrita à administração de divergências e interesses políticos e econômicos.

Um dos pré-requisitos para o desenvolvimento econômico das nações tem sido a disponibilidade de energia em quantidade e qualidade adequadas e a custos competitivos, tornando-a um bem estratégico que eleva seu grau de importância na agenda mundial.

De acordo com a Comissão Mundial de Barragens (WCD, 2000), em 2000 já haviam sido construídas mais de 45.000 grandes barragens no mundo, deslocando entre 40 e 80 milhões de pessoas e gerando impactos sociais negativos não avaliados ou mensurados de forma inadequada por governos e empreendedores.

Os partidários das barragens apontam para as necessidades de desenvolvimento social e econômico que as barragens visam satisfazer, como a irrigação, a geração de eletricidade, o controle de inundações e o fornecimento de água potável. Os oponentes ressaltam os impactos adversos das represas, como o aumento do endividamento, o estouro dos orçamentos, o deslocamento e o empobrecimento de populações, a destruição de ecossistemas e recursos pesqueiros importantes e a divisão desigual dos custos e dos benefícios. (WCD, 2000, p. 7- 8).

Entretanto, na esteira da diversificação de fontes, a geração de energia por meios hidráulicos consolida-se como alternativa economicamente viável, impulsionando investimentos em hidrelétricas pelo mundo.

De acordo com Morais (2015, p. 27-31),

A energia hidrelétrica é a principal fonte geradora de energia elétrica para mais de 30 países e representa por volta de 20% de toda eletricidade gerada no mundo. [...] Na matriz energética brasileira a participação da energia hidrelétrica é da ordem de 63%, e com isso gera cerca de 70% de toda eletricidade consumida no país. Mesmo

com os problemas econômicos, ambientais e com incentivos para o crescimento de outras fontes geradoras de energia, estima-se que nos próximos anos pelo menos 50% da energia consumida continuará sendo de origem hídrica. [...] No caso do Brasil, o cenário para 2030, fica limitado a programas/leis/incentivos adequados para o crescimento da oferta de energia elétrica por outras fontes renováveis, além da hidrelétrica, pois existe necessidade diante da crescente demanda e o potencial das fontes renováveis é enorme, comparado ao percentual projetado para 2030.

Em concordância e, complementando, Ventura Filho (2009) afirma que a previsão é de que entre 20 e 30 anos, o consumo energético mundial aumente a uma taxa média anual de 2% e não haja fontes energéticas alternativas aos combustíveis fósseis em disponibilidade suficiente, tecnologicamente desenvolvidas, competitivas e com viabilidade ambiental comprovada para suprir quantitativamente as demandas mundiais de energia. O suprimento energético mundial ainda estará baseado nas fontes não renováveis, particularmente nos combustíveis fósseis, elevando as emissões de CO₂, sendo que a participação das fontes renováveis na redução desses gases será de 10 a 15%.

A Agência Internacional de Energia – IEA (2014) prevê que em 2040 a produção de energia mundial estará distribuída quase igualmente entre o petróleo, o gás, o carvão e as fontes de baixa emissão de carbono, apontando para uma tendência global de diversificação das matrizes energéticas, as quais são abordadas no próximo subtema já direcionando para o *locus* do estudo.

3.3 A Matriz Energética Brasileira e suas Implicações na Região Amazônica

Expandir o potencial hidrelétrico nacional tem sido o objetivo principal do setor energético brasileiro desde a década de 1970, seja sob o argumento da necessidade de suprir a demanda interna, seja pela possibilidade de geração de riqueza, com ênfase na produção industrial que cria emprego e renda.

A esse discurso incorpora-se o apelo da sustentabilidade econômica por se tratar de um sistema caracterizado como limpo e de baixo custo de manutenção, cujos efeitos socioambientais são minimizados em nome do progresso.

Na redação do Plano Nacional de Energia 2030, o Ministério de Minas e Energia (BRASIL, 2007) reconhece as dificuldades ambientais para a expansão do potencial hidroenergético na Amazônia e no Cerrado, mas considera que os obstáculos a essa

expansão são fruto de uma visão retrógrada sobre as hidrelétricas, e defende que os projetos, embora gerem impactos socioambientais, podem ser capazes de promover a integração e inclusão social, além de preservar o ambiente natural:

Quando se tem em conta que dois terços do território nacional estão cobertos por dois biomas de alto interesse do ponto-de-vista ambiental, como o são a Amazônia e o Cerrado, e que 70% do potencial hidrelétrico brasileiro a aproveitar localizam-se nesses biomas, pode-se antever dificuldades para a expansão da oferta hidrelétrica. Essas dificuldades são ampliadas por uma abordagem que se apóia em uma ótica ultrapassada pela qual projetos hidrelétricos, por provocarem impactos socioambientais, não podem constituir-se em elementos de integração e inclusão social, e também de preservação dos meios naturais. (BRASIL, 2007, p. 160-161).

Apesar disso, entre os vinte países em que predomina a dependência energética de fonte hídrica, o Brasil ocupa o segundo lugar como maior produtor mundial de energia hidráulica, perdendo apenas para a China.

Se for considerada apenas a hidroeletricidade, que no mundo responde por cerca de 17% da geração de energia elétrica, segundo o ranking mundial de energia de 2014, o Brasil ocupa a terceira colocação, com 11,3% da energia produzida a partir dessa fonte entre os países produtores no mundo. A China está em primeiro, com 13,3% e o Canadá em segundo, responsável por 12,2% da geração por fonte hídrica. (CNI, 2017, p. 27).

Os adeptos da expansão dessa matriz hidroenergética no Brasil argumentam que esse modelo seria o único capaz de agregar todas as qualidades necessárias a uma fonte de energia elétrica por ser renovável, apresentar baixa emissão de gases de efeito estufa, mostrar-se competitiva e poder ser construída com 100% de serviços nacionais, gerando emprego e renda.

Para Maurício Tolmasquim (2012, p. 252-253), presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE no governo de Dilma Rousseff, a hidroeletricidade é o elemento diferencial da Matriz Energética Brasileira e, entre 2016-2020 deverão ser viabilizados cerca de 19GW em projetos hidrelétricos e desse total, 15,5GW, ou seja, 82% estarão situados na Região Norte do país. Para o presidente da EPE, “[...] dentro de uma visão mais contemporânea, usinas hidrelétricas são mais que uma fábrica de eletricidade. Constituem, na verdade, vetores do desenvolvimento regional e de preservação ambiental.”

Já os críticos da hegemonia desse modelo entendem que esses empreendimentos legitimam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos, guiados por uma lógica literalmente econômica cujas configurações obedecem a critérios extrínsecos à realidade das áreas afetadas.

De acordo com Vainer (1992; 2007), é dessa forma que rios, populações e regiões são consignados a conglomerados nacionais e internacionais, sob a justificativa de um crescimento sonegado em termos de custos e benefícios e suas formas de distribuição.

Sevá Filho (2004, p. 7) entende que:

Nas mega-obras, não somente a Natureza se transforma em outra coisa, mas a sociedade que ali vive... tornar-se-á outra! [...] São faces da mesma atitude radical: o rio, entidade física, biológica, vital, de muitas serventias, é visto pelos fanáticos da eletricidade apenas como uma jazida de megawatts; a sociedade local não passa de uma 'interferência', quando não empecilho, diante do projeto onipotente.

Em consonância, Rezende (2002) afirma que os efeitos socioambientais desses empreendimentos incluem perdas materiais e simbólicas do lugar de moradia, da fonte de renda, das relações comunitárias, dos recursos naturais e da paisagem, muitas dessas não contabilizadas em processos indenizatórios, especialmente as perdas imateriais, excluídas pela ausência de critérios de mensuração.

Em Bermann (2007, p. 141) há complementação de que:

É com freqüência [sic] que empreendimentos hidrelétricos têm se revelado insustentáveis, no cenário internacional e particularmente no Brasil. Esse caráter insustentável pode ser estabelecido a partir de critérios que identificam os problemas físico-químico-biológicos decorrentes da implantação e da operação de uma usina hidrelétrica, e da sua interação com as características ambientais do seu lócus de construção.

Pelo exposto vale destacar, conforme aponta Zitzke (2007), que a construção dos reservatórios no Brasil tem sido orientada por decisões técnico-econômicas de setores isolados que desconsideram os demais usos da água no local do empreendimento, gerando conflitos pela ausência de uma abordagem multissetorial na concepção, planejamento, operação e manutenção das hidrelétricas.

A cada canteiro de obras, a cada usina pronta, introduz-se para 'sempre', novas noções e novos valores da mercantilização total das terras, benfeitorias, patrimônios, e por fim, a mercantilização da própria força de trabalho e de muitas relações sociais; sempre bem diferenciada, de um modo promissor e lucrativo para alguns e de outro modo, corrosivo e desestabilizador para os demais. (SEVÁ FILHO, 2004, p. 9).

Assim, o modelo de produção hidroenergético divide opiniões, pois os impactos causados na construção e implantação de suas usinas provocam significativos efeitos econômicos, culturais e socioambientais nas regiões e populações atingidas, principalmente em ambientes como os complexos ecossistemas amazônicos.

Detentora da maior reserva de biodiversidade do mundo, a Amazônia representa o mais extenso bioma brasileiro, ocupando 49,29% do território nacional. Sua bacia hidrográfica é a maior do planeta, com cerca de 6 milhões de km², cobertos por seus 1.100 afluentes. Possui a maior reserva de madeira tropical e seus recursos naturais incluem borracha, castanha, peixe e minérios, além da riqueza cultural e dos saberes tradicionais no trato desses recursos. (BRASIL, 2016).

A grandiosidade dessa região é proporcional à vulnerabilidade de seus ecossistemas, uma vez que se compõe de “[...] um mosaico de habitats com grande variedade na ocorrência e quantidade de espécies. Além da Floresta Amazônica, abarca 37% do Bioma Cerrado, 40% do Bioma Pantanal e pequenos trechos de formações vegetais variadas”. (CARNEIRO FILHO; SOUZA, 2009, p. 8).

Acrescenta Faria (2004, p. 120) que:

Longe de ser um vazio demográfico ou cultural, a Amazônia possui um conjunto de realidades culturais complexas, conjunto esse que, se ignorado, torna as possíveis intervenções externas nada mais do que invasões condenadas ao fracasso. O desenvolvimento da região, para que seja entendido como sustentável, implica um aprendizado acerca da complexidade de seu mundo. [...] Estejamos nós falando do vale amazônico, da bacia do rio Amazonas e seus afluentes ou da Amazônia Legal – incorporando as áreas do Planalto Central – ou de qualquer outra forma de se definir a Amazônia, a discussão do desenvolvimento da região não é simplesmente ecológica, mas, acima de tudo, deve incorporar outras variáveis, de natureza ideológica, política e social.

Contudo, desde a década de 1970 a região amazônica tem sido o cenário de grandes empreendimentos econômicos que contribuíram sobremaneira para sua desfiguração ambiental, econômica e sociocultural. Mineradoras, metalúrgicas,

rodovias federais e estaduais, agroexportadoras e hidrelétricas expropriaram as populações tradicionais, comprometendo suas condições materiais de vida, intrinsecamente relacionadas à propriedade da terra, vínculo essencial dos povos amazônicos com a natureza.

A Amazônia representa 50,2% do potencial hidrelétrico brasileiro, notadamente nas bacias dos rios Tapajós, Xingu, Araguaia e Tocantins (BERMANN, 2007) o que a coloca na mira do setor hidroenergético nacional, enfrentando a presença maciça de usinas hidrelétricas em seus rios, o que tem gerado tanto a crítica acadêmica quanto a resistência das comunidades atingidas.

Fearnside (2015, p. 8) afirma que, visando o aumento da produção hidroenergética nacional, o Governo brasileiro incorpora a retórica da indústria energética para expandir a construção de hidrelétricas na Amazônia, sob o argumento do desenvolvimento limpo e dos supostos benefícios dos créditos do carbono, mas “[...] infelizmente, as barragens amazônicas não são limpas, nem do ponto de vista de gases de efeito estufa nem dos seus muitos outros impactos ambientais e sociais”.

O autor acrescenta ainda que:

A maneira em que as emissões de barragens são comparadas com as de combustíveis fósseis muitas vezes distorce os resultados, particularmente para o valor do tempo. O impacto das barragens é muito pior, em relação aos combustíveis fósseis, se os cálculos são feitos de uma forma que representa melhor os interesses da sociedade. Além dos impactos sociais e ambientais nos locais afetados pelos projetos, a construção de barragens também tem efeitos perniciosos em processos democráticos, com implicações de longo alcance em todos os países da Amazônia. (FEARNSIDE, 2015, p. 10).

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica-Aneel (2016), 206 usinas hidrelétricas estavam em operação no Brasil, até maio de 2016, sendo 28 na região da Amazônia Legal, integrada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Roraima e Tocantins. Isso representa quase 14% do total de usinas hidrelétricas no País.

Somente no rio Tocantins, que integra a bacia Tocantins-Araguaia e compõe um conjunto de bacias da região Norte, foram construídas sete usinas hidrelétricas, sendo duas no Alto Tocantins, Estado de Goiás, na região Centro-Oeste. No alto rio

Tocantins, ainda está prevista a construção da UHE Ipueiras, com Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica, em elaboração-EVTE.

Na mesma bacia, no rio Araguaia, a UHE Santa Isabel, leiloada em 2001, mas devido a problemas no licenciamento ambiental as obras não tiveram início. O consórcio vencedor, Gesai, liderado pela Vale, o grupo australiano BHP Billiton e Alcoa, devolveu ao governo federal a concessão do empreendimento, alegando inviabilidade econômica, depois da recusa do poder público em prorrogar o prazo de concessão da usina, pois desde o leilão, passaram-se 12 dos 35 anos de concessão. Outro problema alegado foi a elevada taxa de uso do bem público (UBP) da usina, correspondente a 13 milhões de reais por mês. Assim, o rio Araguaia insere-se entre os poucos rios da Amazônia sem hidrelétrica. (RITTNER, 2013).

O 'boom' na construção civil de hidrelétricas na Amazônia Legal brasileira iniciou-se na década de 1970, com a inauguração de três usinas, a UHE Casca III, no rio Casca, Estado de Mato Grosso, em 1970; a UHE Coaracy Nunes, no rio Araguari, Estado do Amapá, em 1975; e a UHE Curuá-Uma, no rio homônimo, afluente do rio Amazonas pela margem direita, no Estado do Pará, em 1977. Ainda nessa década, começariam as obras daquela que seria a maior hidrelétrica totalmente brasileira, Tucuruí, inaugurada somente na década subsequente, representando o marco da construção de megaestruturas hidrelétricas na região (ANEEL, 2016).

No decênio de 1980 foram inauguradas mais quatro usinas hidrelétricas, três das quais, as maiores da região: Balbina, Samuel e a gigantesca Tucuruí, construída no baixo rio Tocantins, Estado do Pará, que levou quase uma década para ficar pronta e foi inaugurada somente no final de 1984. Entre as maiores hidrelétricas do mundo, Tucuruí é também a maior usina totalmente brasileira e a segunda maior hidrelétrica brasileira depois de Itaipu, que é binacional. Tucuruí marca a era de implantação de hidrelétricas na bacia do Tocantins-Araguaia, sendo a primeira a ser construída no rio Tocantins, localizando-se no início do baixo Tocantins, com seus 8.535 MW de capacidade de geração instalada, superada somente em 2016, com a inauguração da UHE Belo Monte, no rio Xingu, sudoeste do Estado do Pará. (ANEEL, 2016).

Na mesma bacia foram inauguradas mais seis usinas, todas no leito do rio Tocantins, sendo duas no Estado de Goiás, alto Tocantins, a UHE Serra da Mesa e a UHE Cana Brava, além de outras quatro no Estado do Tocantins.

Ainda de acordo com a Aneel (2016), a segunda hidrelétrica construída na Amazônia brasileira, ainda nos anos 80, foi a UHE Pitinga (Em 1986), considerada

pequena diante dos padrões vigentes na região. Implantada no rio de mesmo nome e com apenas 25 MW de capacidade instalada, localiza-se no Estado do Amazonas, onde também foi erguida a terceira UHE da região, a de Balbina, com capacidade instalada de 275 MW (Em 1989), no rio Uatumã, município de Presidente Figueiredo. A quarta e última dessa década, a UHE Samuel, situa-se no rio Jamari, Estado de Rondônia, com capacidade instalada de 216,75 MW (Em 1989).

Os impactos ambientais resultantes desses empreendimentos são igualmente medidos no superlativo. Quanto maior o projeto, maiores os efeitos. O passivo ambiental de Tucuruí é considerado alto, porém menos polêmico que o de outras usinas construídas na região como Balbina e Belo Monte, pois sua capacidade de geração foi se ampliando ao longo dos anos, contribuindo para reduzir a pressão sobre o sistema do operador nacional.

Entre as hidrelétricas da região amazônica Balbina se destaca como uma das que mais gerou danos ambientais e socioeconômicos considerados irreversíveis. A região na qual está inserida é uma extensa planície e com a inundação do lago, a maior parte da floresta ficou submersa e essa madeira em decomposição constante, provoca emissão de gases na atmosfera, um dos maiores problemas ambientais, além da acidez da água abaixo do reservatório ter provocado o extermínio de várias espécies de peixes, contribuindo para a escassez na alimentação das populações indígenas e ribeirinhas que sobreviviam da pesca na região.

De acordo com os especialistas do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (USP, 1999), a UHE Balbina foi uma tripla tragédia: econômica, pois as características do rio Uatumã, pequeno e com pouca água, tornaram altíssimos os custos de produção de energia; ecológica, porque destruiu uma imensa área de floresta, com milhões de árvores, dizimando inúmeras espécies animais com o exagerado alcance espacial da barragem e, social, prejudicando os habitantes da região pela inundação de suas terras e áreas de caça e pesca.

Os problemas elencados não se restringem aos aspectos econômicos da geração em si, mas de tudo que envolve as construções de megaempreendimentos. Ao mesmo tempo em que condenam os erros cometidos na construção de Balbina, apontada como uma hidrelétrica que deu errado, os especialistas da Universidade de São Paulo criticam tanto a concentração de usinas em construção como os projetos em andamento para a região. Para os mesmos, o exemplo de Balbina demonstra que

uma hidrelétrica nem sempre se constitui numa boa alternativa, servindo para alertar o governo a avaliar com mais critério os efeitos da construção de usinas nos rios da Amazônia.

As décadas de 1990 e 2000 ficaram marcadas por significativas transformações de ordem econômica e ambiental no segmento hidroenergético. O passivo ambiental das hidrelétricas, especialmente as da região amazônica foram determinantes para guiar novas tomadas de decisões para setor. Houve um aprimoramento das diversas etapas que envolvem processo de planejamento e construção de uma usina hidrelétrica, desde os estudos preliminares de viabilidade técnica e econômica às licenças definitivas de operação.

Contudo, a principal mudança foi de ordem econômica e deu-se no campo das privatizações do setor, iniciadas na década de 1990. Nesse período, projetos de construção de hidrelétricas na região que já estavam esquecidos ou engavetados por questões técnicas, ambientais e financeiras, foram liberados e levados a leilão. Alguns tão polêmicos que geraram intenso debate em torno da real necessidade da construção dessas gigantes usinas em detrimento de seu custo-benefício.

Entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000, o Brasil passou por uma grave crise energética resultante da falta de investimentos no setor, em face da crescente demanda industrial, comercial e residencial. Essa aguda crise, denominada de “apagão” provocou o racionamento de eletricidade em todos os setores da economia, aumentando os custos de bens e serviços pela tarifação elevada e alta de impostos, bem como do repasse dos prejuízos para o consumidor final.

No curto prazo, esse cenário provocou outro efeito: a opção imediata pelo modelo hidroenergético já experimentado, imprimindo urgência aos projetos em tramitação como solução mais adequada para resolver a deficiência do setor. O alto custo de geração e distribuição das ditas energias renováveis se tornou um forte empecilho à sua viabilização, optando-se pelo caminho já trilhado, considerado limpo, a despeito dos evidentes impactos. Assim, na década de 1990 foram inauguradas apenas duas usinas hidrelétricas na região, ambas no Estado de Mato Grosso, as UHEs Juba I e II, instaladas no rio de nome igual, com capacidade de geração total de 84 MW, sendo 42 MW, cada uma.

Em contraste aos anos 90, nas primeiras décadas deste terceiro milênio rompem-se os padrões de intensidade nas construções dos empreendimentos hidrelétricos na Amazônia. Antigos projetos foram resgatados e outros novos criados,

ampliando o número de usinas instaladas na região, superando o total das hidrelétricas existentes. Tanto que no período de 16 anos foram inauguradas 19 novas hidrelétricas na região amazônica.

Desde a década de 80 os estudos de Junk e Mello (1990) alertam para as consequências da massificação de hidrelétricas na bacia amazônica, alegando que a construção desses empreendimentos na região não resolveria o déficit energético da Amazônia, mas serviria apenas para abastecer os centros urbanos e industriais, como de fato, acontece. No entendimento desses autores,

O enorme potencial hidrelétrico da bacia amazônica e o entusiasmo justificado sobre a impressionante capacidade tecnológica nacional não deveriam resultar numa aceitação total e indiscriminada de todos os conceitos tecnocráticos e na construção precipitada de qualquer reservatório tecnicamente viável. Em muitos casos, os custos ecológicos e, a longo prazo, também os custos econômicos não são adequadamente correlacionados com os benefícios. (JUNK; MELLO, 1990, p. 142).

Para Becker (2012, p. 789-790), a construção de uma ou outra grande hidrelétrica seria necessária para suprir a oferta interna de energia por fonte renovável, mas considera insensata a profusão de hidrelétricas em áreas florestais com baixa densidade demográfica e economicamente insignificante: “[...] verdadeiro paradoxo se encontra na Amazônia: é detentora de cerca de 18% da água doce do planeta e a maioria da população não tem acesso à água potável”.

Para Fernandes (2010, p. 396), que pesquisou os impactos socioambientais no desenvolvimento dos municípios no entorno da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa,

[...] nem o Estado, nem o setor privado têm sido satisfatoriamente eficientes no sentido de assegurarem uma governança das águas que reverta o seu uso de forma sustentável para o desenvolvimento local e regional. Ao mesmo tempo, devido à fragilidade das populações em termos de capital social e à disparidade de interesses entre os segmentos de atores, as comunidades não conseguem articulação suficiente para barganhar do Estado e das empresas do setor elétrico um volume de compensações pelos impactos causados mais amplos do que essas instituições são legalmente obrigadas a cumprir.

No Tocantins, Sieben (2012, p. 184-185) analisou o papel do Estado no processo de desterritorialização de uma comunidade ribeirinha atingida pela Usina Hidrelétrica Estreito, concluindo que

A política energética no estado do Tocantins mostra prática recorrente para transformar o rio homônimo em seu território numa monocultura das águas, na sucessão de lagos, seguindo os projetos de Estado dos últimos governos. Apesar de não se ter efetuado cálculos socioeconômicos na pesquisa, mensurando os custos e os benefícios destes empreendimentos, deve-se considerar não somente as variáveis, no sentido meramente econômico, mas sim todo um processo envolvendo melhorias ambientais e sociais, apostando numa alternativa de desenvolvimento econômico e na relação social, econômica e ambiental correta com os recursos naturais disponíveis.

Em outro estudo, Massoli avaliou as externalidades geradas pela UHE Estreito (MA/TO) e verificou que

Apesar das propostas de programas ambientais delineadas pelo EIA/RIMA, nem todas foram suficientes para suprir a carência do município, visto que este ainda se apresenta com ausência de infraestrutura básica, condições de saneamento precário, nível da qualidade de vida baixo, insegurança por parte das famílias que foram deslocadas, e o meio ambiente ainda está se adaptando com as mudanças ocorridas. (MASSOLI, 2013, p.84).

Nem mesmo o acesso à energia elétrica produzida na região pode ser garantido aos moradores dos municípios afetados, conforme admite o Ceste, consórcio empreendedor da UHE Estreito: “[...] como é sabido todo empreendimento interligado ao sistema não garante o fornecimento de energia para a sua área de inserção, mas sim, quando possível, apenas melhorias nesse fornecimento.” (CNEC, 2001, p. 259).

A despeito dos diagnósticos e prognósticos contrários à intensificação da ocupação hidroenergética na região amazônica, especialmente no que se refere aos impactos sobre as populações ribeirinhas, prevalecem os discursos e as políticas em prol da ampliação dessa matriz.

De modo que as populações atingidas, tornam-se pequenos obstáculos a serem superados, inclusive uma possível resistência dos contrários a essa apropriação indiscriminada dos rios amazônicos é considerada como uma reação social previsível e contornável, como se pode observar nos conteúdos que seguem.

Tolmasquim, incentivador da consolidação da matriz energética brasileira pela exploração do potencial hidroenergético da Amazônia, afirma que o principal desafio para aumentar a oferta de energia hidrelétrica na região é compatibilizar o aproveitamento desse potencial hídrico com as políticas ambientais. Segundo ele,

essa é uma questão “[...] particularmente importante para o contexto da região Amazônica, considerando que 60% do potencial inventariado está na região e que esta possui cerca de metade de sua extensão coberta por áreas protegidas” (2016, p.123).

Na mesma linha, a Confederação Nacional da Indústria – CNI, ao apresentar o tema “A evolução do setor elétrico brasileiro rumo à sustentabilidade”, no Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico - FMASE, destaca:

Como já mencionado, a nova fronteira da geração de energia hidrelétrica no Brasil está na Amazônia, sendo que, dentre os aproveitamentos previstos, em construção e em operação, sem dúvida nenhuma a UHE Belo Monte revestiu-se de grande importância, servindo de exemplo para o setor elétrico de como os novos aproveitamentos deverão se preparar para enfrentar as reações da sociedade, dos ambientalistas e dos povos indígenas que, de maneira geral, posicionam-se contrariamente a novos empreendimentos na Amazônia.[...] Isso porque aos projetos de novas hidrelétricas são impostas exigências minuciosas para reduzir ao máximo os efeitos negativos sobre a natureza e as comunidades impactadas. (CNI, 2017, p. 28).

Mesmo que, em geral, a instalação de hidrelétricas na Amazônia não tenha representado benefícios diretos para as comunidades atingidas e até acentuado as desigualdades nas relações socioeconômicas quanto à distribuição dos ganhos gerados pela exploração hidroenergética, governo e empresas de eletricidade reforçam a intenção de continuar a investida na região, considerada estratégica para o setor, ainda que crítica em relação aos custos e impactos socioambientais.

Assim, reproduzem o discurso desenvolvimentista que tem justificado a instalação de grandes empreendimentos na região: “[...] com a experiência do Setor no trato das questões socioambientais, espera-se que os projetos previstos para serem construídos na Amazônia sejam construídos e proporcionem o desenvolvimento sustentável das regiões onde se inserem.” (IDEM, 2017, p. 29).

Diante dessa realidade, Fearnside (2015) reitera o poder de impacto da produção hidroenergética nas áreas de abrangência das usinas e ressalta que o futuro da população e do meio ambiente na região amazônica será determinado, em grande medida, pelas decisões que serão tomadas sobre a expansão hidrelétrica nos próximos anos.

3.4 A Hegemonia das Hidrelétricas no rio Tocantins

A Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia ocupa uma área de 918,8 mil km² que corresponde a (11% do território nacional), abrangendo os estados de Goiás (21%), Tocantins (30%), Pará (30%), Maranhão (4%), Mato Grosso (15%) e o Distrito Federal (0,1%). Comporta os biomas Amazônico, ao norte e noroeste, e Cerrado nas demais áreas.

O rio Tocantins faz parte da grande Bacia do Tocantins-Araguaia e sozinho concentra todas as hidrelétricas de grande porte da Bacia. Na esteira da expansão hidrelétrica na Amazônia Legal se destaca por abrigar mais de 1/3 dos empreendimentos em seu leito, contabilizando 7 UHEs, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 - Hidrelétricas em operação no rio Tocantins

UHE	(MW)	Operação	UF
Tucuruí I & II	8.535	30/12/1984	PA
Serra da Mesa	1.275	30/04/1998	GO
Luís Eduardo Magalhães- Lajeado	902,5	01/12/2001	TO
Cana Brava	450	22/05/2002	GO
Peixe Angical	498,8	27/06/2006	TO
São Salvador	243,2	06/08/2009	TO
Estreito	1.087	29/04/2011	MA/TO

Fonte: ANEEL, 2016. Adaptado.

As características hídricas e geológicas do rio Tocantins permitiram essa maior quantidade de projetos visando efetivo uso de suas águas para fins de geração de eletricidade, sendo que a atual capacidade instalada dessas sete usinas é de 12.779 MW. Existem ainda outras usinas planejadas e inventariadas para o rio Tocantins, a UHE Ipueiras/Ipueiras Energia S/A (480 MW), UHE Tupiratins/Investco S/A (620 MW) e a UHE Serra Quebrada/Alcoa/BHP Billinton/Eletronorte (1.328 MW). Na extensa Bacia do Tocantins-Araguaia há também dezenas de pequenas centrais hidrelétricas construídas nos afluentes dos dois grandes rios Tocantins e Araguaia.

O Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins e Araguaia (BRASIL, 2009), em relatório síntese, elaborado pela Agência Nacional de Águas – ANA e Ministério do Meio Ambiente, a região hidrográfica do

Tocantins-Araguaia representa 11% do território nacional com 918.822 km, abrangendo os territórios de cinco estados mais o Distrito Federal, quais são: Goiás (21%), Tocantins (30%), Pará (30%), Mato Grosso (15%), Maranhão (4%) e o Distrito Federal com apenas 0,1% do total. O documento de 2009 já previa uma demanda mais acentuada pelos recursos hídricos da região:

A Região Hidrográfica do Tocantins e Araguaia é a mais extensa em área de drenagem totalmente contida em território brasileiro e palco de dinâmico processo de desenvolvimento socioeconômico que deverá se intensificar nas próximas décadas em função das demandas nacional e internacional por commodities. Por seu caráter estratégico para o país, as potencialidades hídricas, agropecuária, mineral, para navegação e geração de energia serão cada vez mais demandadas. (BRASIL, 2009, p. 13).

A concentração de usinas no rio Tocantins para aproveitamento hidrelétrico está relacionada diretamente às potencialidades previstas em estudos de viabilidade técnica. O mesmo relatório reserva para a sub-Bacia do rio Tocantins em torno de 84% dos recursos desse rio para esse fim, e apenas 16% para a sub-Bacia do rio Araguaia, justificados mediante as características hídricas e ambientais do segundo, pois de acordo com a ANA (BRASIL, 2009, p. 16-17), principalmente em seu trecho médio, que – “[...] inclui diversas terras indígenas, áreas de proteção ambiental, o Parque Nacional do Araguaia, um sítio Ramsar, os parques estaduais do Araguaia e do Cantão e um corredor ecológico – deve ser protegido”.

Da origem no planalto central de Goiás até a sua foz, na Baía de Marajó, o rio Tocantins percorre 2.416 km nos estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará, em altitudes que variam de 1.000m nas nascentes a 100m na foz, com altitude média entre 500 e 200 metros. Divide-se em três áreas: Alto Tocantins – das nascentes à Lajeado, no Estado do Tocantins; Médio Tocantins – de Lajeado até o lago da UHE de Tucuruí, no Estado do Pará; e Baixo Tocantins – da UHE de Tucuruí até sua foz na Baía de Marajó (OLIVEIRA, 2008).

Desde o Império até o início dos anos 1960, o rio Tocantins fomentava o transporte fluvial de mercadorias entre o Sul e o Norte do Brasil, passando pelos estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará, numa rotina somente alterada após a construção da rodovia Belém-Brasília que impactou decisivamente o uso do rio como via de transporte, principalmente na área de abrangência do médio Rio Tocantins.

Às suas margens desenvolveram-se diversos núcleos urbanos como Porto Nacional, Miracema do Tocantins, Filadélfia, Babaçulândia e Tocantinópolis, no Estado do Tocantins; e Carolina, Estreito, Porto Franco e Imperatriz, no Estado do Maranhão, além de Marabá, no Estado do Pará, entre outros, impulsionados pela intensa navegação e consequente fixação de populações ao longo do Tocantins em seu período áureo. “O rio Tocantins foi a principal via de transporte comercial de cargas, ao longo dos últimos séculos, na região”. (GOMES, 2007, p. 19).

Algumas dessas cidades conseguiram superar o impacto da construção da rodovia, a exemplo de Imperatriz (MA), por ser entroncamento rodoviário das regiões Norte, Nordeste e Centro-sul do Brasil e Marabá, no Estado do Pará, destacado polo de produção mineral. Já localidades como Porto Nacional, Miracema do Tocantins, Filadélfia e Tocantinópolis (TO), Carolina e Porto Franco (MA) estagnaram ou entraram em decadência (OLIVEIRA, 2008).

Muitas dessas localidades passaram a sobreviver da agricultura familiar, da pesca e da pecuária, tudo praticado conforme os fluxos do rio, influenciados pela sazonalidade climática. No período chuvoso a pesca, na estiagem a agricultura rudimentar nas vazantes férteis e, com o crescimento do turismo no Brasil, intensificado a partir dos anos 1980, essas localidades começam a se tornar destinos para o turismo de sol e praia.

Essa movimentação não foi exclusividade do rio Tocantins, mas de toda região amazônica. A nova forma de apropriação do rio como fonte de lazer e turismo impulsionou sua ocupação, marcando o ritmo do desenvolvimento de muitos desses núcleos urbanos, tanto os de médio porte como Porto Nacional, Miracema do Tocantins e Tocantinópolis, no Estado do Tocantins, e Estreito e Carolina no Estado do Maranhão, como a maioria dos pequenos municípios como Peixe, Pedro Afonso, Filadélfia e Babaçulândia, todos no Estado do Tocantins.

Esses municípios incrementaram suas economias com o turismo sazonal propiciado pela época de estiagem, quando as águas do rio Tocantins baixam e no seu leito formam-se bancos de areia, praias prontas para a prática do lazer que atraem visitantes e turistas de diversas regiões do Brasil. Assim como ocorre no rio Araguaia:

Como num passe de mágica, suas águas baixam entre os meses de junho a outubro. Nas barrancas, as plantas desafogadas, rejuvenescidas e agradecidas, brotam seus vigorosos frutos. Frutos estes que alimentam tanto os animais aquáticos, quanto os terrestres.

Neste período, revelam-se em suas margens, exuberantes praias largas, extensas e de areias finas e brancas. Sobre elas abrigam e passeiam dóceis animais, como a tartaruga, os tracajás e outros. A população nativa e os turistas aproveitam para fazer deste lugar um espaço de passatempo. Suas praias simbolizam o lazer. Suas águas servem de entretenimento. (CARVALHO, 2008, p. 26).

Corroborando Carvalho (2008), Medeiros e Cormineiro (2014) explicam que, por mais de dois séculos os rios Araguaia e Tocantins foram os portões de acesso à Amazônia cuja importância para essa região não se restringia a ser via de comunicação e interesse econômico, mas significavam espaços de construção sociocultural. Conforme Oliveira (2008, p. 7):

[...] a vida às margens do rio Tocantins possuía um ritmo próprio, passado de geração a geração, pautado nas formas de fazer e de ser dos ribeirinhos. Se desde o século XVI o rio Tocantins funcionou esporadicamente como caminho para o interior, na conquista e ocupação do território, mais tarde, como solução para o 'isolamento' do sertão, como saída do interior para o litoral, atualmente sua importância se liga mais a questões voltadas para o fornecimento alimentos, de energia (pela construção de hidrelétricas), para o turismo, e num futuro próximo, novamente como meio de transporte por meio de hidrovias e eclusas.

Assim, dando continuidade ao projeto de aproveitamento do potencial hidrelétrico da bacia Tocantins-Araguaia, foi construída a Usina Hidrelétrica Estreito no rio Tocantins, empreendimento que causou significativos impactos na vida das comunidades estabelecidas na área de sua abrangência, desarticulando suas atividades produtivas, com destaque para o turismo sazonal que fomentava a economia da região.

Pela avaliação de Cruz (2010), o modelo econômico instituído na Amazônia desconsiderou as características regionais privilegiando sistemas agroindustriais que trouxeram sérios problemas às populações amazônicas e com o turismo não foi diferente: com o mercado turístico na Amazônia apresentando grande potencial de investimentos e lucros, diante do crescente fluxo turístico para a região, os empresários são incentivados a implantar os mais diversificados projetos, com incentivos fiscais dos órgãos oficiais e bancos. Para a autora,

É assim que o poder público e o mercado, unidos, pensam o turismo para a Amazônia, utilizando o planejamento turístico como ferramenta que vai servir a expansão do capital, agregando valores técnicos e

políticos, a serviço dos grandes empresários. Enquanto que os pequenos empreendedores e comunidades caboclas, ribeirinhos, índios, negros, são excluídos do processo, contribuindo assim, para que o ciclo da pobreza e da exclusão se recrie e perpetue nas comunidades amazônicas. (CRUZ, 2010, p. 100-101).

Nesse contexto, os ribeirinhos, antes caracterizados como agricultores, vazanteiros, pescadores e barqueiros passaram a compor uma nova categoria social, produzida pelo excludente modelo energético brasileiro: a dos atingidos por barragem. Nessa condição, os barqueiros que em outros tempos eram “[...] importantes representantes e tradutores das experiências de viver dos e pelos rios” (MEDEIROS; CORMINEIRO, 2014, p. 152), tornaram-se obsoletos diante da extinção de suas rotas e das atividades produtivas.

3.5 Usina Hidrelétrica Estreito – Impactos e Mitigação

Com o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) iniciado no governo Lula, intensificou-se a exploração da potência instalada dos rios da Amazônia brasileira para geração de energia elétrica, tomada como prioridade no Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2006-2015, por ser um recurso de fonte renovável e de alta competitividade.

Na esteira de investimentos para o setor elétrico, a UHE Estreito foi a última usina a entrar em operação no rio Tocantins, sendo inaugurada em 2012 pela então Presidente Dilma Rousseff que a considerou um marco na retomada do crescimento do setor elétrico:

Quero dizer que nós fizemos um grande esforço para estabilizar o setor elétrico no Brasil, para que não haja racionamento, para que as melhores práticas de segurança sejam implantadas e isso é um projeto que passa, necessariamente, por uma cooperação entre o setor público e o setor privado. Nós voltamos, também, a investir não só em geração, mas em redes de transmissão e distribuição ao longo de todo o período do governo Lula e no meu período de governo nós iremos continuar perseguindo essa expansão de forma planejada e consistente. [...] E eu acredito que esta usina, ela pode trazer, junto com o acesso à terra, o acesso ao pescado, o acesso a uma produção de renda e riqueza para os atingidos pela barragem, que terão de ter uma renda muito significativa – inclusive, como compensação por esse processo. Eu queria dizer que daqui também, depois que se produz energia, se tira também riqueza, se tira riqueza deste rio e deste reservatório (ROUSSEFF, 2012, texto eletrônico).⁶

⁶Discurso proferido na solenidade de inauguração da Usina Hidrelétrica Estreito, em 17/10/2012.

Edificada sobre o leito do rio Tocantins, na divisa dos estados do Maranhão e Tocantins, a UHEE caracteriza-se como um empreendimento hidrelétrico privado, mantido com capital nacional e estrangeiro que criou o Ceste, liderado pelo grupo franco-belga Engie acionista majoritário do empreendimento com 40,07% e as empresas Vale, com 30%, Alcoa com 25,49%, e Camargo Correa Energia com 4,44% de participação acionária⁷ (CNEC, 2005). Sua capacidade instalada é de 1.087 MW, com 436 MW médios, produção suficiente para abastecer uma cidade de 4 milhões de habitantes. Seu reservatório calculado cobre 590 km², com 290 km de extensão e área inundada efetiva de 434 km². (CNEC, 2001).

A barragem da UHE Estreito está localizada a 2,5 km das margens da rodovia Belém-Brasília (trecho da BR 226/BR 010), entroncamento rodoviário com a Transamazônica (BR-230). A estrutura de barramento divide-se em três municípios: Estreito, no Estado do Maranhão; Aguiarnópolis e Palmeiras do Tocantins, no Estado do Tocantins. Está a 730 km de distância da capital do Maranhão, São Luiz, a 120 km da segunda maior cidade do Maranhão, Imperatriz, a 130 km da cidade de Araguaína, a segunda maior cidade do Estado do Tocantins e a 533 de Palmas, capital do Estado do Tocantins.

Figura 3 - Localização geográfica da Usina Hidrelétrica Estreito (UHEE)



Fonte: Ceste (2016)

⁷ Informações extraídas do vídeo institucional “Usina Hidrelétrica de Estreito”.

Apesar de ser um empreendimento privado, está incorporada ao Sistema Interligado Nacional de Distribuição de Energia (SIN), através da subestação de Imperatriz-MA, possibilitando que sua produção seja controlada e distribuída pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) aos consumidores de todas as regiões do Brasil.

Sua concepção é de uma hidrelétrica a fio d'água, sistema que consiste no aproveitamento das margens do rio sem a necessidade de criar um reservatório de acumulação, visando causar menos impacto que um reservatório tradicional. No entanto, a área de drenagem do seu reservatório interfere diretamente em doze municípios dos estados em que abrange, sendo dois no Estado do Maranhão (Carolina e Estreito) e dez no Estado do Tocantins (Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins).

A Usina Hidrelétrica Estreito foi a terceira a ser instalada na região do médio rio Tocantins, depois das hidrelétricas de Tucuruí – a primeira a ser construída em meados dos anos de 1980 e cuja localização delimita os trechos do médio e do baixo Tocantins – e a de Lajeado, primeira usina desse mesmo trecho. Há ainda mais quatro hidrelétricas instaladas, todas no trecho denominado alto rio Tocantins, nomeadamente: UHE Serra da Mesa, UHE Cana Brava, ambas no Estado de Goiás, e as UHE São Salvador e UHE Peixe Angical, ambas no Estado do Tocantins.

O processo de implantação da UHE Estreito demorou mais de uma década, iniciando-se em novembro de 2000 e concluindo-se em abril de 2011, sendo oficialmente inaugurada em outubro de 2012.

Por situar-se entre dois estados da federação a UHEE teve que submeter seu licenciamento ambiental a três diferentes órgãos de controle ambiental: um federal, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e os estaduais, Sistema Estadual do Meio Ambiente (SISEMA), do Maranhão, e o Instituto de Natureza do Tocantins (NATURATINS), do Estado do Tocantins.

Outros dois órgãos federais também tiveram papel fundamental na autorização da licença, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), pela existência de território de indígena da etnia Krahô na região de Goiatins (TO), mas que não atendido na forma da Lei, pois considerou-se insignificante o impacto sofrido em suas terras, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), nesse caso, pela presença de dois bens naturais tombados na região do município de Carolina, Estado do

Maranhão, O Morro das Araras e o Morro da Figura, ambos tombados pelo Iphan.

Embora tenha atingido mais municípios do Estado do Tocantins, dez no total, os maiores beneficiários dos *royalties* em termos proporcionais foram os dois municípios do Estado do Maranhão, Carolina e Estreito. Isso porque Carolina detém o maior percentual de área inundada e Estreito é onde se localiza a casa de máquinas da UHEE, na margem direita do rio Tocantins.

O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da Usina Hidrelétrica Estreito destaca o valor do rio Tocantins no conjunto do patrimônio histórico, cultural e arqueológico de sua área de abrangência e, por sua importância, esse rio se torna referência para observar o passivo socioambiental gerado pela intensa presença desses empreendimentos na Amazônia Legal.

O principal bem paisagístico da região é o próprio rio Tocantins, que é utilizado como balneário no período das vazantes - que ocorrem nos meses de junho, julho e agosto, quando surgem as regionalmente tradicionais praias de Filadélfia, Babaçulândia e Imperatriz entre outras de frequência [sic] mais local. (CNEC, 2001, p. 73).

O fato de a Usina Hidrelétrica Estreito estar localizada em uma região que predomina um determinado tipo de vegetação rarefeita ou pouco densa – o Cerrado, cujas características são típicas das savanas africanas, as preocupações ambientais com a perda da biodiversidade são minimizadas:

Como os reservatórios são de reduzido tempo de retenção de água e/ou com local de implantação previsto em áreas de vegetação pouco densa (cerrado), as obras não deverão gerar graves problemas na alteração da qualidade das águas do rio Tocantins. (CNEC, 2001, p. 09)

Pelo exposto, vale destacar, como afirma Pereira (2013, p. 48), que as características do empreendimento e sua localização entre dois estados dão a ideia dos problemas advindos de sua construção, pois “[...] demonstra claramente as proporções dos impactos sociais e econômicos que a região estreitense, no Sul do Maranhão, e Bico do Papagaio, no Norte do Tocantins, sofreram em função da implantação de tal projeto hidrelétrico”. O autor conclui que a construção da UHEE na região do médio Tocantins visou exclusivamente explorar a produção hidroenergética na bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia, comprometendo a emaranhada rede socioeconômica que há décadas mantinha as comunidades atingidas pela usina.

Seus impactos foram dimensionados no EIA/RIMA e serviram de base para os processos de mitigação e indenizatórios. De acordo com os empreendedores, dos 2,3 bilhões de reais investidos na usina, custos estes previstos no RIMA (CNEC, 2001), 15% foram destinados aos programas sociais e ambientais nos municípios atingidos.

A todos os municípios afetados diretamente pelo empreendimento (seja pela estrutura de seu barramento ou pela drenagem do lago do reservatório) e, aos que tiveram parte de seu território inundado, foram designadas compensações financeiras na forma de *royalties*, nominado “valor adicionado (VA)”, de acordo com a proporção de terras inundadas.

Para os municípios que dividem a estrutura de barramento do rio, como vertedouro e casa de máquinas (turbinas), Aguiarnópolis-TO (sede da UHEE, sem área inundada), Palmeiras do Tocantins-TO e Estreito-MA, além do percentual de inundação foi adicionada uma cota extra de 16,7% nos *royalties*.

A compensação financeira corresponde a 6% do valor da energia produzida pela hidrelétrica, sendo 45% desses recursos destinados aos estados do Maranhão e Tocantins, mais 45% para os municípios que tiveram parte de seu território inundado e/ou que tenham a estrutura de barramento em seu território, 3,6% para a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), 2% para a Secretaria de Ciência e Tecnologia e 4,4%. De acordo com a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (MMA),

O recebimento da Compensação Financeira ocorre apenas na fase de operação, constituindo um impacto positivo, de caráter permanente, causado diretamente pelo empreendimento, irreversível e devendo prolongar-se pela vida útil do empreendimento. Para os municípios afetados, segundo legislação vigente, o efeito é irreversível e de âmbito localizado. Não foram consideradas medidas de otimização, uma vez que a Compensação Financeira obedece à regulamentação específica. (CNEC, 2001, p. 121-122).

Sobre o processo indenizatório dos ribeirinhos atingidos pela Usina Hidrelétrica Estreito, Pereira (2013) salienta que o Ceste seguiu a política território-patrimonialista comumente adotada pelas construtoras das grandes hidrelétricas na qual o Estado se abstém de participar das negociações, delegando plenos poderes aos empreendedores para tratarem diretamente com os atingidos.

Confirmando essa assertiva, Sieben (2012) relata que, no caso de Palmatuba, povoado de Babaçulândia extinto com a formação do lago da UHEE, o Ceste usou a

Carta de Crédito para indenizar os atingidos e, com essa opção, diminuiu seus custos e responsabilidades. Para o autor, direta ou indiretamente, o Estado atua por meio de leis e empresas para favorecer o capital, em prejuízo dos ribeirinhos.

Nas indenizações dos barqueiros de Babaçulândia, sujeitos desta pesquisa, seguiram-se as mesmas estratégias de outros projetos: atendimento individualizado, com as condições determinadas pelos empreendedores, cujos representantes apresentam os cálculos baseados unicamente em suas próprias avaliações, desconsiderando a opinião dos atingidos, desconfigurando o conceito de negociação, sendo, na realidade, um processo impositivo.

Como relata um dos membros da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia:

Na época que tava ainda começando, nós fizemos até uma negociação com o Ceste, assim, nós tinha essa atividade aí, pro resto de nossas vidas, pros nossos filhos, pros nossos netos e ela ia continuar aí, daí nós fizemos uma projeção de dez, vinte anos, né? Aí nós fizemos um levantamento da média que a gente ganhava por ano, com essa atividade. Uma projeção, fizemos dados concretos do que a gente ganhava porque a gente antes a travessia nossa aqui tava tudo anotadozinho. Tem tudo anotado na prefeitura porque a gente pagava um percentual. A maior parte ia pra prefeitura, entendeu? Dia de show, aí cobrava oito reais da passagem e só recebia um e meio, dois... parece, entendeu? Assim mesmo, dava, ainda tinha que tirar pra associação, tirar pra prefeitura, ainda tinha despesa de combustível, do ajudante, de tudo, mas ainda sobrava, e era muito, não era pouco não. (B14, entrevistado em 14/10/2015).

Nesse processo, os atingidos por barragem, tornam-se, como caracteriza Bourdieu (2005), vítimas isoladas de uma luta simbólica na qual são dominados e não têm outra escolha senão aceitar sua realidade adversa. Como reforça outro barqueiro: “[...] eles botavam o valor que queriam. Se a gente não aceitava a proposta, eles vinham com outra menor que aquela. Aí a gente tinha que pegar, né. Era tudo amarrado. De qualquer jeito eles ganhava”. (B1, Entrevistado em 27/03/2015).

Como previsto no EIA/RIMA da UHE Estreito, além dos impactos diretos aos doze municípios dos dois Estados, outros dez municípios também sofreram os impactos econômicos indiretos gerados pelo empreendimento como Imperatriz-MA e Araguaína-TO, os mais importantes núcleos populacionais e econômicos da região.

No meio sócio-econômico, foram considerados os municípios cujas terras serão inundadas pela formação do reservatório e/ou sofrerão intervenções decorrentes das obras de implantação do empreendimento, além daqueles que são polos de atração da região

[...]. Esta delimitação considerou a geração de empregos diretos e indiretos e o fornecimento de insumos diversos necessários na etapa de implantação. (CNEC, 2001, p. 28).

A linha de defesa desse projeto hidrelétrico segue com outros argumentos não menos superficiais para não dizer contraditórios, pois adota o viés estritamente econômico sem considerar que tudo está relacionado ao modo de vida local, não só o rio em si, mas todo o conjunto da natureza do ambiente, condicionante para a permanência de pessoas e a manutenção das comunidades naquele lugar.

Conquanto reconheça que “[...] os ambientes que serão mais alterados, quanto à fauna e flora, são os fluviais e as várzeas inundadas pelos reservatórios ao longo do rio Tocantins, restando as áreas de preservação dos afluentes” (CNEC, 2001, p. 09), o consórcio empreendedor minimiza seus impactos negativos:

Por outro lado, apesar de acarretar danos irreversíveis e não mitigáveis para as populações diretamente afetadas, do ponto de vista socioeconômico e ambiental, para o conjunto da população dos municípios da área de influência, mesmo de seus segmentos mais deprimidos, podem ser previstas melhorias. (CNEC, 2001, p. 259-260).

Ao analisar o conteúdo do EIA/RIMA da usina em questão, alguns aspectos apresentam-se relevantes na abordagem dos impactos por esse documento. Para o levantamento dos impactos, a UHE Estreito aplica uma metodologia específica comum a empreendimentos hidrelétricos que consiste em “[...] identificar de forma sistemática, qualificar e quantificar, quando passíveis de mensuração, os impactos a serem gerados pelo empreendimento”, sendo que esse processo ocorre em três etapas (CNEC, 2001, p. 80):

- 1- listagem das ações geradoras;
- 2- identificação;
- 3- análise, qualificação e avaliação.

Na qualificação dos impactos consideram-se: localização (posição na área de influência); tipologia (direto ou indireto); fase (implantação ou operação); natureza (positiva ou negativa); a duração (temporária ou permanente); espacialização (estrita ou dispersa); reversibilidade (reversível ou irreversível); ocorrência (certa, provável ou improvável); importância (alta, média ou baixa); magnitude (quantificação do impacto).

Para cada impacto identificado propõe-se uma ação mitigadora correspondente cuja classificação se dá de acordo com a característica (preventiva, corretiva, potencializadora ou compensatória); a eficiência (baixa, média ou alta); e a responsabilidade (competência e atribuição legal).

Observando os quadros anexados ao tópico 4- Impactos da Usina Hidrelétrica Estreito (p. 80)⁸, no cômputo geral, foram identificados 10 impactos positivos e 75 negativos, considerando os meios físico (4 positivos e 14 negativos), biótico (nenhum positivo e 17 negativos) e socioeconômico (6 positivos e 44 negativos).

Quanto aos impactos diretamente relacionados à atividade turística, destacam-se a alteração da paisagem pela implantação e enchimento do reservatório (imensurável) e a perda de pontos de interesse paisagístico-turístico (4 praias, 1 ilha, 2 balneários recomposição de áreas de lazer e 1 cachoeira).

Classificados como irreversíveis, de alta importância cujas medidas mitigadoras são de média eficiência e dependem da elaboração de um zoneamento ambiental das margens reservatório (Plano Diretor), sob a responsabilidade do empreendedor e das prefeituras dos municípios atingidos.

Ao discorrer sobre o futuro da região, o relatório destaca a importância das praias fluviais para as populações ribeirinhas, reconhecendo que o turismo nessas praias é o que aquece a economia local, mas relativiza o impacto da perda desses atrativos, apresentando a integração lago-cidade como forma de mitigá-la:

Embora a perda das praias seja um impacto cultural e para a economia atual relativamente pesado, é provável que no cenário emergente, os processos de renovação urbana, com a reestruturação da interface rio (lago)-cidades e com a implantação de praias artificiais, assim como as demais possibilidades abertas pela presença do reservatório, permitam um florescimento da atividade turística, o que deverá ser especialmente importante para a cidade de Carolina. (CNEC, 2001, p. 260).

E nessa concepção mitigadora foi proposto o Programa de Recomposição das Áreas de Turismo e Lazer (CNEC, 2001 p. 225), com os objetivos principais de compensar a perda das praias com a construção de praias artificiais nas margens do reservatório e selecionar locais com potencial paisagístico turístico tendo em vista a

⁸ Ver EIA/RIMA (CNEC, 2001).

criação de novas áreas de lazer sendo previstas a reposição de 4 praias nas cidades de Filadélfia/Carolina, Babaçulândia, Barra do Ouro e Palmeirante.

Essa medida compensatória é classificada como de alta eficiência e sua implementação “[...] é de responsabilidade do empreendedor, porém deverão envolver a participação do Poder Público e da população local”. (CNEC, 2001, p.134).

No Sub-Programa de Fomento às Atividades Turísticas, o objetivo principal seria o de contribuir para o desenvolvimento e consolidação do turismo como importante atividade econômica na região, tendo como objetivos específicos: 1) divulgar as potencialidades do lago, atraindo investimentos para a exploração dos esportes náuticos e de equipamentos de lazer, bem como loteamentos, clubes, hotéis, pesqueiros, campings, parques, etc; 2) divulgar programas ambientais de incentivo ao ecoturismo na região; implantar um centro de visitação e informações ambientais e operacionais junto à barragem; implantar cursos de capacitação em lazer e turismo para qualificar os trabalhadores locais para operar; e desenvolver campanha de conscientização da população local sobre a importância da atividade turística, de modo que possam beneficiar-se das novas infraestruturas e serviços presentes na região.

Note-se que esses objetivos se restringem à divulgação do potencial turístico e das ações realizadas com apoio do empreendimento. Como o próprio texto sugere, as ações elencadas se referem ao aproveitamento do lago cujas potencialidades favorecem o segmento do turismo náutico que “[...] é um dos primeiros segmentos de promoção para a integração do turismo e da recreação nos lagos artificiais” (WIESINIESKI, 2015, p. 46).

Vale destacar que com 9.200 km de margem de reservatórios ao longo dos quais predominam os rios de planalto, o Brasil possui alta capacidade de geração de energia hídrica, sendo que os reservatórios das usinas também apresentam potencial de aproveitamento turístico. Tanto que as praias artificiais construídas em lagos de reservatórios interiores são muitas vezes reconhecidas como medidas compensatórias ou de mitigação dos impactos diretos e indiretos dos empreendimentos (BRASIL, 2008).

A designação turismo de sol e praia aplica-se a uma gama de ambientes, considerando-se praia qualquer área situada ao longo de um corpo de água desde que composta por areia, lama ou pedra, sendo denominadas como praias marítimas, fluviais e lacustres, às margens de rios, lagoas e demais corpos de água doce e, praias

artificiais, construídas à beira de lagos, represas e outros corpos d'água (BRASIL, 2008).

Para fins de elaboração de políticas públicas, o segmento denominado turismo de sol e praia compreende atividades turísticas ligadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias com a presença dos elementos água, sol e calor. “Mais do que em ambientes litorâneos, o Turismo de Sol e Praia em águas interiores possui uma estreita ligação com outros segmentos, principalmente o Turismo Náutico, o Ecoturismo e o Turismo de Pesca Esportiva” (BRASIL, 2008, p. 16).

Assim, numa região onde o turismo de sol e praia fluvial alcançava pleno desenvolvimento e teve o ciclo de vida interrompido, essa nova modalidade encontra inúmeras barreiras para manter-se e superar os impactos do empreendimento que provocou o declínio da modalidade turística pré-existente.

4 TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Não por acaso o turismo é considerado uma das forças econômicas mais poderosas da atualidade, pois movimentava 10% da atividade da economia mundial (WTTC, 2015), criando mercados, gerando consumo, renda e fomentando o desenvolvimento de países, regiões e municípios.

Esse desempenho tão significativo levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a proclamar 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento, reconhecendo o potencial dessa atividade no enfrentamento da pobreza, na promoção da compreensão recíproca e no diálogo intercultural, pautas fundamentais na missão da Unesco.

A Organização Mundial de Turismo (OMT, 2001, p. 38) define turismo como sendo [...] “as atividades que as pessoas realizam durante as suas viagens e permanência em lugares distintos do seu entorno habitual, por um período consecutivo de tempo inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros” e, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, entende o turismo sustentável como aquele que “atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro” (OMT, 2003, p. 24). Nesse contexto, ampliando o conceito, a entidade compreende o turismo como

[...] um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas passam a ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (OMT, 2003, p. 24).

Com esse atributo, o Turismo tornou-se um setor estratégico na busca pelo Desenvolvimento Sustentável (DS), um modelo de crescimento econômico reconhecido pela ONU no Relatório Brundtland (1991) como um processo de mudança cujas alterações nas formas de consumir os recursos e de administrar as intervenções devem orientadas de modo a atender as necessidades do presente e garantir as necessidades das gerações futuras.

Assim como o paradigma do Desenvolvimento Sustentável, o turismo sustentável enfrenta críticas quanto à sua efetividade, uma vez que compatibilizar crescimento econômico e conservação dos recursos naturais, revelou-se uma tarefa

hercúlea diante do desafio de transformar a cultura de consumo própria do estilo de vida da sociedade contemporânea que, ameaçada pelos problemas ambientais globais, adotou a sustentabilidade como resposta para o colapso iminente, colocando-a no topo da agenda mundial.

Como tema de interesse geral, mas também de grupos e classes específicas, o Desenvolvimento Sustentável e sua premissa básica (a sustentabilidade) foi incorporado a diversos discursos, muitas vezes antagônicos, que buscam influenciar as decisões dos múltiplos atores sociais na direção de suas conveniências econômicas, políticas e ideológicas.

Num campo de forças tipicamente Bourdieusiano, o discurso da sustentabilidade pode servir a diferentes propósitos, dependendo da intencionalidade, pois “[...] à medida que o debate da sustentabilidade vai se tornando mais complexo e é difundido socialmente, ele vai sendo apropriado por diferentes forças sociais que passam a lhe imprimir o significado que melhor expressa seus valores e interesses particulares” (LIMA, 2003, p. 107).

Sachs (2006), por sua vez, argumenta que o conceito de desenvolvimento sustentável surge de uma nova visão sobre os limites do planeta, do reconhecimento das suas fragilidades e da necessidade de alinhar a questão socioeconômica com a satisfação das demandas básicas das populações. Para o autor, a sustentabilidade apresenta oito dimensões:

- 1) *Social*: que se refere ao alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, com distribuição de renda justa, emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
- 2) *Cultural*: referente a mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação), capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas) e autoconfiança, combinada com abertura para o mundo.
- 3) *Ecológica*: relacionada à preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis.
- 4) *Ambiental*: trata-se de respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
- 5) *Territorial*: refere-se a configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público), melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.

6) *Econômica*: desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, com segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional.

7) *Política* (Nacional): democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores e um nível razoável de coesão social.

8) *Política* (Internacional): baseada na eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, Pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio da igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco), controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica (e cultural), gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade, sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter *commodity* da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade. (SACHS,2002, p. 71-73).

Ao considerar essas dimensões, Sachs (2002) evidencia a amplitude e o alcance do conceito, reforçando o caráter de complexidade que envolve a construção, a interpretação e, sobretudo, a aplicação dessas dimensões.

Para Leff (2000), a concretização dos princípios e estratégias do desenvolvimento sustentável é mais complexa e vai além da mera incorporação de uma dimensão ambiental nos paradigmas econômicos, dos instrumentos do planejamento e das estruturas institucionais que sustentam a racionalidade produtiva vigente. O autor reforça que o desenvolvimento sustentável não se restringe a compatibilizar desenvolvimento e conservação, mas induz a refletir sobre um desenvolvimento alternativo que agregue natureza e cultura como forças produtivas, criando uma nova racionalidade.

Em geral, o conceito de sustentabilidade é genericamente associado às características físicas do ambiente e/ou à sua capacidade econômica. No campo do turismo, Beni (2003), amplia e destaca três dimensões básicas da sustentabilidade: social, ecológica e cultural: a dimensão social relaciona-se à criação de um processo de desenvolvimento turístico baseado no fator humano, buscando maior equidade na distribuição dos direitos e condições de vida das populações receptoras; a ecológica orienta-se pela racionalização dos recursos naturais, considerando as tecnologias

renováveis para promover a autolimitação da produção e consumo de produto turístico; e, a cultural, que envolve a manutenção de modelos e sistemas endógenos para fortalecer as tradições locais.

Dentre essas dimensões, a cultural se destaca como a mais crítica de se enfrentar, uma vez que requer uma ruptura de comportamentos culturais e identitários, tanto por parte de quem pretende alterar a cultura local, como pelos que resistem à transformação.

Nesse sentido, a noção de turismo sustentável deve extrapolar o discurso estritamente econômico que predomina sobre a atividade. De acordo com Hanai (2012, p. 224):

As aspirações de sustentabilidade na atividade turística conduzem a uma nova forma de pensar a abordagem do fenômeno complexo do turismo, inserindo e incorporando os princípios éticos e propósitos do desenvolvimento sustentável em sua performance.

Ante o exposto e, melhor delineando, Bursztyn (2009) pondera que quando se imaginam as atividades turísticas como meios de promover o desenvolvimento numa região, devem-se criar condições que induzam à superação dos fatores que limitam as decisões e as oportunidades de pessoas e comunidades cujos modos de vida são transformados pela interferência das novas práticas.

No contexto da sustentabilidade, o turismo, que se apropria do espaço como matéria-prima, deve transformá-lo de um modo que conserve seu patrimônio material e cultural, beneficiando a localidade com o aproveitamento dos seus recursos humanos, valorizando a cultura nativa, criando empregos e gerando receitas públicas que produzam efeitos na economia de uma região. Afinal,

Turismo sustentável é o turismo que se desenvolve e mantém numa área (ambiente, comunidade) de tal forma e a uma tal escala que garante a sua viabilidade por um período indefinido de tempo sem degradar ou alterar o ambiente (humano ou físico) em que existe e sem pôr em causa o desenvolvimento e bem-estar de outras actividades e processos. (BUTLER apud PARTIDÁRIO, 1999, p.81).

Para Swarbrooke (2002, p. 13) “o turismo sustentável é uma abordagem de turismo que reconhece a importância da comunidade local, a forma como as pessoas

são tratadas e o desejo de maximizar os benefícios econômicos do turismo para essa comunidade”.

Contudo, promover o desenvolvimento sustentável do turismo numa localidade passa, necessariamente, pela compreensão do que vem a ser desenvolvimento local: aquele ocorre em pequenas localidades, em escala humana e de forma endógena, permitindo a participação da população autóctone para promover mudanças estruturais em benefício próprio.

Barquero (2001) reforça que o desenvolvimento endógeno busca atender às necessidades e demandas locais por meio da participação ativa da população envolvida, pois mais do que obter lucros, objetivo é alcançar o bem-estar econômico, social e cultural do conjunto da comunidade.

Assim, “além de influenciar os aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviços), a estratégia de desenvolvimento procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade”, uma vez que “[...] localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, bem como de economias de escala não aproveitadas, que formam seu potencial de desenvolvimento”. (BARQUERO, 2001, p. 39-57).

Em Amaral Filho (1995, p. 602) tem-se que:

Sem dúvida alguma o segmento turismo é a opção que mais se aproxima do paradigma do desenvolvimento endógeno sustentado na medida em que consegue conjugar vários elementos importantes para o desenvolvimento local regional (i) forças sócio-econômicas, institucionais e culturais locais, (ii) grande número de pequenas e médias empresas locais, ramificadas por diversos setores e sub-setores, (iii) flexibilização, (iv) alto grau de multiplicação da renda local, (v) indústria limpa, (vi) globalização da economia local, através do fluxo de valores e informações nacionais e estrangeiros, sem que essa globalização crie um efeito ‘trade-off’ em relação ao crescimento da economia local.

Como explica Coriolano et al (2009), no turismo de base comunitária, as comunidades se organizam em arranjos produtivos locais para deter o controle efetivo de seus territórios e das atividades turísticas neles realizadas. De forma sistêmica, nesses arranjos produtivos locais ocorre o que Marshall (1982) descreve como uma cooperação entre forças sociais e econômicas, estabelecendo a ponte para uma distribuição mais equilibrada do trabalho e da renda. Ele acredita que fatores como os

costumes, a religião e a política estão diretamente associados ao desenvolvimento do mundo.

Nesse contexto, Coriolano et al (2009, p. 68) assim inserem o turismo:

As atividades turísticas comunitárias são associadas às demais atividades econômicas, com iniciativas que fortalecem a agricultura, a pesca e o artesanato, tornando estas atividades preexistentes ao turismo mais sustentável. Prioriza a geração de trabalho para os residentes, os pequenos empreendimentos locais, a dinamização do capital local, a garantia da participação de todos, dando espaço também às mulheres e aos jovens.

Dessa forma, o turismo comunitário não é um segmento, mas uma forma de desenvolvimento que vem sendo referenciada por múltiplas denominações: turismo solidário, responsável, sustentável, ecoturismo de base comunitária etc. Na ausência de uma definição consensual pode ser entendido com o “turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade”. (WWF, 2003. p. 23).

Nesse sentido, a sustentabilidade turística de pequenas localidades, especialmente das comunidades tradicionais, teria mais chance de ser alcançada nos moldes de desenvolvimento comunitário. Todavia, paradoxalmente, essa ideia parece não contemplar essas comunidades, pois “quando se fala em um Arranjo Produtivo Local, deve-se considerar, em primeiro lugar, a existência de uma aglomeração de um número de empresas que atua em torno de uma atividade produtiva principal”. (CARDOSO, 2014, p. 7).

Em que pese a ausência dessa aglomeração de empresas nos arranjos produtivos locais das comunidades tradicionais cuja produção, baseada em no plantio, criação, caça, pesca, extrativismo, artesanato, “está associada a relações de parentesco e compadrio e são baseadas em relações de troca e solidariedade entre famílias, grupos locais e comunidades” (MPMG, S/D, p. 13)⁹, essa realidade não pode ser determinante ou impeditiva para o desenvolvimento local, mas representa um limite a ser considerado no contexto do turismo sustentável.

⁹ Caracterização dos arranjos produtivos em comunidades tradicionais de Minas Gérias publicada na “Cartilha de direitos dos povos e comunidades tradicionais”, produzida pelo Ministério Público de Minas Gerais.

Ademais, “ao contrário dos demais empreendimentos coletivos, o Arranjo Produtivo Local – APL – não se constitui sob a forma de pessoa jurídica ou é determinado por um contrato” (Idem, 2014, p. 7).

Para o Ministério Público de Minas Gerais,

Cabe ressaltar também que a produção desses povos e comunidades é marcada por ritmo e lógica próprios. Muitas vezes queremos imprimir outros ritmos e lógicas aos processos produtivos de tais comunidades, sem considerar que elas são estruturadas com base nos princípios de autonomia e liberdade, o que não combina com a completa subordinação ao mercado ou a qualquer outro padrão. (MPMG, S/D, p. 14).

Nesse sentido, o desenvolvimento do turismo em comunidades tradicionais deve considerar a possibilidade do choque cultural, pois ao se concretizar, inevitavelmente, a atividade vai transformar para sempre o estilo de vida local, podendo contrapor-se à ideia de conservação dessas comunidades (MONTEIRO, 2013).

Como explica Tavares (2009, p. 254):

Todos os caminhos conduzem a uma percepção nítida de que a exploração turística dos recursos ambientais revela em primeiro lugar a prestação de um serviço, cujo objetivo final é, sem dúvida, o lucro, mas também, a uma percepção de que não se pode reduzir exclusivamente à mercadologia a vida das populações, principalmente das tradicionais, a qual se assenta em alicerces mais profundos.

Embora a participação da comunidade seja condição *sine qua non* para o desenvolvimento do turismo numa região, sua sustentabilidade vai além da colaboração dos moradores. Mostra-se imperativo que se garanta o acesso à água tratada, rede de esgoto, energia elétrica, educação, saúde, segurança e lazer à população residente para que o estilo de vida local seja atraente aos turistas, ou seja, uma articulação entre políticas públicas, iniciativas privadas e participação comunitária.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003), as diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo e as práticas de gestão sustentáveis são compatíveis com todas as modalidades de turismo em todas as categorias de destinos, abrangendo o turismo massivo e os diferentes segmentos turísticos.

Nesse escopo, o turismo sustentável deve otimizar o uso dos recursos ambientais; respeitar a originalidade sociocultural das comunidades receptoras; conservar o seu patrimônio arquitetônico cultural e vivo, bem como seus valores tradicionais, contribuindo para o entendimento e a tolerância intercultural; garantir uma atividade econômica viável de longo prazo, com a distribuição equitativa dos benefícios socioeconômicos e, contribuir para a redução da pobreza.

Para alcançar esses propósitos, a Organização Mundial do Turismo estabelece a necessidade de criação e aplicação de indicadores de sustentabilidade como elementos essenciais ao processo de planejamento e gerenciamento turístico, tornando possível monitorar de forma consistente as constantes transformações, com vistas a orientar e alterar, caso necessário, as políticas públicas para o turismo.

Os indicadores devem ser instrumentos capazes de avaliar uma questão ambiental de modo integrado, associando as dimensões econômica, ambiental e social numa determinada comunidade, sendo importantes referências para a identificação de problemas e a definição de diretrizes, auxiliando na tomada de decisão em políticas públicas e investimentos privados, pois avaliam condições e apontam tendências. “São componentes que fornecem informações indispensáveis para a compreensão do mundo, para tomada de decisões e para planificação de ações”. (MEADOWS, 1998, p. 1, tradução livre).

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003) elencou cinco critérios para a seleção dos indicadores de sustentabilidade turística: relevância, viabilidade de obtenção e análise; credibilidade e confiabilidade da informação; clareza e facilidade de interpretação; e comparabilidade temporal e regional.

Embora a OMT (2003) saliente que os indicadores de sustentabilidade turística devem ser selecionados conforme as prioridades locais, a entidade aponta 12 indicadores básicos para a avaliação da sustentabilidade turística: satisfação local com o turismo; efeitos do turismo sobre a comunidade local; satisfação do turista e sua manutenção; sazonalidade do turismo; benefícios econômicos do turismo; gestão energética; disponibilidade e conservação dos recursos hídricos; qualidade da água potável; tratamento de esgoto; gestão de resíduos sólidos; ordenamento do desenvolvimento local; controle da intensidade de uso dos recursos locais pelo turismo.

Contudo, os indicadores não são aplicáveis a toda e qualquer localidade, pois, como afirmam Camino e Müller (1993), não há universalidade nos indicadores que

tampouco abarcam todas as dimensões de uma realidade. Assim como os signos, que representam apenas um aspecto da coisa representada (PEIRCE, 1995)¹⁰, “os indicadores apresentam um modelo empírico da realidade, não a própria realidade” (SEPÚLVEDA et al., 2005, p. 236).

Para Santos (2013, p. 50):

De modo geral, os sistemas de indicadores não conseguem abranger a complexidade que o desenvolvimento sustentável apresenta, de maneira que compreendem o fenômeno de forma pontual e incompleto. Além disso, os modelos não levam em consideração a participação dos atores sociais locais, sendo selecionados indicadores pelos pesquisadores e aplicados a localidade sem ao menos a escolha e ponderação dos atores locais.

No entendimento de Hanai (2012, p. 224), por sua vez, a consolidação da atividade turística como responsável e ambientalmente adequada depende de um planejamento integrado ao desenvolvimento regional, com participação ativa da comunidade local em todo o processo, seja na definição dos objetivos, elaboração de instrumentos, procedimentos e indicadores de sustentabilidade, bem como na gestão local do turismo.

Cruz (2008) reforça que é imprescindível fortalecer a comunidade, criando uma rede de cooperação que possibilite a negociação interna e externa para que as decisões sejam baseadas no âmbito econômico e institucional de modo que as empresas locais tenham condições favoráveis de aporte de recursos, criação de serviços e de competitividade em níveis local e regional.

Para Coriolano et al. (2009, p. 43):

[...] as variáveis e os próprios significados de (in) sustentabilidade são naturalmente abertos e passíveis a flexibilidades, adaptações, pois esse conhecimento é fruto de uma cultura dada, a qual, por sua vez, alimenta-se do repertório de noções, crenças, linguagens, etc. Por isso, categorizar um fenômeno de (in) sustentável significa, antes construir um pensamento capaz de detectar as falhas, as lacunas, as contradições de todas as tentativas de redução da própria categoria (in)sustentabilidade e sua impotência diante das

¹⁰ Na teoria desenvolvida por Charles Sanders Peirce (CP 2.228, ca 1897), “Um signo, ou representamen, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino interpretante do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu objeto. Representa esse objeto não em todos os aspectos, mas com referência a um tipo de ideia.” CP significa Collected Papers of Charles Sanders Peirce, 2 refere-se ao número do livro e 228, o número do capítulo, vol. 2, § 228, no manuscrito original de 1897.

tentativas de generalização e definição de leis gerais acerca dos fenômenos sociais.

Se a avaliação da sustentabilidade turística, *per sí*, já é complexa posto que aborda múltiplos aspectos do desenvolvimento local, sua mensuração torna-se ainda mais intrincada no âmbito questão hidroenergética, em que turismo e hidrelétrica não só disputam o mesmo espaço no uso múltiplo dos recursos hídricos, como produzem representações desse conflito.

Nessa perspectiva, o turismo sustentável, baseado num modelo de desenvolvimento social que possibilita imprimir certa autonomia a pequenas localidades, consiste numa atividade de natureza endógena que busca uma organização participativa, valorizando a população nativa com a concretização de ações pautadas em indicadores socioculturais e não estritamente econômicos.

Azzoni (1993) ressalta que só há desenvolvimento turístico quando se permite a integração entre outros setores, reforça a economia local e melhora a qualidade de vida das pessoas em regiões atrasadas, ou seja, a atividade turística passa a representar um fator de crescimento quando seus efeitos permitem a superação das condições de atraso econômico regional, tornando-se inclusiva.

Assim, quando se fala em turismo como fator de inclusão, não está se referindo apenas à questão da acessibilidade ou inserção das classes menos favorecidas aos produtos e serviços turísticos, mas também à melhoria das condições de vida da população residente de modo a diminuir o abismo socioeconômico e cultural entre turistas e residentes. Daí a importância de se analisar o turismo pela ótica dos moradores, pois suas opiniões contêm informações que podem auxiliar na compreensão das atitudes e valores ambientais da comunidade.

Considerando que “a atividade turística não só tem repercussões psicossociais a nível individual ou de grupo, mas também no conjunto da sociedade” (MONTEJANO, 1996, p. 62), as representações sociais da comunidade autóctone sobre o turismo podem constituir um dado qualitativo da realidade socioambiental, fator de relevância para o desenvolvimento sustentável do turismo que, por sua complexidade e alcance, “[...] não é e nem pode ser visto apenas como uma atividade econômica. É também uma atividade carregada de signos, representações, resistência e de valores sociais”. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2012 apud PORTUGUEZ, 2012).

Nesses termos, para avaliar a sustentabilidade do turismo numa comunidade tradicional atingida por barragem, deve-se ter como meta principal verificar se a atividade está promovendo a melhoria das suas condições de vida, com reconhecimento e proteção de seus valores e culturas, pois diferente das demais atividades econômicas impactadas pela hidrelétrica como a agricultura de subsistência, o extrativismo e a pesca, que movimentam pequenos grupos sociais, o turismo integra um sistema mais amplo que abrange o local e o global.

Salienta-se que, nesta tese, as representações sociais são consideradas como indicadores qualitativos da sustentabilidade turística no contexto estudado, reconhecidas como legítimos conhecimentos socialmente produzidos e partilhados pela comunidade, que refletem não só o pensamento coletivo, mas uma realidade latente.

Nessa perspectiva, o presente estudo, ao analisar as representações sociais do turismo que os atores sociais de Babaçulândia constroem e compartilham, busca-se verificar, ainda, se o lago da hidrelétrica tem sido aproveitado para fomentar o turismo local, promovendo o desenvolvimento da região, pois a Teoria das Representações Sociais é importante um instrumento para compreender o turismo como produto das práticas sociais. Assim, espera-se entender as representações sociais do turismo, apreendendo os processos individuais e coletivos que envolvem a dinâmica sociocultural do lugar.

5 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS – DO CONCEITO À TESE

Desde os primórdios do racionalismo o saber comum sucumbe à hegemonia cartesiana do campo das ciências naturais, que ainda resiste em reconhecer esse conhecimento como contribuição científica nos estudos do ambiente, largamente explorado no âmbito das ciências sociais pelos métodos qualitativos.

Com a persistência e a consolidação das ciências sociais o conhecimento produzido além dos muros acadêmicos torna-se relevante catalisando novas concepções teóricas, bem como a criação de métodos próprios de apreensão e análise de uma dimensão da realidade somente alcançável numa abordagem qualitativa: a simbólica.

Os embates entre o imaginário e a razão perpassaram as discussões filosóficas, religiosas, artísticas e científicas, criando espaços de resistência em face do domínio absoluto do positivismo no campo das ciências, definido pelo rigor do método no controle e manipulação da natureza, incorporados como pressupostos na Sociologia, na Antropologia e na Psicologia que, em sua fase embrionária, associavam o imaginário ao primitivo, ao irracional, elemento de um conjunto alegórico de imagens e mitos próprios da fantasia infantil, sem relevância científica. (CARVALHO, 2002).

Com base no pressuposto de que o imaginário constitui a matéria-prima das representações sociais e que as relações entre ambiente e sociedade estão sujeitas a mediações socioculturais, esse capítulo apresenta um panorama conceitual das representações, expondo os pensamentos de alguns teóricos que se debruçaram sobre essa temática em abordagens sociais, coletivas, simbólicas e imaginárias para analisar o caráter subjetivo da interação da sociedade com o meio.

Numa breve incursão epistemológica pode-se constatar que as reflexões sobre representação têm origem nos debates sobre os sentidos e significados das coisas, iniciados com as tentativas de explicar a natureza e o pensamento humano e seguem rompendo paradigmas.

Representações são componentes de um sistema social que se apropria de imagens e palavras como meios para interpretar visões coletivas da realidade, concebidas nas experiências cotidianas dos indivíduos que, compreendidas como conhecimentos do senso comum, produzem/reproduzem discursos, formas de expressão tridimensionais que agregam linguagem, história e ideologia.

O conceito de representação social é polissêmico e tem sido objeto de muitas concepções teóricas que lhe atribuem sentidos múltiplos, mas todas, de algum modo, guardam semelhança com a noção de significar, admitindo-a como sinônimo de signo, referência que já se observava entre os filósofos gregos.

No Crátilo (PLATÃO, 2001), texto que introduz um debate sobre a origem da linguagem, Platão, Sócrates, Hermógenes e Crátilo especulam sobre a relação das palavras com as coisas, questionando suas formas de nomeação. Platão conclui que o nome, *per se*, não seria suficiente para conhecer ou estudar uma coisa e que somente pelo conhecimento direto dela se poderia chegar a sua compreensão, já que a própria coisa seria anterior a seu nome. Para o filósofo, sem mediação, a verdade expressa por palavras estaria sempre aquém do conhecimento, da coisa em si. (NÖTH, 2003).

Nesses diálogos, Platão identifica linguagem, opinião e verdade, colocando-se entre os extremos das teorias gregas da linguagem: a que toma os nomes como verdades absolutas, de Heráclito, e a que reduz os nomes à mera qualificação das coisas como defendiam Parmênides, Demócrito e os Sofistas (PIQUÉ, 1996).

Dessa discussão emblemática, pode-se depreender que Platão examinava o uso do nome no contexto da representação, um conceito admitido sob muitos sentidos, como signo. Desse modo, sua contribuição para as teorias da representação fica evidente quando estabelece uma conexão entre os elementos nome (*nómos*), ideia (*eidos*) e coisa (*prágma*), criando um modelo tríadico que 25 séculos depois seria apropriado pela semiótica, uma jovem ciência “[...] que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e de sentido” denominada teoria dos signos. (SANTAELLA, 2003, p. 13). Assim, em consonância com a noção de que a representação não substitui totalmente a coisa representada, Peirce (1995, p. 46) explica que

O signo representa alguma coisa, seu objeto. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de ideia que eu, por vezes, denominei fundamento do *representamen*. ‘Ideia’ deve aqui ser entendida num certo sentido platônico, muito comum no falar cotidiano.

Entre a filosofia grega e as teorias contemporâneas, as representações produziram tantos signos quanto à própria história do conhecimento. Nessa trajetória,

a fenomenologia tem sido o sustentáculo de todas as ciências, uma convergência no percurso epistemológico das representações, portanto eixo norteador da revisão histórico-conceitual que aqui se pretende.

Todavia, vale registrar que, por seu caráter interdisciplinar as representações não estão circunscritas à fenomenologia, sendo apropriada também por outras correntes filosóficas como o marxismo, que aborda as representações no contexto das relações da sociedade com o capital.

Para Marx e Engels (2007), as formas de representação coletivas estariam contempladas nas relações sociais, mas sob a ótica das interações ocorridas no mundo do trabalho, nos modos de produção e nos conflitos de classes gerados pelo capitalismo.

Nessa concepção, os autores concordam que a forma como os sujeitos expressam suas vidas está associada às condições de produção que cada sociedade impõe, sendo estas determinantes na constituição das representações sociais. Segundo Marx (2008, p. 47), “[...] o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.”

Na esteira da fenomenologia, encontram-se as concepções de Weber, Durkheim, Bourdieu e Moscovici, entre outros que contribuíram para o avanço dos estudos da representação, influenciando significativamente na consolidação do arcabouço teórico-metodológico que permitiu fundamentar estratégias de análise interdisciplinares para atender a complexa missão de compreender a realidade social, por meio das relações sîgnicas, ou seja, das representações.

Como uma corrente filosófica que permite interpretar os fenômenos na perspectiva da subjetividade, a fenomenologia surge na Alemanha, introduzida pela iniciativa de Edmund Husserl, incomodado com a hegemonia do pensamento positivista que prevalecia no ideário científico de sua época. Nesse caminho, tenta romper com a dicotomia entre objetividade e subjetividade, inerentes às ciências naturais, propondo um método rigoroso para analisar os fenômenos que se manifestam à consciência, incorporando as vivências humanas como elementos complementares aos estudos limitados à concretude do factual.

Para Husserl (1988), uma atitude natural, não-fenomenológica, induz o homem a ver o mundo, ingenuamente, como sendo o mundo dos objetos, enquanto que a fenomenologia abre novas possibilidades à filosofia e às ciências positivistas que

concebiam os objetos como partes independentes do observador, desvinculando-os de sua essência, do eu-transcendental.

Do ponto de vista filosófico, além da fenomenologia transcendental de Husserl (1998); 2000), há outras abordagens em busca de amadurecimento, como a fenomenologia existencial de Heidegger, Sartre, Merleau-Ponty e Marcel; e a fenomenologia hermenêutica associada à Heidegger, Gadamer e Ricouer. (GIL, 2010).

No vácuo da fenomenologia transcendental de Husserl, origina-se a fenomenologia social cuja base teórica fundamenta-se na noção de mundo vivido, já considerada no pensamento husserliano como uma esfera social na qual se estabelecem as relações entre os homens, pois quando Husserl (1988) toma por fenômeno tudo aquilo que se refere à vivência de um eu, a fenomenologia torna-se, assim, uma doutrina geral das vivências.

Na fenomenologia social, Weber (2008) desenvolve uma sociologia compreensiva que elege como objeto de estudo a ação social, buscando captá-la e interpretá-la em suas causas e efeitos. Uma ação social só se caracteriza como tal quando tem algum sentido para o sujeito que a pratica e deve ter um valor para os outros, ou seja, uma representação. Assim, na perspectiva weberiana, o objetivo da sociologia reside em compreender interpretativamente a ação social, mas não qualquer ação, aquela especificamente norteadada pelo comportamento dos outros.

Partindo da concepção weberiana (2004) da ação como “[...] um comportamento relativo ao objeto”, Schütz (1979) avança para a criação de uma sociologia fenomenológica, reformulando o conceito de ação em Weber e classificando-o como uma atitude consciente e voluntária realizada por alguém movido por uma intenção.

Desse modo, a teoria de Schütz (1979) situa-se na convergência entre a sociologia compreensiva de Weber e a fenomenologia transcendental de Husserl sob os quais direciona críticas, mas, também, e principalmente, a partir de quem elabora sua tese antiessencialista pautada na intersubjetividade, sobrepondo-se às subjetividades individuais husserlianas. Nesse esforço, resolve alguns desafios das ciências sociais e propõe soluções inéditas à questão da intersubjetividade na fenomenologia, ao mesmo tempo em que lança premissas à sociologia fenomenológica, influenciando outras áreas do conhecimento que estudam as representações.

E na linha dessa sociologia fenomenológica, Émile Durkheim (2007) estabelece suas “Regras para um Método Sociológico” desenvolvendo a teoria do fato social, uma abordagem que reconhece a existência, em toda sociedade, de um grupo determinado de fenômenos diferentes daqueles definidos e estudados por outras ciências da natureza. Nas suas palavras:

É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais. (DURKHEIM, 2007, p. 13).

A partir dessa definição, o sociólogo atribui aos fatos sociais uma tríade de qualidades que os distinguem dos demais fatos e fenômenos naturais: a coerção social, caracterizada pelo conjunto de regras, crenças, e valores pré-definidos que regulam as relações sociais por meio de forças coercitivas legais ou voluntárias; a exterioridade, oriunda das intenções coletivas incorporadas ao meio social; e a generalidade, introduzida pela aceitação da maioria e aplicada a todos os indivíduos de forma geral.

Na visão durkheimiana, a representação coletiva resulta desse todo que abrange a coercitividade, a exterioridade e a generalidade, pois as representações coletivas são elaboradas por e para esse coletivo, sendo que fora dos grupos sociais, os indivíduos – como sujeitos isolados –, são apenas portadores de representações individuais, exercendo pouca ou nenhuma influência externa na coletividade.

Na teoria do fato social, Durkheim diverge de Marx e de Weber ao defender que o estudo das representações deve considerar as distinções entre o individual e o coletivo, pois entende que a essência da representação individual está na consciência de cada indivíduo (subjetividade), cuja instabilidade poderia ameaçar a ordem social, enquanto que na base da representação coletiva encontra-se um conjunto social dotado de impessoalidade (objetividade), portanto mais estável para garantir a interação entre os sujeitos.

Conforme Antuniassi (2006), o antagonismo entre subjetivismo e objetivismo que tanto se discute nas ciências sociais foi superado pelo arcabouço teórico-metodológico de Bourdieu que, fundamentado nos conceitos de *habitus* e campo, contribuiu para os estudos dos sistemas simbólicos no mundo social.

A noção de *habitus* está na incorporação do fazer social, das relações interpessoais, grupais e entre as estruturas de poder que orientam as práticas reais e simbólicas num dado espaço social que “[...] tende a funcionar como um espaço simbólico, um espaço de estilos de vida e de grupos de estatuto, caracterizados por diferentes estilos de vida.” (BOURDIEU, 2004, p. 160).

O conceito de *campo* surge, então, como o lugar de produção e reprodução do *habitus*, que se apresenta duplamente, coletivo e individual, sendo um campo de interiorização da exterioridade que provoca a exteriorização da interioridade.

Assim, as representações dos agentes variam segundo sua posição (e os interesses que estão associados a ela) e segundo seu *habitus* como sistema de esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição do mundo social. O *habitus* é um sistema de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído. (BOURDIEU, 2004, p. 158).

Nesse sentido, as representações sociais seriam produtos da mediação entre o *habitus* e o *campo*, sendo que os diferentes discursos desses agentes sociais estão relacionados às forças simbólicas que atuam no campo social, para mantê-lo ou transformá-lo, conforme interesses e posições guiadas pelo capital que o tornam um campo de lutas simbólicas, portanto, objetos da sociologia.

Para Bourdieu (2004, p. 71), “[...] o que nós consideramos como realidade social é em grande parte representação ou produto da representação, em todos os sentidos do termo”. O autor reforça que para compreender essa representação, “[...] a sociologia deve incluir uma sociologia da percepção do mundo social, isto é, uma sociologia da construção das visões de mundo, que também contribuem para a construção desse mundo”. (BOURDIEU, 2004, p. 157).

Bourdieu sustenta que a representação não existe somente no sentido psicológico da subjetividade, mas também se produz objetivamente pela intencionalidade dos grupos e estruturas do campo social.

Eu tentei mostrar que os grupos, e particularmente as unidades de base genealógica, existiam ao mesmo tempo na realidade objetiva das regularidades e das coações instituídas, e nas representações, e também em todas as estratégias de regateio, de negociação, de blefe,

destinadas a modificar a realidade modificando as representações. (BOURDIEU, 2004, p. 94).

Perante o exposto, vale acrescentar que, segundo Lima e Campos (2015), a relação indivíduo-sociedade proposta na sociologia bourdieusiana pode ser projetada no plano psicossocial, sob a ótica de uma psicologia social que admita como grupo um conjunto de sujeitos que socializam identidades e práticas análogas. Para esses autores, nesse aspecto, pode-se vislumbrar a uma convergência nas teorias de Pierre Bourdieu e Serge Moscovici, denotando o caráter sociopsicológico dos estudos das representações.

Guareschi (1996) afirma que há muitas discussões e análises acerca da representação social, enfatizando gênese, estrutura, dinâmica e proposições objetivando sintetizar, descrever e compreender as representações sociais, mas Moscovici não se propôs a estabelecer uma teoria fechada capaz de interpretar os inúmeros objetos do mundo social e organizou pressupostos básicos para analisar os seres humanos fora das lentes microscópicas, buscando uma teoria em torno da complexidade do mundo social, no contexto mais amplo das relações sociais.

Da ideia de representação coletiva de Durkheim à noção de campo de Bourdieu, as representações encontram na Psicologia Social de Serge Moscovici (1978) um aporte teórico-metodológico substancial para a apreensão e interpretação dos saberes sociais.

Durkheim considerava que as representações eram construídas coletivamente, resultantes da cooperação de todos os indivíduos e não originada de cada um isoladamente, para então transformarem-se em algo social. Para o sociólogo, “[...] o fenômeno social não depende da natureza pessoal dos indivíduos. É que na fusão da qual ele resulta, todas as características individuais, sendo divergentes por definição, neutralizam-se e apagam-se mutuamente”. (DURKHEIM, 1970, p. 39).

Para Moscovici (2010), embora a teoria durkheimiana tenha avançado ao reconhecer todos os fatos como sociais, sua ideia de representação não forneceria elementos necessários à compreensão das diversas formas de organização do pensamento social.

Ao prefaciar a obra *Textos em Representações Sociais*, organizada por Guareschi e Jovchelovitch (2009), Moscovici torna evidente sua aversão ao pensamento dicotômico de mundo individual/social, declarando que sua intenção

sempre foi desenvolver uma psicossociologia do conhecimento que examinasse conjuntamente os comportamentos individuais e os fatos sociais.

De acordo com Moscovici (1978), o indivíduo age de forma particular e incisiva para construir as representações sociais, formando grupos para agregar informações comuns sobre a realidade que se lhes apresenta.

Para Bourdieu grande parte do que se considera realidade social é, de fato, uma representação ou produto dela, em todos os sentidos do termo e, para compreendê-la, “[...] a sociologia deve incluir uma sociologia da percepção do mundo social, isto é, uma sociologia da construção das visões de mundo, que também contribuem para a construção desse mundo”. (BOURDIEU, 2004, p. 157).

De modo geral, a principal divergência entre esses autores que Durkheim (2007) concebia as representações como formas estáveis de compreensão coletiva, enquanto Moscovici (2010) entendia que elas emergiam de relações interdependentes e contraditórias entre sociedade e cultura, interessando-lhe a exploração da diversidade e das variações das ideias coletivas nas modernas, afinal, como representações sociais, são dinâmicas e mutáveis, sociedades permitindo-se projetar livremente pela linguagem num espaço simbólico de múltiplas associações.

As representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas morrem. (MOSCOVICI, 2010, p. 41).

Embora Moscovici (2010) não tenha formalizado um conceito específico para as representações sociais, na sua concepção, ele as entendia como uma resposta da coletividade às influências externas que ameaçam sua identidade coletiva. Abraçando a teoria moscoviciano, Jodelet (2001, p. 22) define que representação social “[...] é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

Desse modo, as representações são os conhecimentos do senso comum gerados na dinâmica entre o indivíduo e o meio social e o compartilhar desse conhecimento apreendido atua como mediação entre o que existe de objetivo no mundo social e a interiorização dessas estruturas e a própria socialização estabelece

os limites e as formas de apreensão, permitindo a produção contínua da realidade social e do indivíduo, de modo que esse conhecimento se torna concreto para aqueles que o compartilham e vivenciam a mesma realidade.

Por isso, uma representação fala tanto quanto mostra, comunica tanto quanto exprime. No final das contas, ela produz e determina os comportamentos, pois define simultaneamente a natureza dos estímulos que nos cercam e nos provocam, e o significado das respostas a dar-lhes. Em poucas palavras, a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamento e a comunicação entre indivíduos. (MOSCOVICI, 1978, p. 26).

Para Moscovi (1978; 2010), as representações sociais apresentam dupla função: contribuem com os processos de formação de comportamentos e orientam as comunicações sociais. Assim, além de permitirem compreender os significados de uma realidade latente, também evidenciam o nível de comprometimento dos sujeitos com o grupo.

O autor sustenta que pessoas e grupos não são receptores passivos, ao contrário, têm ideias próprias, produzem e comunicam representações específicas o tempo todo em todos os lugares, apresentando respostas a questões que os mesmos elaboram. Desse modo produzem elementos para construir, interpretar e transformar esse conhecimento cotidiano oriundo das práticas sociais em formas de expressão. É nesse processo comunicativo de trocas intersubjetivas cotidianas que se assentam as bases das representações sociais, como explica Moscovici (1978, p. 41):

As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano. A maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnados. Sabemos que as representações sociais correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra na elaboração [da realidade] e, por outro, à prática que produz a dita substância.

Nesse sentido, “[...] a realidade é representada, quer dizer, reapropriada pelo indivíduo ou pelo grupo, reconstruída no seu sistema cognitivo, integrada no seu sistema de valores, dependente de sua história e do contexto social e ideológico que o cerca.” (ABRIC, 1996, p. 27).

A Teoria das Representações Sociais presta-se ao desvelamento das práticas coletivas, enquanto opera como um sistema de interpretação da realidade. Ao mesmo tempo, contribui para revelar os processos simbólicos guardados pelos sujeitos sociais na busca por dar sentidos ao seu mundo, compreendê-lo e nele se situarem para sustentar sua identidade social, pois embora as representações sociais não estabeleçam totalmente as escolhas dos indivíduos, atuam como demarcadoras do universo das alternativas que dispõem (MOSCOVICI, 2010).

Para Carvalho (2002, p. 32), as representações sociais apresentam-se como possibilidades de expressão simbólica dos pensamentos de um grupo, ou seja, “[...] a materialização do imaginário numa determinada circunstância”. Assim, trazem à tona o significado que um grupo atribui a um objeto social (JODELET, 2001).

Nesse sentido, as representações do turismo pelos atingidos por uma barragem apresentam-se como um objeto social emergente no âmbito das questões ambientais, cuja complexidade exige uma compreensão além das fronteiras teórico-metodológicas das ‘ciências positivistas’ que, embora consolidadas, mostram-se ineptas para abarcar as múltiplas dimensões dos comportamentos e atitudes da sociedade em relação ao ambiente, somente possível com a adoção de uma postura interdisciplinar para dar conta dos temas socioambientais contemporâneos, marcados por conflitos de toda ordem.

No pensamento moscoviciano:

[...] a representação toma lugar da ciência e, por outro, a constitui (ou a reconstitui) a partir das relações sociais envolvidas; de um lado, portanto, através de uma representação, uma ciência recebe uma duplicação, sombra colocada sobre o corpo da sociedade, e, de outro lado, ela se desdobra – na medida em que está fora do ciclo e no ciclo das transações e dos interesses correntes na sociedade (MOSCOVICI, 1978, p. 78)

Nesse sentido, as Ciências Ambientais atuam na busca por uma matriz interdisciplinar capaz de orientar-se por uma concepção que Leff (2000) reconhece como um saber ambiental, pautado numa racionalidade que pense estrategicamente o desenvolvimento sustentável, pois é no seio dessa área que a interdisciplinaridade ambiental pode extrapolar o campo científico, acadêmico e disciplinar do conhecimento formal certificado e abrir-se ao diálogo de saberes, promovendo o

encontro das linguagens codificadas do conhecimento científico e dos saberes da cultura.

Para Leff (2000), a resolução dos conflitos ambientais não depende do poder científico da economia ou da ecologia, mas dos sentidos existenciais, dos valores culturais e dos diferentes estilos de desenvolvimento em que a exploração, a conservação ou uso sustentável dos recursos se baseiam para dar significados sociais à natureza.

E na decodificação desses conhecimentos e saberes, a Teoria das Representações Sociais apresenta-se como um referencial significativamente útil para a compreensão do imaginário social de onde se originam valores, pensamentos, atitudes sobre o ambiente e seus fenômenos.

Assim, sendo a forma de apreensão do ambiente resultante da ação simbólica e psicossocial do indivíduo em sua convivência com o grupo, Moscovici (1978) ressalta que as representações do ambiente social só podem ser decodificadas em seu próprio contexto histórico de produção.

Dessa forma, na proposta desta tese, a análise das representações sociais se constitui num meio legítimo para compreender fenômenos sociais, pois explora especificamente a formação e o funcionamento dos mecanismos de referência aplicados na classificação de indivíduos e grupos, como também para interpretar os eventos da realidade, nesse caso, o desenvolvimento turístico numa área atingida por hidrelétrica.

5.1 Apreensão e Análise das Representações Sociais

No entender de Bauer; Gaskell e Allun (2002, p. 20-21), a pesquisa social apoia-se em dados resultantes do próprio mundo social, construídos em processos de comunicação formais ou informais contidos em textos, imagens e dados sonoros de modo que ao pesquisador social interessa “[...] a maneira como as pessoas espontaneamente se expressam e falam sobre o que é importante para elas e como elas pensam sobre suas ações e as dos outros”. E na escolha dos métodos de apreensão desses processos comunicativos, prevalecem os meios qualitativos que, atualmente, contam com um vasto conjunto de opções para revelar o que representam, individual ou coletivamente.

Esses autores consideram quatro dimensões metodológicas que podem se combinar no processo de pesquisa social: os princípios do delineamento, que podem ser estudos caso, comparativos, levantamento com amostragem, experimentos, observação participante ou etnografia; a geração dos dados, em que se pode usar entrevista individual, questionário, grupos focais, filmes, vídeos, observação sistemática, coleta documental ou gravação sonora; a análise dos dados, que pode ser formal ou informal, sendo a primeira relacionada a modelos estatísticos e análises estruturais e a segunda refere-se à análise de conteúdo, indexação, análise semiótica, análise retórica e do discurso; e os interesses do conhecimento que abrangem controle e predição, construção de consenso e emancipação empoderamento.

Na construção do *corpus* da pesquisa social, aos pesquisadores qualitativos interessam os modos que as pessoas se relacionam com os objetos no meio em que vivem e analisam essas relações pelas opiniões, atitudes, sentimentos, explicações, estereótipos, crenças, identidades, ideologias, discurso, cosmovisões, hábitos e práticas, ou seja, pelas representações sociais: relações particulares entre sujeito-objeto em um meio social, pois querem “[...] entender diferentes ambientes sociais no espaço social, tipificando estratos sociais e funções, ou combinações deles, juntamente com representações específicas.” (BAUER, GASKELL, 2002, p.57).

Moscovici (2010) ressalta que a principal finalidade das representações sociais é transformar o estranho em familiar, ou seja, tornar conhecido algo externo, às práticas do grupo social. São familiares os fatos sobre os quais as pessoas estão habituadas a se manifestar com segurança, porque fazem parte do seu cotidiano e os não-familiares são aqueles dos quais não têm opinião formada por falta de referências em suas práticas. Então, para tornar o desconhecido em familiar, as representações dependem da articulação de dois processos: ancoragem a objetivação.

A ancoragem permite tornar o desconhecido em familiar pela incorporação do elemento novo ao sistema de categorias funcionais já organizadas no pensamento dos indivíduos, ancorando-as nas referências pré-existentes na memória, criando uma abstração. A objetivação transforma essa abstração em um conceito, algo quase real, existente no mundo físico.

Para Guareschi e Jovchelovich (2009), esses dois processos são mecanismos específicos para as representações sociais estabeleçam mediações, levando o imaginário de um grupo ou comunidade a um nível quase físico, materializando a dimensão simbólica das representações na vida social. Para Moscovici (2010),

ancoragem e objetivação são modos de lidar com a memória social, pois enquanto a ancoragem trabalha no armazenamento e na exclusão de informações, objetos, fatos, signos e experiências, a objetivação formula imagens e conceitos para compartilhar no mundo exterior, partindo do que antes era desconhecido.

Partindo dos pressupostos moscovicianos, outros pesquisadores como Abric (2000) e Jodelet (2001) desenvolveram suas metodologias, introduzindo novas abordagens aos estudos de representação social. Numa linha estrutural Abric (2000, p.31) afirma que “[...] a organização de uma representação social apresenta uma característica específica, a de ser organizada em torno de um núcleo central, constituindo-se em um ou mais elementos que dão significado à representação”. Para o autor, as representações sociais exercem quatro funções: função de saber, função identitária, função de orientação e função justificadora.

Na função de saber ou cognitiva, as representações sociais possibilitam a compreensão e a explicação da realidade, permitindo aos atores sociais a aquisição de conhecimentos que eles possam integrar seus próprios sistemas e facilitar a comunicação social; na função identitária, determinam a identidade, permitindo a proteção das particularidades do grupo, preservando sua imagem positiva; e, na função de orientação, as representações sociais atuam como guias para as ações e posturas individuais; e, na função justificadora, legitimam as decisões, posições e comportamentos dos sujeitos, seja para diferenciar, discriminar ou manter distância entre grupos.

Assim, como as representações sociais são, simultaneamente, individuais e sociais, as falas individuais refletem o pensamento do grupo social com qual partilham as mesmas experiências, evidenciando uma generalização no modo coletivo de pensar um problema comum, o que caracteriza o poder das representações sociais na criação e transformação da realidade social.

Distanciando-se da ideia durkheimiana (2007) de que para compreender as representações que a sociedade tem de si e de sua realidade deve-se considerar a natureza coletiva da sociedade e não as particularidades dos indivíduos, ou seja, apreender o todo sem recorrer às partes, consolida-se a teoria moscoviana cuja noção de representação social é fruto da relação dialética que o ser humano estabelece entre o individual e o social, pois se apropria da realidade social para internalizar as externalidades, transformando o desconhecido em familiar.

Segundo Jodelet (2001), a teoria das representações sociais fornece um conjunto de funções essenciais sistematicamente organizadas e articuladas que permitem analisar as opiniões e atitudes de indivíduos integrantes de grupos sociais específicos, sobre a realidade em que vivem e interpretam com base em seu conhecimento de mundo.

A autora ressalta ainda que, embora as representações sociais sejam distintas do conhecimento científico, por sua essência de senso comum, se constituem em objeto de investigação legítimo, em razão de sua relevância na vida social e de sua capacidade de revelar processos cognitivos e interações sociais, atuando, desse modo, como uma categoria analítica significativa no contexto da pesquisa social.

E nessa direção, as representações ultrapassam as fronteiras da Psicologia Social e se incorporam a outras áreas da pesquisa social, compondo o quadro teórico-metodológico de inúmeros estudos, especialmente no campo das ciências sociais aplicadas, em que a interdisciplinaridade busca sedimentar-se. Nessa perspectiva, Guareschi e Jovchelovitch (2009, p. 17) reforçam que:

[...] a teoria das representações sociais vai buscar, tanto dentro da Psicologia como fora dela, as possibilidades de reconstrução teórica, epistemológica e metodológica a que se propõe. É o caráter dessa busca que lhe faz ser tanto uma teoria específica da Psicologia social como um empreendimento interdisciplinar.

Contudo, a adoção da teoria das representações sociais não indica, necessariamente, a aplicação exclusiva de seus respectivos instrumentos de análise, especialmente no emprego fiel do termo 'sociais' às representações, muitas vezes referenciadas como 'coletivas'.

Nesse aspecto, reconhecendo-se a natureza social dos agentes produtores das representações, o equívoco semântico não significa uma negação teórico-conceitual, pois o coletivo não deixou de existir nas teorias da representação, sendo reapropriado e ampliado em seu percurso epistemológico.

De acordo com Oliveira (2001), o próprio Moscovici admite a possibilidade de uma irrelevância semântica no uso dos termos quando afirma: "Não espere que eu jamais seja capaz de explicar a diferença entre 'coletivo' e 'social'" e justifica que ao trocar um termo por outro, sua intenção foi reforçar a "idéia de diferenciação, de redes de pessoas e suas interações". Oliveira reforça que a diferença entre os termos coletivas e sociais é mínima, já que os dois denotam a pluralidade das associações

humanas e a existência de generalizações no meio social, e ainda, indicam a necessidade de estudar seus impactos nas ações cotidianas e até nas transformações históricas.

Na Psicologia Social, Nascimento-Chulze e Camargo (2000) ponderam que quando se pretende caracterizar as pesquisas em representações sociais na psicologia social, duas linhas se sobressaem: uma relacionada a questões culturais e históricas que objetiva compreender os processos que geram e mantém as representações ativas entre indivíduos e grupos, e a outra direcionada a questões estruturais das representações sociais, compartilhadas tanto em nível cognitivo como linguístico.

Numa análise crítica dos estudos de representação social na Sociologia, Oliveira (2001, p. 82), destaca:

Olhando hoje os temas sociais onde aparecem os estudos de RS, uma constatação deve ser feita: trata-se de estudar fenômenos sociais, de compreender-lhes suas representações, sua lógica cognitiva e de medir os impactos sociais produzidos por estas representações. Não obstante, em muitos casos, pesquisadores no campo das RS têm se contentado em levantar ou mapear as representações para apenas, e pouco freqüentemente, num segundo momento, tentar qualificá-las.

Essas considerações refletem as limitações e os desafios para se desenvolver uma pesquisa com representações sociais, especialmente além dos domínios teóricos da Sociologia ou da Psicologia Social que, embora se configurem como tradicionais escolas para os estudos do mundo social, ainda buscam “[...] construir as pontes que unem posições e situações sociais, RS e práticas sociais.” (OLIVEIRA, 2001, p. 89-90).

Para Jodelet (2001, p. 10),

Qualificar esse saber de ‘prático’ se refere à experiência a partir da qual ele se produz, aos quadros e condições nos quais se insere, e sobretudo ao fato de que a representação serve para agir sobre o mundo e o outro, o que esclarece suas funções e sua eficácia sociais. A posição ocupada pela representação no ajustamento prático do sujeito a seu meio faz com que seja qualificada, por alguns, de compromisso psico-social.

Enquanto Sociologia e Psicologia Social se esforçam para erguer pontes entre esses conceitos, é cada vez mais crescente o número de trabalhos que buscam

compreender as questões sociais e suas múltiplas facetas, com a apropriação das representações sociais de indivíduos e grupos.

No contexto das ciências ambientais, essa tendência pode contribuir para o entendimento de como os agentes sociais assimilam e interpretam o ambiente e suas transformações, mais ainda, como pensam e agem diante da realidade socioambiental contemporânea.

Moscovici (2010) sustenta que nas representações sociais do ambiente, sujeito e objeto são indissociáveis, de forma que um objeto não existe para si mesmo, mas em relação a um indivíduo ou grupo, sendo a interação sujeito-objeto que define o próprio objeto e, ao formar sua representação do objeto, o sujeito reelabora, de algum modo, seu sistema cognitivo, para adaptá-lo ao seu sistema de valores, intrinsecamente ligado a sua história e seu contexto social. De modo que conhecer como os sujeitos pensam o ambiente passa pelo reconhecimento de suas representações.

Assim, o estudo das representações sociais no campo ambiental possibilita o entendimento de como objetos do mundo material, social ou das ideias são compreendidos e produzem referências para interpretar a realidade e orientar ações.

As representações sociais refletem a complexidade das relações entre sociedade e ambiente e apontam para a necessidade de adquirir novas formas de conhecimento, diferentes das científicas, capazes de dar conta da realidade socioambiental contemporânea, pois “[...] o conhecimento não se forma apenas nas relações de validação com a realidade externa e em uma justificação intersubjetiva do saber” e [...] “[...] o ambiente não é apenas o mundo *de fora*, o entorno do ser e do ente, ou o que permanece fora de um sistema.” (LEFF, 2009, p. 19-21).

Na perspectiva da análise dos fenômenos de uma realidade social, as representações devem ser compreendidas a partir do seu contexto de produção, das condições culturais, ambientais, ideológicas e simbólicas às quais servem ou estão submetidas. Por isso, conhecer as representações de um determinado grupo ou comunidade sobre um objeto social implica investigar as fontes, a quantidade e a qualidade das informações fornecidas por ele e para ele para compreender como se formam e funcionam suas representações.

Moscovici (1978) afirma que o conteúdo de uma representação estrutura-se em três dimensões básicas: a informação, que permite identificar e analisar todas as informações que os sujeitos dispõem sobre o objeto da representação; a atitude, pela

qual se verifica a posição (favorável ou desfavorável) dos indivíduos em relação ao objeto, exprimindo a orientação geral do grupo; o campo, que permite visualizar o conjunto de conhecimentos do grupo sobre o objeto e como os articula. É o campo se articulam as informações e se manifestam as atitudes.

Analisar as representações sociais de um objeto ou fenômeno consiste em procurar conhecer o modo como um grupo social elabora os conhecimentos que exprimem sua identidade e cultura num determinado momento histórico, pois as representações abrangem um amplo campo de pesquisa que observa o objeto de forma objetiva e subjetiva para compreender uma realidade em suas múltiplas dimensões: física, social, cultural, cognitiva e afetiva.

Dessa forma, apreender os processos e modos de uma representação social do turismo implica assimilar as dimensões informação, campo e atitude no âmbito espacial, pois é no espaço que ocorrem as práticas sociais e se forma o ambiente. No contexto hidrelétrico, o ambiente se torna um campo de forças no qual se disputam territórios e bens de valor material e simbólico.

Para Santos (1996, p. 122), “[...] o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções”. O autor entende que o espaço resulta do desenvolvimento das forças produtivas e suas relações, bem como das suas demandas de circulação e distribuição dos sistemas que modelam o espaço quantitativa e qualitativamente.

Na apropriação do espaço, a atividade turística produz representações objetivas e subjetivas, construídas, desconstruídas e reconstruídas que, refletindo as interações entre os sujeitos promove uma reapropriação espacial, impondo novas funcionalidades.

Para o turismo, o espaço representa um produto a ser consumido, pois se trata de uma atividade essencialmente de consumo do espaço físico que se estrutura a partir de um composto de elementos tangíveis e intangíveis cujos atributos naturais ou artificiais são organizados de modo a atrair pessoas, sendo, além de vetor econômico, um fenômeno social.

Como explicam Souza e Kushano (2013, p. 330), “[...] o turismo enquanto fenômeno social possui a capacidade de produzir, transformar e ser incorporado a um espaço físico e geográfico na medida em que as relações sociais se entrecruzam revelando uma teia de relações”.

Entendendo o turismo como um fenômeno resultante de complexos processos econômicos, socioculturais e ambientais, a análise de suas representações no contexto hidroenergético remete à questão da sustentabilidade, pois a inundação das praias fluviais pela usina hidrelétrica interrompeu o ciclo sazonal da atividade turística, afetando sobremaneira essa fonte de desenvolvimento local.

Nesse sentido, as representações sociais produzidas nesse cenário espelham as relações de poder no uso e ocupação do espaço, sendo que o campo social do turismo torna evidentes as tensões entre os atores sociais que disputam um lugar nessa atividade.

Desse modo, as representações do turismo expressas pelos atingidos por barragem tornam-se um objeto socialmente construído por meio do qual se pode conhecer e refletir sobre os efeitos das hidrelétricas nos municípios que abrangem.

Quanto à possível contribuição dessa análise das representações sociais do turismo pelos atingidos por barragem na discussão sobre os efeitos das hidrelétricas, entende-se que esta pesquisa pode agregar conhecimentos de duas formas distintas: introduzindo uma reflexão sobre turismo sustentável no grupo pesquisado, a partir de suas próprias representações e tornando o conceito familiar para ser internalizado e assimilado como base para uma ação.

Como afirma Moscovici (2010, p.49):

[...] a representação constitui uma preparação para a ação, pois, além de guiar o comportamento, ela remodela e reconstitui os elementos do meio ambiente em que o comportamento deve se ligar. Ela consegue incutir um sentido ao comportamento, integrá-lo numa rede de relações em que está vinculada ao seu objeto, fornecendo ao mesmo tempo as noções, as teorias e os fundos de observação que tornam essas relações estáveis e eficazes.

Em relação aos meios de elaboração dessa representação, entende-se que sua delimitação possibilita esclarecer o sentido que os grupos conferem ao objeto representado, admitindo-se que toda representação parte de alguém, um sujeito social integrado em circunstâncias específicas de espaço e tempo que se projetam num objeto.

Partindo da premissa moscoviciana (1978, p. 11) de que “[...] toda representação é de alguém tanto quanto de alguma coisa. É uma forma de conhecimento por meio da qual aquele que conhece se substitui no que é conhecido”, supõe-se que as representações dos barqueiros atingidos por barragem constituam

uma dimensão simbólica capaz de produzir um conhecimento empírico que, nesta pesquisa, presta-se a verificar, se diante interferência da UHEE, o turismo em Babaçulândia pode ser sustentável.

6 NO BANZEIRO DO LAGO – REPRESENTAÇÕES DA INSUSTENTABILIDADE

No dicionário *papachibé* da língua paraense (SOBRAL, 2005) o vocábulo banzeiro aparece como sinônimo de tristeza, melancolia, desânimo, expressões que remetem ao banzo, uma “[...] nostalgia profunda que acometia negros africanos escravizados no Brasil” (HOUAISS, 2008, p.89).

Ao estudar essa nostalgia dos escravos que, no Brasil foi denominada de banzo, Oda (2008) explica que na construção histórica desse termo, cruzam-se outras histórias como a da psicopatologia, do tráfico negreiro de escravos e das doenças e, nesse contexto, o banzo situa-se tanto como uma entidade clínica, como uma variação da nostalgia nos trópicos ligada a outras enfermidades dos africanos.

O substantivo banzo parece ter sido incorporado ao léxico oficial apenas na segunda metade do século XIX; de acordo com Satta mini-Duarte (1951), ele surge nos dicionários de Eduardo Faria (de 1859) e de frei Domingos Vieira (de 1871), significando uma mortal nostalgia dos escravos africanos transportados ao Brasil (ODA, 2008, p. 736).

De acordo com a autora, as primeiras referências ao vocábulo banzo surgiram em Portugal por volta de 1700/1750, como banzar, introduzido por Bluteau (1712-1728) para designar um estado de mal, também denominado melancolia, que acometia africanos subjugados como escravos na costa africana e vendidos como mercadoria no Brasil, uma criação do capitalismo.

Esse tráfico humano, que representava boas somas em dinheiro quando comercializado no Brasil, competia com as limitações impostas por certa doença que dizimava um grande número de africanos aqui sediados. Assim, impôs-se a necessidade de explicar o porquê de tantas baixas que se iniciavam nos porões fétidos dos navios que transportavam esses negros. Ou seja, não foi o desejo de minorar as desventuras daqueles seres, mas a necessidade de maiores lucros que fez a palavra banzo surgir.

Desde então, durante o século XIX, o termo foi usado por autores franceses, ingleses e alemães para definir essa “[...] paixão da alma a que se entregavam e que só se extinguia com a morte” (OLIVEIRA MENDES apud ODA, 2008, p. 737).

Bluteau (apud ODA 2008, p. 736) atribuiu, ainda, o sentido de “inquieto, mal seguro” para o derivado do vocábulo banzar – banzeiro – ao definir que “[...] um mar

banzeiro estaria em estado de duvidosa tensão, assim: nem quieto, nem tormentoso [...]”. Citando Bluteau, a autora descreve banzeiro como uma situação de jogo em que há um impasse e nenhuma das partes sai vencedora, criando uma “indefinição enervante” e conclui que “[...] a história do banzo remete a um jogo assim, de escravos contra senhores, da vida contra a morte, em longa e tensa peleja” (ODA, 2008, p. 756).

Nessa quase fissura, ou plano de clivagem, o vocábulo banzeiro se encorpa e se amplia para referenciar, nessa pesquisa, os efeitos negativos da UHE Estreito na vida dos barqueiros de Babaçulândia, para quem a barragem representou um fator de desconstrução identitária, cultural e territorial.

As atividades dos barqueiros de Babaçulândia seguiam o fluxo do rio Tocantins que com eles mantinha uma relação simbiótica, e com as transformações socioambientais impostas pela UHE Estreito esses ribeirinhos passaram a integrar a classe dos atingidos por barragem, submetendo-se às mazelas a que todos os afetados por grandes empreendimentos enfrentam.

Rocha (2013) lembra que a condição de atingido por hidrelétrica não se dá de forma automática aos que vivem na sua área de abrangência, mas se estabelece mediante um processo social amplo que ocorre em todos os empreendimentos hidrelétricos e se reproduz a cada novo projeto, sem que se tenha uma clara definição de quem são os atingidos por barragem.

O impasse em torno de uma definição que atenda os interesses das populações afetadas, dos empreendedores e do governo tem gerado conflitos entre esses atores sociais que se debatem diante da falta de um marco legal que apresente diretrizes claras para o termo. A discussão envolve também questões subjetivas referentes à reconstituição de identidades e de territórios que tornam ainda mais complexa sua definição.

Como explica Vainer (2007), trata-se de uma categoria social em disputa e estabelecer que um grupo social, família ou indivíduo é ou foi atingido por qualquer empreendimento implica reconhecer a legitimidade e a legalidade de seus direitos a alguma forma de reparação não pecuniária, considerando-o além das perdas físico-espaciais e econômicas, como um excluído de suas relações sociais, culturais e afetivas.

Para a Comissão Especial Atingidos por Barragem (2011), instituída pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana-CDDPH, o conceito de atingidos

aplica-se a indivíduos, famílias, grupos sociais e populações em geral, afetadas por barragem.

Nessa condição, os barqueiros ficam submetidos aos agentes públicos e privados que estabelecem as regras de um campo de lutas onde as relações de poder são sempre desiguais. No lado dominante desse campo estão os órgãos ambientais do Estado, as empresas estatais e privadas de geração e distribuição de energia, as empresas de consultoria ambiental, as construtoras e os empreendedores e, no outro oposto, resistem os movimentos ambientalistas e sociais, as universidades, as igrejas e as ONG's.

O fato é que no embate dessas forças antagônicas, tem prevalecido o lado dominante. Essa assertiva pode ser representada na fala de um personagem do filme *Narradores de Javé* cujo enredo retrata a luta desesperada de uma comunidade ribeirinha do Vale do Javé para evitar, sem sucesso, ser inundada pelas águas de uma barragem: “Vão ter que sacrificar uns tantos pra beneficiar a maioria. A maioria não sei quem são, mas nós é que somos os tantos do sacrifício” (CAFFÉ, 2003).

Considerando que o represamento do rio Tocantins resultou devastador na vida dos barqueiros de Babaçulândia faz-se uma analogia, tomando como banzeiros os efeitos que a Usina Hidrelétrica Estreito causou a esse grupo social.

Dentre os banzeiros que atingiram os barqueiros, destacam-se a desterritorialidade, o rompimento das relações sociais, a perda de identidade, e, principalmente, a extinção da atividade barqueira potencializada com o turismo das praias temporárias que impossibilitou a retomada dos meios de produção que garantiam sua sobrevivência.

Alheios ao sentido de banzeiro aqui atribuído, os barqueiros batizaram de “Banzeiro do Lago” o prédio da sede da Associação e o barco (Catamarã)¹¹ doados pelo Ceste – consórcio empreendedor da Usina Hidrelétrica Estreito.

Conforme relato do então presidente da ABB-TO, Adelsimon Paz de Oliveira:

O Banzeiro do Lago, que já é o catamarã que tá lá e o galpão, foi um projeto que veio do Ceste junto com o BNDES que ele entregou pra nós. O nome banzeiro do lago surgiu num momento em que a gente tava finalizando o projeto e aí a gente resolveu escolher uma coisa

¹¹ Catamarã é um termo genérico que designa vários tipos de embarcações a remo ou vela originários da Polinésia, cuja principal característica é serem multicascos. Atualmente, o termo faz referência aos modernos barcos de dois cascos usados para a vela esportiva, transporte rápido de passageiros e/ou carga, estações de pesquisa etc. (MORAES, 2002).

relacionada ao lago, às águas. E banzeiro é aquela pequena onda né, que o vento assopra a água e faz aquela pequena onda. Aí eu tive essa ideia, levei para a Associação, fizemos uma reunião, todo mundo concordou e aí foi batizado o Projeto Banzeiro do Lago. Então a história é essa. Procurando uma palavra que tivesse ligação com as águas do lago né... E o banzeiro encaixou certinho porque é o que mais tem aqui no lago.

Essa representação se mostra significativa na medida em que permite explorar uma conexão entre o real e o simbólico, pois enquanto os barqueiros buscam referências conhecidas para compreender sua nova e adversa realidade, os banzeiros se tornam cada vez mais representativos dela.

Silva (2017) afirma que muitos barqueiros foram obrigados a vender sua ferramenta de trabalho diante da impossibilidade de navegar no lago devido ao risco de naufrágio pela incidência dos chamados banzeiros causados pelos fortes ventos que desestabilizavam os barcos de menor porte.

Como explica Souza (2010, p. 21),

A formação de lagos artificiais pode resultar em alterações nos atributos do clima, como temperatura, umidade relativa do ar, direção do vento, dentre outros. [...] Em um lago artificial formado para a construção de uma Usina Hidrelétrica é necessário o represamento de um volume considerável de água. Desta forma a superfície do lago se torna mais extensa do que o leito normal do rio. A radiação solar sobre essa superfície do lago é mais intensa, ocorrendo maior evaporação, bem como aumento de ondas causadas pelos ventos, dentre outros fatores.

Essa explicação que evidencia o aspecto técnico das condições de navegação em lagos de hidrelétricas confirma o impacto concreto dos banzeiros, mas noutro sentido – o simbólico – seus desdobramentos refletem uma problemática que extrapola o componente mecânico dessas alterações físicas no ambiente natural.

Esse sentido está representado nas falas dos barqueiros e permite verificar o alcance socioeconômico dessas ondas em suas vidas:

É, serviço de barco a gente não tá encontrando mais, inclusive eu até comprei um barco melhorzinho, que na época que a gente trabalhava aí eu tinha uma canoa de seis metros com motorzinho de quinze, agora eu comprei um de vinte e cinco, uma canoa maior por causa do lago, do Banzeiro, também, né? (B1, entrevistado em 27/03/2015).

[...] Vendi. vendi o meu mas agora eu tenho outro, só que 'os alvo' acabou, né? Levando aí devagarzinho, a gente constrói alguma

canoinha 'pros pescador', né... faz 'as canoa', fabrico canoa, fabricava 'os barco', aí com esse lago acabou a fabricação de barco grande, uma derrota, né? (B5, entrevistado em 27/03/2015).

Reforçando o sentido do banzeiro como efeito de uma forte onda que atingiu suas vidas, os barqueiros entendem que os banzeiros do lago são diferentes dos banzeiros do rio, tanto que suas embarcações de madeira foram vendidas, dentre outras razões, por não serem apropriadas às condições de navegação do lago.

Hoje mesmo, a minha canoa que eu trabalhava, que eu tinha ela, não consegue mais andar no lago. Vou comprar outra, de alumínio, que a de madeira, na hora que você bota, destapa com algodão, quando você bate, só arrancando o algodão e aí entra água de novo. Tenho que comprar outra, não aguenta não, é difícil. (B2, entrevistado em 27/03/2015).

Os nossos barcos é tudo de madeira. Com o lago, acabou a nossa condição de mexer com madeira e não tem jeito de fazer um barco de ferro porque a condição financeira é muito pouca. Agora o nosso barco afundou, naufragou e acabou. E nós não temos mais nem condições de requerer um barco dos que nós tinha. Hoje tá difícil. (B16, entrevistado em 30/10/2015).

Junto à extinção de suas rotas e à inundação permanente da praia natural, submergiram as fontes de trabalho e renda dos que dependiam direta e indiretamente do turismo de sol e praia que atraía moradores e visitantes. E a construção da praia artificial às margens do lago da usina, mantendo a denominação de Praia do Coco, não tem sido suficiente para reativar a atividade turística na área urbana que, agora, tenta se estabelecer pelo segmento náutico, uma modalidade turística de acesso mais restrito, que requer maior investimento e qualificação.

Com a expectativa em torno de um crescimento turístico, há referências quanto à elevação exagerada dos preços de venda e aluguel de imóveis e de produtos de consumo, e o que se relata é o aumento do desemprego, o declínio econômico da cidade e a saída de inúmeras famílias em busca de melhores oportunidades de trabalho na região de Araguaína-TO ou até mais distante, desarticulando as relações sociais, profissionais e gerando exclusão.

Sobre a especulação imobiliária, Adelsimon Paes de Oliveira, ex-presidente da Associação dos barqueiros e Secretário de Meio Ambiente e Turismo do município, à época da pesquisa, afirmou que:

Os terrenos bons estão na beira da orla, mas muito caros. Então teve um senhor de Araguaína que tava com um projeto de montar um hotel aqui. Que pra fazer um hotel, um lote não dá, tem que ser dois, três. Já pensou você comprar dois ou três lotes pelo preço que tá? (Entrevistado em 27/03/2015).

Nessa especulação, muitas vezes ocorre que o preço dos lotes e alugueis pagos pelos visitantes ficam tão elevados que um nativo não pode se dar ao luxo de morar ou construir sua casa na própria comunidade (KRIPPENDORF, 2003).

Com o lago, tudo mudou: os visitantes, antes turistas que ficavam de dois a três dias acampados, hoje retornam no mesmo dia para seus lugares de origem, invertendo o ciclo de turismo para excursionismo. Essa mudança no perfil do visitante se reflete na dinâmica local.

A cidade que antes da extinção da praia recebia cerca de 60 mil turistas, como anunciado pela assessoria de imprensa do município em matéria veiculada na mídia regional (CONEXÃO, 2009), atualmente recebe excursionistas, a maioria de Araguaína, que passam o dia nos bares e restaurantes da orla do lago.

Muitos desses visitantes apresentam alto poder aquisitivo e aportam na cidade com seus próprios veículos aquáticos e outros equipamentos para a prática de esportes náuticos, bem como caixas térmicas com bebidas e alimentação para consumir durante estada, deixando de adquirir os produtos locais. Para um comerciante local,

O perfil do visitante hoje, da cidade de Babaçulândia é aquele visitante com poder aquisitivo maior. Vou falar por que: porque eles usam o lago da hidrelétrica como parque de diversão na verdade, entendeu? Até pro banhista hoje em dia, assim, não banham mais como banhariam como se fosse antigamente, mas quando vou lá e deparo com o quê? Com vários *jet skis*, atropelando os banhistas, não tem área de banho e não tem fiscalização com relação a isso. (C1, entrevistado em 09/08/2016).

Em linhas gerais, o turismo compreende "[...] as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros", sendo que "[...] turista é aquele que se desloca voluntariamente de seu lugar de origem e permanece por período igual ou superior a 24 horas no local visitado" (OMT, 2001), de outra forma, trata-se de excursionismo.

A inversão do turismo para o excursionismo tem sido percebida pela comunidade como negativa, não somente porque limita o uso dos produtos e serviços turísticos disponíveis que movimentam a economia local como hospedagem, transporte, alimentação que compõem a oferta turística, mas também e, principalmente, porque concentra a renda dessa visitação nos estabelecimentos da orla urbanizada.

Para uma comerciante cujo estabelecimento situa-se no centro da cidade e não tem rela o direta com o turismo, “[...] o comércio de secos e molhados, ele ficou muito perto de Araguaína principalmente por causa do asfalto, porque o pessoal já trazia tudo de l . É tanto que a gente teve que se reinventar, mudar até o comércio para poder sobreviver” (C2, entrevistada em 09/08/2016).

Contudo, a oferta de estruturas bem como de serviços para o turismo ainda é incipiente para atender a esse novo público, seja em termos da capacidade de carga ou da quantidade e qualidade do produto turístico, como se pode demonstrar no relato de outro comerciante:

Teve uns três finais de semana, tinha tanta gente, eles não conseguiram nem almoçar, voltaram pra Araguaína, não sei pra onde, sem conseguir nem fazer um lanche, porque eles não tinham como ser atendidos. O investimento é muito pouco nessa  rea. (C5, entrevistado em 09/08/2016).

O fato dos visitantes apresentarem poder aquisitivo maior que a renda *per capita* da comunidade ainda pode provocar aumento no preço dos produtos comercializados na localidade e gerar problemas na economia local, pois o comércio passa a oferecer os produtos de necessidade básica nos mesmos níveis de preços das mercadorias adquiridas para atender à demanda turística, inflacionando a economia da região e aumentando ainda mais a desigualdade social entre visitantes e moradores.

Com as possibilidades de lazer e recrea o no lago, a tendência de aumento na demanda pode ser um indicador de satura o da capacidade de suporte local. Em 2014, a imprensa registrava que “[...] o lago formado pelo rio Tocantins, em Babaçulândia, no norte do estado, tem atraído turistas   cidade, desde o fim de junho [...] e o município com pouco mais de dez mil habitantes está com os hotéis lotados” (G1-TO, 2016, texto eletrônico). Na mesma reportagem, a fala de um empresário local sinaliza para a falta de estrutura quando afirma: “[...] esperamos que no próximo ano estejamos

mais organizados e possamos atender essas demandas" (G1-TO, 2016, texto eletrônico).

Mesmo com o aumento das atividades esportivas e no lago, a cidade dispõe de apenas dois estabelecimentos de hospedagem (um hotel e uma pousada), ambos sem classificação oficial cujos proprietários informaram que se mantêm com os hóspedes mensalistas que trabalham ou têm negócios esporádicos na região.

Figura 4 - Pousada em frente à orla não urbanizada



Fonte: Foto da pesquisa (2016)

Figura 5 - Fachada do Hotel na parte central da cidade (em reforma)



Fonte: Foto da pesquisa (2016)

Os proprietários desses estabelecimentos afirmaram que nos finais de semana fora da temporada de praia não há turistas pernoitando na cidade, porque a maioria dos que frequentam o lago são de Araguaína e sai mais barato retornar para casa e voltar no outro dia, do que pagar hospedagem. Eles relataram ainda que antes da formação do lago, seus estabelecimentos conseguiam manter 100% de ocupação nas temporadas de praia e, além deles, muitos moradores também lucravam alugando quartos em suas casas para acomodar os turistas que não acampavam na praia.

Na opinião de um barqueiro, esse movimento de visitantes na praia “do lado de cá” não favorece o turismo local e justifica:

De certa forma, não tá beneficiando muito a cidade, tá beneficiando o povo de Araguaína. Como é pertinho eles vêm pra cá, aqui eles praticamente não deixam nada, eles trazem tudo de lá, né? Então, de certa forma é um turismo, um turismo que não tá trazendo muita fonte de renda pro município não. (B14, entrevistado em 14/10/2015).

Já os proprietários dos cinco bares e restaurantes que ocupam a estreita faixa da orla urbanizada declaram-se satisfeitos. Um proprietário de restaurante da orla justifica que “[...] antigamente não tinha turista. No tempo que era o rio, turista só na época das praias. Aí agora tem, mas não é abundantemente. Direto vem muito aí, até de fora do Brasil, mas a maioria mesmo é de Araguaína”. (C3, entrevistado em 09/08/2016).

Outro entrevistado reforça explicando que ter um bar na orla “[...] compensa porque agora é direto e no fim de semana é mais corrido com mais gente. O pessoal de Araguaína vem pra cá todo final de semana visitar e aí a gente ganha mais. Antes era lá só na temporada de praia”. (C4, entrevistado em 09/08/2016).

Figura 6 - Bares e restaurantes da orla



Fonte: Foto da pesquisa (2016)

Figura 7 - Estreita faixa na orla de praia em frente aos bares



Fonte: Foto da pesquisa (2016)

Os barqueiros discordam que esse movimento permanente seja melhor do que quando só na temporada e acreditam que, antes, todo mundo da cidade era beneficiado e não só os que têm bar na orla, pois como relata:

Final de semana era um volume maior né, mas meio de semana também tinha um movimento. Gente comprando e vendendo sua produção na cidade, tinha o centro comercial bem movimentado também. Como eu ficava morando na praia mesmo, minha canoa tava sempre lá, então ela não parava, toda hora a gente tinha dinheiro, entendeu? Toda hora, dinheiro vivo, que passagem não tem fiado, não tem cheque, né. E hoje nós não temos, né. O que a gente ganhava girava aqui mesmo. Agora, pode ir na beira da orla ali, tem um monte de barquinho tudo parado, você não consegue visualizar aquele movimento. (B1, entrevistado em 27/03/2015).

Para os barqueiros, toda essa transformação do ambiente não é vista como positiva. Eles consideram a mudança da praia natural do rio Tocantins para a orla da cidade uma perda irreparável: “[...] no aspecto assim de vida, tudo era mais tranquilo, a gente tinha mais liberdade. Tinha acesso à água limpa, que era do Rio Tocantins, né? No meu ponto de vista era melhor do que tá sendo hoje, sem atividade, sem futuro.” (B14, entrevistado em 14/10/2015).

Conforme relatos dos participantes, nas últimas temporadas de verão antes da inundação pelo lago da hidrelétrica, o aumento gradativo de visitantes em busca de lazer e diversão nas praias do rio Tocantins atraía cada vez mais pessoas à Babaçulândia, de modo que qualquer proprietário de barco poderia transportar turistas até a Praia do Coco, situada na margem oposta da cidade, sem que houvesse um controle da atividade nesse período. Os barqueiros lembram que antes da formação do lago da barragem, o porto de Babaçulândia estava sempre movimentado e por isso agitava toda a cidade:

Eram quarenta barcas e umas vinte voadeiras. Depois tinha ali vinte e poucas voadeiras e um barco de madeira. Agora mudou, acabou. Uns foi pro fundo, o cara não recuperou mais porque é caro pra recuperar um barco, manter ele. Outros vendeu baratinho, quase deu, aí levaram pro rio Araguaia. Quem tinha um barco há muitos anos e vivia do barco, teve que vender barato, né? (B4, entrevistado em 27/03/2015).

Figura 8 - Antiga rampa de embarque no porto de Babaçulândia



Fonte: Blog pessoal (LEANDRO, 2010)

Figura 9 – Tipo de embarcações usadas antes do lago



Fonte: Blog pessoal (LEANDRO, 2010)

A crescente demanda pelo transporte levou os barqueiros mais antigos da cidade a se articularem para criar a Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (ABB-TO), fundada em 20 de abril de 2001, por 30 proprietários de barcos que já exerciam a atividade isoladamente.

Com a atuação da ABB-TO somente os associados poderiam transportar os turistas, o que possibilitou maior controle do fluxo de pessoas, garantindo uma fonte de renda aos barqueiros que, mesmo repassando a maior parte dos ganhos para a Prefeitura, correspondente a mais de 60% do valor das passagens (5 de cada 8 reais), afirmaram ainda conseguiam lucrar.

De acordo com um entrevistado, a Associação, “[...] no mês diferente de praia, arrecadava dez, doze mil reais. Pra nós compensava. Era uma vez por ano, mas era do nosso passar, era o que nós vivia. Do ano todo, aquilo ali servia pro ano todo”. (B16, entrevistado em 30/10/2015).

Dos 8 entrevistados que se manifestaram sobre a renda da temporada de praia, 6 declararam que muitas vezes o transporte de turistas superava os ganhos com as outras atividades e dois afirmaram que os ganhos eram suficientes para complementar a renda familiar: “Dependendo do barco, dava pra faturar de dois a três mil reais num final de semana de temporada. Teve ano que deu pra tirar mais de cinco mil”. E acrescenta:

Mas moço, direto eu tinha meu dinheiro. Era barqueiro e a gente ficava o ano todinho esperando chegar o mês de junho. Começava em junho e já sabia: o movimento era bom demais. Tinha vez que ia até segunda ou terceira quinzena de agosto, no máximo. Era mais junho e julho que o movimento era bom. E compensava, vixe Maria! (B7, entrevistado em 09/10/2015).

Outros participantes confirmam o reforço financeiro da temporada de praia em suas rendas: “[...] antes eu transportava pessoas, todo tipo de coisa e pescava. E o nosso foco maior era a praia, né? Da praia, trabalhava sessenta dias e garantia o ano todo, praticamente, né? Compensava”. (B12, entrevistado em 14/10/2015).

“Com o dinheiro da praia eu comprava até um gadinho. O arroz, o milho, a melancia, a abóbora, a gente vendia tudo na temporada de praia. Quando terminava, pagava as contas todas e ainda dava pra comprar minhas coisinhas.” (B12, entrevistado em 14/10/2015).

Como medidas compensatórias pelas perdas dos barqueiros com a inundação da praia natural, o consórcio empreendedor – Ceste – doou um prédio na orla urbanizada e uma embarcação, tipo catamarã, para que a Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (ABB-TO) dispusesse de “um efetivo suporte ao turismo náutico” (CONEXÃO, 2012, texto eletrônico).

Figura 10 - Sede Associação dos Barqueiros de Babaçulândia



Fonte: Fotos da pesquisa (2016)

Figura 11- Catamarã da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia



Fonte: Fotos da pesquisa (2016)

O ex-presidente da ABB-TO (2012) e, à época da pesquisa, secretário municipal do Meio Ambiente e Turismo de Babaçulândia (2015), Adelsimon Paz de Oliveira, explicou que

O Banzeiro do Lago (o catamarã e o galpão) foi um projeto que veio do Ceste. Agora a associação está fechando uma parceria com a prefeitura pra funcionar melhor, porque não tá funcionando. A associação é independente, é uma tentativa de tentar levantar, porque nós hoje não temos renda. A renda é o catamarã no dia que anda, no dia que não anda não tem. Então o lucro é muito pouco pra você distribuir pros sócios. (Entrevistado em 27/03/2015).

A inauguração da sede com a entrega da embarcação foi um evento amplamente divulgado na mídia regional que, reproduzindo o discurso progressista da empresa sobre o potencial turístico local, limitou-se a noticiar o evento patrocinado pelo empreendedor.

Como se pode observar na matéria “Ceste potencializa turismo na região da UHE Estreito com o Projeto Banzeiro do Lago”, publicada no Portal de Notícias do jornal Conexão Tocantins em 05 de junho de 2012, a Gerente de Projetos Sociais da usina, Lorena Durão, ressalta que

O Ceste cumpriu mais uma vez o seu papel, realizando a doação de um espaço totalmente estruturado, com ferramentas adequadas, dando desta forma incentivo aos barqueiros da região. Esta ação, além de proporcionar o meio para que o desenvolvimento regional sustentável aconteça, gerará principalmente renda e ocupação para as pessoas deste município. O projeto Banzeiro do Lago também se estende a toda comunidade, que ganha um espaço para realizar atividades e capacitações desenvolvidas na sede, principalmente, para o turista que chega e encontra uma estrutura de primeira qualidade e ainda com alternativas de lazer e rotas turísticas por meio do passeio de barco.

Na expectativa da revitalização da atividade turística com o potencial atrativo do lago, o presidente da ABB-TO, Adelsimon Paz de Oliveira, comemora os bens adquiridos, acreditando na possibilidade de reinserção dos barqueiros no turismo local:

O projeto Banzeiro do Lago (galpão e barco) é o renascimento da atividade turística para os barqueiros e das oportunidades para a população de Babaçulândia. Estou muito contente em saber que o nosso sonho se transformou em realidade, graças ao empenho do

Ceste com seus parceiros. Agora temos um espaço para educação ambiental, para o turismo e até mesmo inserindo o esporte, com a escolinha de canoagem.

Alguns meses depois, outra matéria veiculada no mesmo jornal, em setembro de 2012, anuncia que “Municípios do Maranhão e Tocantins têm novo potencial turístico”, referindo-se ao do lago da UHEE e, de acordo com a reportagem, as localidades de Estreito (MA), Darcinópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Filadélfia, Palmeiras do Tocantins e Palmeirante que só tinham praias de temporada em junho e julho, agora têm o ano inteiro (CONEXÃO, 2012, texto eletrônico)

A notícia ressalta que por causa da estrutura que o Ceste instalou nesses municípios, “[...] tem sido cena comum nas estradas que levam a esses municípios, motoristas trazendo a reboque potentes lanchas e *jet skis*” e destaca a opinião de dois visitantes de Araguaína sobre Babaçulândia: um afirma que “[...] aqui está muito bom e organizado, com bons restaurantes e atendimento. Por essa razão estamos sempre vindo pra cá” enquanto o outro turista reforça: “[...] fazia tempo que não vinha a Babaçulândia e fiquei surpreso com o que vi. A cidade mudou muito, tem uma orla bonita, praia boa e creio que hoje é um polo de desenvolvimento turístico muito importante” (CONEXÃO, 2012, texto eletrônico).

Ainda em 2012, foi inaugurada uma praia artificial em Babaçulândia, construída no final da orla urbanizada. A denominada “Nova Praia do Coco faz em referência à extinta praia natural homônima e sua estrutura inclui quiosques para os barraqueiros, para a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e ambulatório, palco para shows com camarim, quadra poliesportiva, playground, calçadas, estacionamento, banheiros masculino e feminino, chuveiros e canteiro central para acesso à praia asfaltado e área para camping.

Figura 12 – Estrutura da Nova Praia do Coco (Acesso)



Fonte: Foto da pesquisa (2016)

Figura 13 – Estrutura da Nova Praia do Coco (chuveiros, tendas e palco)



Fonte: Foto da pesquisa (2016)

Figura 14 – Estrutura da Nova Praia do Coco (Palhoças)



Fonte: Foto da pesquisa (2016)

No entanto, para os barqueiros, esse novo espaço não substituiu o que se tinha antes no outro lado do rio, e as medidas compensatórias não representaram “[...] oportunidades de trabalho, inserindo os barqueiros do Município de Babaçulândia no competitivo mercado, gerando ocupação, renda e direcionamento profissional voltado ao turismo”, como anunciado pelo jornal Conexão Tocantins (2012) quando da entrega da sede e do catamarã.

Ao contrário, em 2015, passados três anos da inauguração da ABB-TO e da Nova Praia do Coco, a Associação ainda não conseguiu efetivar nenhuma atividade para incluir os barqueiros no novo segmento turístico do município, pois as ações de mitigação desenvolvidas pelo Ceste resumiram-se ao projeto Banzeiro do lago que, como já mencionado, limitou-se a doação da sede e do catamarã que, na realidade, se tornaram fontes de despesa para os atuais 16 sócios da entidade que não dispõem de recursos para arcar com seus custos de manutenção.

Frustrado com essa situação adversa, um dos barqueiros pondera:

Aí pensando que ia melhorar aqui pra nós, mas, os novos turistas que vem, todo mundo vem com seu barquinho, né? O pessoal vinha pra procurar os barcos para dar uma volta no lago, pescar o tucunaré.

Agora os caras têm dinheiro, todo mundo compra o seu barquinho e já vem e bota lá e passa o dia todo no loago. (B1, entrevistado em 27/03/2015).

Como se pode observar nas Figuras 15 e 16, a Associação dos Barqueiros, onde fica o Centro de Informações Turísticas, encontrava-se fechada em plena temporada de verão, embora esteja estrategicamente situada entre a Nova Praia do Coco e a praia da orla, onde se concentram os visitantes.

Um barqueiro reconhece que “[...] agora o movimento é todo na orla e só quem lucra são os donos dos restaurantes na beira do lago que não podem reclamar, porque tem final de semana que nem dão conta de atender o tanto de gente que chega”. (B16, entrevistado em 30/10/2015).

Figura 15 - Área da Nova Praia do Coco com a ABB-TO ao fundo



Fonte: Foto da pesquisa (2016)

Figura 16 – Estreita faixa da praia da orla (ocupação desordenada)



Fonte: Foto da pesquisa (2016)

Para esses barqueiros, a nova disposição socioespacial da orla tornou o turismo uma atividade excludente, seja pela alteração do espaço físico, seja pela reorganização das atividades. Como explica Coriolano (2005, p. 299), o turismo também é uma das modalidades do processo de acumulação de capital que produz novas configurações geográficas, materializando o espaço de forma muitas vezes contraditória, seja pela interferência do Estado, de empresas, dos turistas ou dos próprios residentes, o turismo pode gerar exclusão.

Para Santos (2006, p. 38-39), “[...] a configuração territorial, ou configuração geográfica tem uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais”.

Desse modo, a reconfiguração territorial da orla que excluiu os barqueiros em Babaçulândia foi resultante das relações econômicas e sociopolíticas que se estabeleceram entre uma empresa do setor energético e o Estado, com pouca ou nenhuma interferência dos turistas e comunidade receptora.

Questionado sobre o fechamento da associação nesse período, o então presidente da ABB-TO (2016), Sebastião de Sousa Neto, que reside a poucos metros da Associação, justificou que não compensava abrir as portas porque “[...] ninguém procura a Associação e quem vai passear de catamarã quer ter um lugar, uma prainha

para ficar e não ficar só dando volta no lago”. Para ele, as tentativas de integração nas atividades turísticas locais não alcançaram êxito, pois os projetos Barco Escola e Remando no Lago, em parceria com a prefeitura, não se consolidaram e o Centro de Informações Turísticas permanece inativo.

O presidente mencionou algumas tentativas de aproveitamento da sede da associação com fins de arrecadação de recursos financeiros para o custeio do prédio e da embarcação como alugar o prédio para eventos e atividades afins, mas a iniciativa não tem trazido retorno e o imóvel continua fechado, servindo apenas para as reuniões esporádicas da entidade.

Atualmente, na maior parte do tempo a associação fica fechada aí, inutilizada, só dando despesa. Alugamos para uma academia que não pagou o aluguel e ainda hoje estamos atrás de receber. Às vezes a gente cede pra uma festa de aniversário, formatura de um sócio ou evento da prefeitura. Só prejuízo mesmo.” (B2, Entrevistado em 28/07/2016).

Decepcionado com a falta de perspectiva e se declarando “[...] cansado de lutar sem ver solução pra nossa categoria”, Sebastião passou o cargo adiante, acreditando no turismo como caminho para a recuperação dos barqueiros.

Toda vida a gente pensou que tinha que adaptar noutra forma de viver, só que essa forma de viver não apareceu. A gente tinha muitos planos assim, de tocar outro meio de vida, mas a compensação foi pouca demais que não deu nem pra comprar nada. Agora, o que eu vejo aí é que, de todo jeito, de toda forma como diz, se não for o turismo, outra coisa não vai funcionar pros barqueiros, mas tinha que ter uma praia, um lugar no lado do lago pra gente levar os turistas. (Entrevistado em 28/07/2016).

O novo presidente Deusélio Pereira Rocha, que assumiu a ABB-TO em outubro de 2016, declarou que a situação da Associação não avançou e até se agravou na sua gestão. Na avaliação dele,

A Associação regrediu e a coisa está ficando cada vez pior. Talvez pela crise, ninguém é mais solicitado, não tem procura pelos passeios que já eram poucos. Nessa temporada de julho, o catamarã só fez três passeios. Eu tinha a intenção de arrumar o catamarã que está se deteriorando, precisando de uma pintura e o portão da sede também, mas tem dinheiro para isso. Eu liguei no Ceste pra saber assim qual a parceria que eles podiam dar pra gente melhorar essa situação e disseram que por enquanto não tinham nada porque o Banzeiro do Lago não era prioridade deles no momento. Eu entendi assim, que

quiseram dizer que já fizeram muito e não quisemos ir pra frente. Eles até incentivam, assim, verbalmente, que a gente use o lago com o catamarã. (Entrevistado em 18/11/2017).

Conforme revelam os depoimentos que seguem, os barqueiros não reconhecem como justas as medidas compensatórias promovidas pelo Ceste, para mitigar as perdas de suas atividades:

Então eu vejo sim, que foi um prejuízo. Pros barqueiros foi prejuízo, a indenização foi mínima, o que eles indenizaram era praticamente o que eles ganhavam numa temporada. Eles deram como indenização o que ganhava num ano. Quer dizer, eles tinham que prever pelo menos uns dez anos, né? De indenização, pagaram um ano, na marra. (B4, entrevistado em 27/03/2015).

O Ceste indenizou, deu uns pedacinhos de terra pra gente, deu aquele barco da associação pra gente, deu dinheiro do barco, porque não teve indenização pra nós. Aí eu que morava agregado, me deram um pedaço de terra. Só que mesmo em cima da terra alheia que eu nasci e me criei lá em cima, eu achava melhor. Hoje, estou em cima do que é meu, mas cadê? Não tem produção. E lá, eu tinha. Inclusive é porque eu não sei onde tá o CD, que se eu tivesse ele eu ia mostrar pra você, nós colhendo dentro da vazante, colhendo, jogando fruta dentro do barco que eu tinha e dentro da camionete e entregando em Araguaína, como era nossa atividade na beira do rio. (B7, entrevistado em 09/10/2015).

Impossibilitados de retomar sua profissão ou de complementar suas rendas com a atividade de barqueiro, os participantes da pesquisa apontam como causas dessa situação, além da extinção das rotas de navegação, o desaparecimento da praia e conseqüente diminuição de turistas, a falta de conhecimento para desenvolver outras atividades para as quais não se sentem qualificados, como a divulgação dos serviços da ABB-TO relativos ao aluguel do catamarã, dos caiaques e dos pequenos barcos a motor, as chamadas “voadeiras” para realizar passeios no lago.

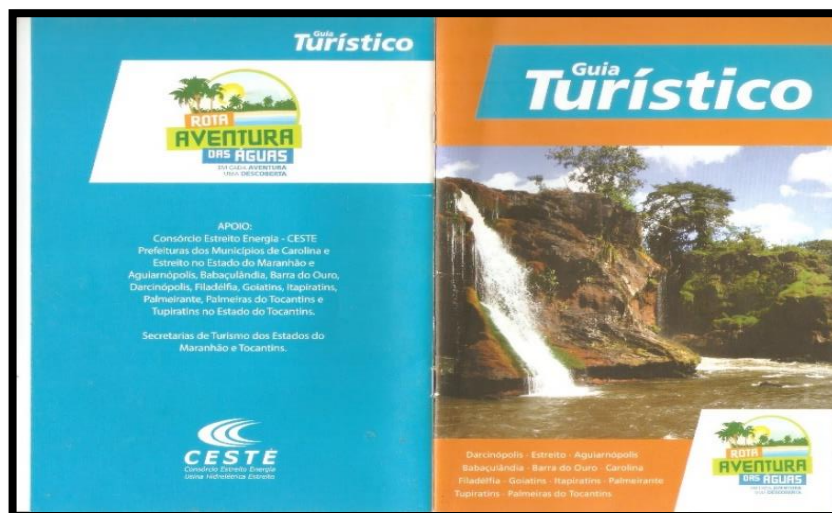
Assim, a divulgação dos serviços e dos atrativos turísticos da região são elaborados e distribuídos pelas prefeituras e secretarias estaduais de turismo das cidades atingidas pela Usina Hidrelétrica Estreito, com o apoio do Ceste, conforme se pode observar nas figuras 17 a 21.

Figura 17 - Panfleto de divulgação da ABB-TO



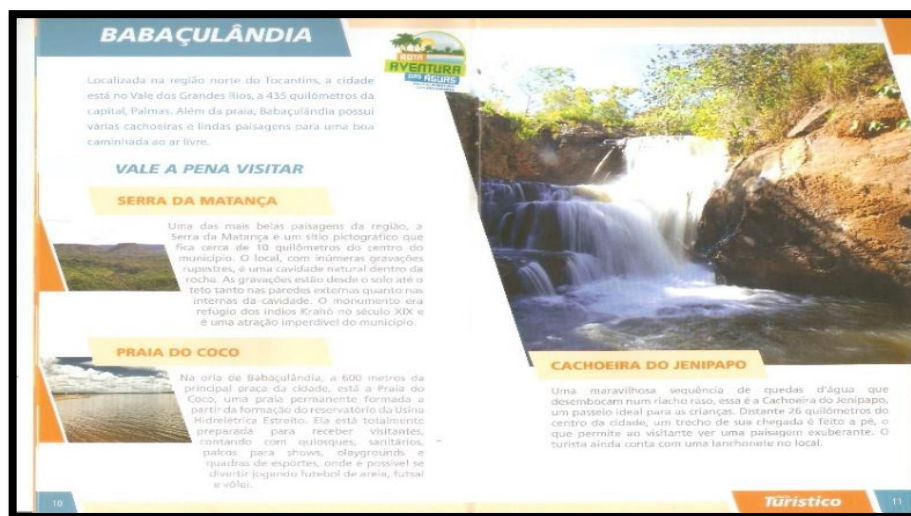
Fonte: ABB-TO, 2016

Figura 18 - Guia Turístico das cidades atingidas pela UHEE



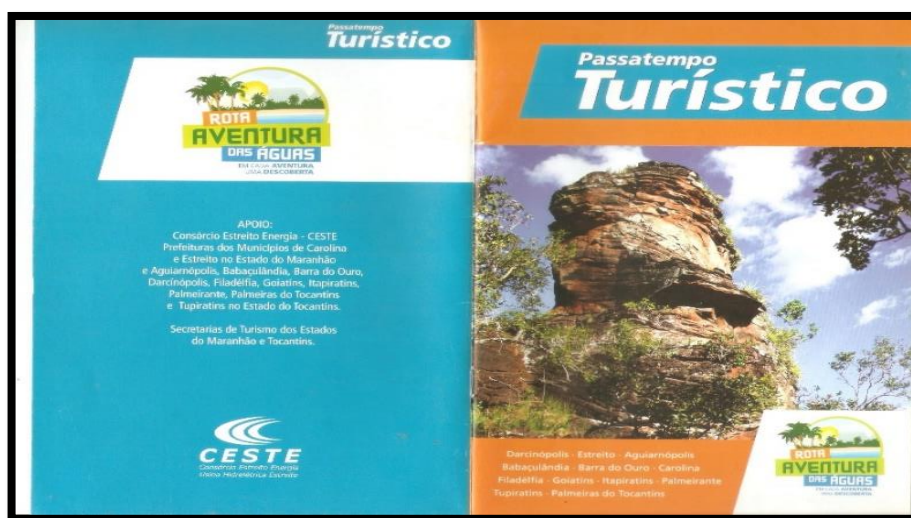
Fonte: Material publicitário - Guia Turístico

Figura 19 - Página de Babaçulândia no Guia Turístico



Fonte: Material publicitário - Guia Turístico

Figura 20 - Passatempo Turístico



Fonte: Material publicitário - Guia Turístico

Figura 21 - Página de Babaçulândia no Passatempo Turístico



Fonte: Material publicitário-Guia Turístico

O despreparo para conduzir a Associação denota o caráter de vulnerabilidade desse grupo minoritário que, diante do baixo grau de escolaridade e da incapacidade de gestão, apresenta-se desprovido de todo e qualquer meio para se contrapor ao poderio econômico do consórcio empreendedor, cujas formas de apropriação e controle do território são insuperáveis para esses ribeirinhos.

Contudo, essa vulnerabilidade não se limita à exclusão socioeconômica dos barqueiros, mas também e, principalmente, à ruptura do contato direto com o rio, provedor e lugar de construção de todas as relações sociais e ambientais, afinal a barragem não afetou unicamente o sustento dos barqueiros, sendo igualmente nociva às suas raízes, tradições, culturas e memórias.

Assim, fica evidente que a disputa pelo rio consiste numa luta territorial entre grupos de forças extremamente desproporcionais. Situação predominante nos processos de implantação de hidrelétricas no Brasil, que configura um cenário de injustiça ambiental, reconhecido quando os impactos de grandes empreendimentos atingem uma população de maneira desigual, especialmente os mais vulneráveis como os povos ribeirinhos. A Rede Brasileira de Justiça Ambiental define como injustiça ambiental,

O mecanismo pelo qual sociedades desiguais do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis. (RBJA, 2002).

E lacuna nos critérios para avaliação das perdas é parte de uma miopia institucionalizada sobre a questão hidrelétrica, que pode ser observada já nos processos de licenciamento ambiental desses empreendimentos, bem como na elaboração das medidas de compensação propostas nos projetos hidrelétricos.

De acordo com Vainer (2007, p. 121),

A legislação a respeito de concessões foi absolutamente omissa quanto ao tratamento a ser dado aos problemas sociais e ambientais decorrentes de grandes projetos hidrelétricos. Os consórcios privados, que adquirem empresas elétricas e concorrem para obter concessões, raramente têm experiência ou qualificação no tratamento das questões sociais e ambientais.

Para Acselrad et al. (2004), no Brasil, as injustiças ambientais camuflam uma série de acontecimentos relacionados com a distribuição desigual de poder na base material da vida social e do desenvolvimento, manifestando-se na apropriação elitista do território e dos recursos naturais, na concentração do usufruto dos benefícios do meio ambiente e na exposição desigual à poluição e aos custos ambientais do desenvolvimento.

No caso dos barqueiros, a injustiça ambiental revela-se na desconstrução de suas práticas culturais, na desarticulação de seu meio de vida e na sonegação de seu espaço de convivência: o rio.

6.1 A Ressignificação do Ambiente

Admitindo-se ambiente e lugar como construções sociais que superam as limitações físicas do espaço e se manifestam à mente como imagens socialmente elaboradas, em termos de representações sociais, toma-se como referência o conceito de meio ambiente de Reigota (2004, p.14) que o compreende como um “[...] lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação

cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído”.

O conceito de lugar evoluiu com o pensamento geográfico, notadamente nas linhas teóricas da geografia humanista e a geografia radical (FERREIRA, 2000). Na perspectiva humanista, focada na subjetividade da relação homem-ambiente, buscava-se definir o lugar como fundamento da existência humana, como experiência ou “centro de significados” numa relação dialética com o espaço (HOLZER, 1999).

Para Silva (1994, p. 89),

O espaço vai sendo construído e transforma-se em algo que oferece o aconchego, a segurança, a fartura, a bondade. É o lar, é o seu lugar. Repleto de significados e quando dizem: ‘aqui é o meu lugar’, falam com a intensidade que inclui todos esses fatores. Com isso, transformam a natureza, humanizando-a.

Tuan (1983) assume que espaço e lugar são termos familiares que se complementam e entende o espaço como algo que inicialmente apresenta-se indiferente, mas que ao ser conhecido, assume a posição de lugar, definindo-se em três palavras: percepção, experiência e valores. Para o autor, “[...] a visão do mundo, se não é derivada de uma cultura estranha, necessariamente é construída dos elementos conspícuos do ambiente social e físico de um povo” (TUAN, 2012, p. 116).

Para as populações ribeirinhas o lugar extrapola o espaço físico, englobando a natureza e as pessoas com todos os seus históricos, reforçados pelas relações sociais, crenças e saberes adquiridos e reproduzidos pelo compartilhamento das experiências e práticas sentidas e imaginadas, criando o ambiente vivido, seu território.

Boligian e Almeida (2003) entendem território como o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores e a natureza são permeadas de sentimentos e simbolismos que caracterizam os lugares, assim, territórios são espaços apropriados por práticas que lhes conferem uma identidade social ou cultural.

Nessa linha, Claval (1999) assinala que na elaboração das representações de certas partes do espaço territorial que as pessoas ocupam (um rio, um algo, uma praia), os problemas do território e a questão identitária são indissociáveis.

Nas palavras de Silva Júnior (2010, p. 135):

Dizer que o rio é território do ribeirinho é afirmar que este constrói sua identidade, seu *modus vivendi* e sua visão de mundo a partir do rio e

com ele. É dizer que o rio não está disposto na paisagem como um copo na prateleira, mas que existe, acima de tudo, uma relação entre rio e indivíduo. Quem olha o rio vê muito mais que um curso de água que se desloca de um nível mais alto para um mais baixo; enxerga nele significados que foram construídos e continuam sendo constantemente reorganizados por sua relação com ele.

Pelo exposto, vale-se de Haesbaert (2001, p. 94) para reforçar que o território é repleto de subjetividades e culturas, adquirindo simbolismo a partir do seu uso, uma vez que já nasce com duplo significado: o material e o simbólico. O material está associado aos recursos que dispõem e o simbólico ao que representa. Assim, “ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva ‘apropriação’”.

Nesses termos, as praias são territórios de lazer e turismo e, como tal, são construções sociais cujas representações são elaboradas conforme seus modos de apropriação, sendo que “[...] o capital específico do espaço da praia é um conjunto de recursos físicos e materiais acumulados e duradouros, que vai interferir de um modo decisivo nos comportamentos e nas representações sociais que lhe são dirigidos.” (MACHADO, 2000, p. 202-203).

Retomando a visão fenomenológica de Tuan (2012), as praias, marinhas ou lacustres, são lugares de atração permanente para as pessoas e, para as comunidades pesqueiras que geralmente são pobres se comparadas às comunidades agrícolas do interior, as praias são ainda mais significativas, pois se suportam esse modo de vida precário, certamente não o fazem pela compensação econômica, mas pelos prazeres que esse estilo de vida ancestral e tradicional lhes proporciona.

Nesse sentido, pode-se compreender porque os barqueiros nutrem um sentimento de pertença pela extinta praia temporária e uma aversão pela praia permanente: durante as temporadas de praia os barqueiros estabelecem laços simbólicos com o rio e os visitantes, são valorizados, participam da construção de um novo e alegre território de lazer onde podem, mesmo trabalhando, entrar no clima de festa e férias.

Além disso, tinham a certeza de que isso se repetiria a cada ano, pois a sazonalidade os permitia viver o melhor de dois mundos e mesmo com todos fatores negativos que o turismo sem a devida estrutura e planejamento pudesse causar, como ocupação desordenada, poluição sonora etc., ao fim da temporada eles retornavam

ao seu território conhecido e, com mais recursos podiam melhorá-lo, ficando assim mantida sua territorialidade.

Então, “[...] é possível considerar o território como um *continuum* entre o “real” e a representação do “real” que se insere no tempo e no espaço. Isto significa dizer que a dimensão temporal define o espaço e confere um status ao território “. (BOMFIM, 2016, p. 32).

Assim, tanto nos depoimentos dos barqueiros, como nas suas expressões faciais e corporais, as menções ao lago do reservatório estão marcadas pela desqualificação, a desvalorização e por um tom pejorativo, carregado de revolta e ressentimento, como nas falas que seguem:

“Eu só vejo desvantagem nesse lago porque ficou ruim demais.” (B2, entrevistado em 27/03/2015).

“Eu nunca nem imaginei sair do meu lugar. Eu não tinha lá mesmo pra vender não, se não fosse esse lago ruim aí”. (B3, entrevistado em 27/03/2015).

“Esse lago aí nos prejudicou muito e hoje quem não tem um peixe. Nem com rede não pega. Um pescador com uma linha vai nesse lago e passa o tempo todinho e não pega nadinha. Nada e assim acabou!”. (B6, entrevistado em 09/10/2015).

“Sim, eu convivia mais com a natureza porque o rio não era essa água morta, essa água que esquenta demais a cidade, tudo”. (B11, entrevistado em 14/10/2015).

O novo cenário transformou não só a paisagem e o modo de vida local, mas, sobretudo, alterou a relação desses ribeirinhos com a natureza, personificada no rio Tocantins que ditava o ritmo de suas vidas, condicionadas aos períodos de cheias e vazantes. Como explicam Alves e Justo (2011, p. 182):

A vida ribeirinha é muito mais do que pescar, cultivar pequenas plantações nas terras férteis, utilizar a argila, normalmente farta, caçar, criar um ou outro animal. A água e o rio fornecem muito mais. Alimentam o espírito, assanham desejos, despertam a imaginação, fustigam pensamentos, fomentam expressões simbólicas, acessam a linguagem, enfim, constituem a base de uma vida intensa e criativa.

Os depoimentos dos barqueiros são produtos de seus cotidianos, histórias de vida, cultura, posição sociopolítica e conhecimento de mundo, elementos que compõem as representações sociais individuais que, em cujo conjunto, geram uma representação social construída pelas impressões do lugar vivido, evidenciando as

diferenças do modo de vê-lo antes e depois da intervenção da Usina Hidrelétrica Estreito.

Nas suas representações, os barqueiros, alijados do processo de apropriação socioespacial da nova área, sentem-se preteridos por não mais se enquadrarem nos produtos ou serviços disponibilizados aos visitantes na Nova Praia do Coco e, negando qualquer o sentimento de pertença, passam a rejeitá-la, desqualificando a estrutura construída pelo empreendedor:

Não deu certo a praia desse lado de cá. Você pode ver bem aqui. É porque as pessoas não gostam muito dali, mas aqui de frente tem uma prainha de nada e todo final de semana tá lotado de gente, pode vim ver. Não foi nem uma prainha que foi feito, o CESTE jogou uma areia ali pra fazer o aterro da orla ali pro calçamento, aquele 'brocadozim'. Aí eles deixaram aquela areia, chega parecia assim tipo umas dunas, aí ficou aquela prainha lá. Fizeram a outra, mas o pessoal não vai lá porque, assim, o projeto dela foi muito mal feito. (B2, entrevistado em 27/03/2015).

Figura 22 - Beira-lago urbanizada com praia improvisada



Fonte: Foto da pesquisa (2016)

Ao analisar o sentido de pertença, Little (2002) o associa ao conceito de território, para o qual emprega o termo *homeland*. Para ele, o sentimento de pertencer a um lugar tem a ver com o lugar específico dos quais os grupos se originam, sejam ou não os primeiros. Nessa noção de pertencimento, tantos os grupos nativos quanto

os que se formaram posteriormente, podem considerar esse lugar como verdadeiramente seu, não sendo, portanto, a raça ou etnia que determina o sentimento de pertença, e sim, a relação que se construiu com um determinado espaço físico.

Desse modo, o sentimento de pertença é fruto das relações entre os moradores de um lugar, das interações cotidianas que criam a afetividade e uma identidade coletiva. É desse sentimento se surge a identidade dos grupos, das comunidades e sociedades. Já a topofilia – sentimento que define o elo afetivo entre as pessoas e os lugares (TUAN, 2012) – que os barqueiros manifestam pelo antigo lugar da praia, transforma-se no seu oposto, a topofobia, uma sensação despertada pelo novo espaço que, para eles, é lugar de exclusão:

Depois que fizeram essa praia nova aí, a gente ficou foi de fora, mas a esperança nossa era que, na realidade, o CESTE fizesse a praia do outro lado, lá do Maranhão, aí pra nós tinha ficado bom demais, mas aí, quando fizeram aqui, nesse canto aí, nós ficamos praticamente sem nada. (B1, entrevistado em 27/03/2015).

Se, como afirma Haesbaert (2004, p. 172), “[...] toda a identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território”, o entendimento dos sentimentos nesse espaço passa, necessariamente, pela compreensão das interações socioculturais e ambientais nele constituídas, já que o território é um espaço de poder simbólico que surge desse processo relacional.

E os efeitos das transformações nesse espaço de poder são as alterações na identidade e na cultura, elementos geradores do sentimento de pertença, um estado afetivo que nasce, vive e morre conforme as condições das relações sujeito-ambiente.

Isso porque, o espaço, como diria Santos (2006, p. 63), “[...] é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá”.

Assim, nas representações do rio, a topofilia reassume seu lugar nas memórias de um cotidiano que, mesmo associado aos ganhos financeiros do trabalho, resgata imagens de liberdade, alegria e fartura: “[...] antes, quando era o riozão solto aí, era cheio de crianças direto, lá, nós banhando lá no rio, na água corrente, não era essa coisa parada aí.” (B16, entrevistado em 27/03/2015). “Era bom. Aí depois que passou ficou tudo muito ruim porque eu morava ali na beira do rio. A minha casa era a segunda

no porto lá, né? Aí toda pessoa que chegava, eu tava na frente. Era o ponto”. (B1, entrevistado em 27/03/2015).

Considerando o contexto de produção dessas representações, o desenvolvimento do turismo em Babaçulândia foi analisado na perspectiva do processo histórico de ocupação das praias fluviais do rio Tocantins como um território de lazer, mas também de trabalho, sendo observadas as formas como os participantes reagiram à perda desse espaço de convivência que, mesmo temporário, produzia significados que traduzem as relações socioambientais.

As representações sociais permitem compreender como esses sujeitos interpretam sua realidade social, revelando conhecimentos sobre o ambiente vivido e os modos como se relacionam com ele. Elas evidenciam as diversas formas de pensar e representar a realidade, categorizando-a e atribuindo-lhes qualidades.

Assim, a partir das respostas dos participantes sobre como tem se desenvolvido o turismo na cidade de Babaçulândia depois das mudanças provocadas pela UHE Estreito, os depoimentos dos barqueiros sobre o turismo originaram três categorias de representações que se destacaram no conjunto das opiniões expressas, sendo que os trechos dos depoimentos que melhor representavam cada categoria foram compilados e organizados no quadro que segue:

Quadro 2 - Categorias de representação do turismo

Categorias/Expressões correspondentes
<p align="center">Categoria 1- O turismo como fonte de trabalho e renda</p> <p>B7- Moço, o movimento era bom demais! Se fizesse seu compromisso não caía em falta porque o dinheiro aparecia.</p> <p>B12- Ele o lago às vezes até atrai, assim turista, mas pro nosso ramo que nós tinha, acabou, né? Acabou a praia. Acabou, não deu mais pra viver aqui à custa de barqueiro e peixe. Dei conta mais não.</p> <p>B14- Antes do lago, tinha várias outras fontes. A gente que mexia com barco era barqueiro, também barraqueiro e na temporada da praia empregava duas, três pessoas gerava renda pra cidade.</p>
<p align="center">Categoria 2 - O turismo como mitigador dos efeitos da UHEE</p> <p>B1- Aqui pra melhorar pra nós mesmo, a esperança é só o turismo mesmo, porque outra coisa de cultura pra gente tá difícil, né? Não sei porque têm uns empresários que quer investir aqui e os políticos ficam amarrando.</p> <p>B5- Não deu tempo programar outras coisas, porque o turismo era a atividade que a família toda tava envolvida. Rapaz, sei não, se tivesse pelo menos turista pra gente carregar nesse barco que a gente tem né. Aí melhorava a situação porque só o turismo mesmo.</p> <p>B6- É, para recomeçar só se for o turismo aí para vê se tem saída. E se não tiver turista pra gente o jeito é encostar o barco e amarrar.</p>

B8- O turismo pode melhorar a cidade ainda, mas nós não estamos vendo vantagem em outra coisa não, senhora. O turismo é o caminho certo.

B9- Hoje o que tinha que ser investido aqui para melhorar era o turismo. Ou melhora com o turismo ou talvez com outra coisa não vai ter como no pé que tá agora. Tinha que ser incentivado pro turismo funcionar bem e desenvolver a cidade. Tem que ser o turismo pra poder prestar, e desenvolver aqui.

B10- Então a única solução para Babaçulândia é o turismo. Não tem como pensar em outra coisa. O turismo? O que significa o turismo? Turismo, como dizer, é trazer qualidade de vida para as pessoas.

B11- Seria muito importante o turismo pra Babaçulândia porque aqui, nem agricultura e nem pecuária é forte. Então não vejo outra atividade que não o turismo, não vejo, mas parece que não tem ninguém preocupado com isso. Aí o turismo aqui, ele anda a passo de tartaruga, não tem nada mais. Eu acredito que se isso aqui tivesse incentivo, o lago em si, favorecia o turismo, com certeza.

B12- Não, eu acho que não pensei desse lado de não ter outra atividade que não o turismo. É porque assim: se é uma cidade que praticamente quem vem aqui é só pelo lago mesmo porque ninguém passa aqui por passar e Babaçulândia não tem mais assim, aquele atrativo que nós tinha, que era a praia.

B14- Eu acho o seguinte: que sempre quando tem turista, o turismo dá uma sustentabilidade pra comunidade, traz informações, renda, benefício, eu acho que é viável, é muito importante.

B16- O turismo é importante pra Babaçulândia. Porque o turismo traz a felicidade, traz o dinheiro para a cidade.

Categoria 3 - O turismo como passivo da UHEE

B7- Eu acho que esse lago da usina fez foi piorar o turismo. Piorou, e muito.

B8- É porque nós não conhecia a usina e todo mundo dizia que ia melhorar pra nós e não melhorou não senhora.

B12- Por causa da hidrelétrica, ninguém conseguiu carregar mais ninguém e peixe também quando consegue pegar não acha pra quem vender. Só vende os bons, os ruins nada e você não pega só os bons. O foco nosso era a praia, hoje acabou? Pro turismo de Babaçulândia o lago não compensou não. Não compensou.

B15- Antigamente nós tinha o que trabalhar, né? Acho que essa usina teve impacto em todos na cidade e piorou. Sabe por quê? Porque quando nós fazia a linha de Babaçulândia ou da Ilha de São José pra Babaçulândia, nós chegava aqui, tinha o centro comercial ali e era cheio de gente, sabe? Tinha três, quatro, mulheres trabalhando em restaurante e era cheio de gente almoçando direto, direto, direto. E agora, tem uma e é só pra tá lá mesmo, mas não vende nada, acabou o pessoal. O pessoal, o movimento diminui, o pessoal espalhou tudo.

Fonte: Elaborado pela autora

De modo geral, esse quadro mostra o turismo sendo representado numa escala temporal definida pelo antes e o depois da implantação da Usina Hidrelétrica Estreito, sendo que para a totalidade dos entrevistados, a presença do empreendimento na região não só dificultou as condições de trabalho e renda, como anulou qualquer possibilidade de retomada da profissão.

Quanto à representação do turismo como mitigador dos efeitos da Usina Hidrelétrica Estreito, os participantes afirmaram que não houve uma justa compensação: seja individualmente, pois nem todos foram contemplados com as indenizações, e os que foram as consideraram insuficientes para cobrir a renda que

tinham antes; seja coletivamente, visto que a Associação não consegue arcar com as despesas da sede, tão pouco obter ganhos financeiros com o catamarã, os dois únicos bens que receberam como medidas compensatórias à perda de sua atividade.

Contudo, as representações dos barqueiros podem ser contraditórias, afinal, como sustenta Jovchelovitch (2011, p. 68), “[...] as representações sociais são uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente”.

Desse modo, ao mesmo tempo em que lamentam a perda da atividade turística da forma como conheciam, afirmando que só “piorou” ou “acabou”, os barqueiros acreditam que o turismo ainda é único caminho para a recuperação socioeconômica do município, mesmo que não estejam participando da introdução do turismo náutico que vem sendo introduzido com o lago.

Assim, enquanto a atividade turística em Babaçulândia está na dependência de ações descoordenadas entre poder público, iniciativa privada e comunidade, especialmente os barqueiros, aumenta a sensação de perda do espaço e da identidade cultural.

A realidade expressa pelos barqueiros produz uma resignificação do lugar que altera o sentido de pertencimento, como explicam Silva e Ertzogue (2015, p. 20-21):

Com o enchimento do reservatório os moradores passam a interpretar o lago como algo ‘do outro ou para o outro’, visto que não se identificam mais com essa paisagem e não se sentem mais pertencentes a esse universo. Agora, suas vidas já não podem mais seguir as sazonalidades do rio para se referenciar, pois as famílias se pautavam pela cheias e secas do rio durante o ano para plantar, pescar e, esse ciclo foi quebrado pela ação humana com cunho capitalista sem levar em conta princípios e valores culturais desses sujeitos.

Ao analisar o conjunto dessas representações fica evidente que a UHE Estreito é considerada a responsável por todo infortúnio que destruiu a vida social e econômica dos barqueiros que, confiantes na atividade turística da qual só conheciam a prosperidade, visto que a cada temporada se investia mais no crescimento do fluxo de visitantes, melhorando a estrutura dos produtos e serviços para a oferta do turismo de sol e praia na região.

Para os barqueiros, indiferentes às discussões técnicas e científicas sobre a sustentabilidade, antes da barragem, havia, de fato, um desenvolvimento turístico no município e este seria benéfico para toda a comunidade, portanto sustentável.

Embora os sujeitos da pesquisa não tenham mencionado o termo sustentabilidade ou seu oposto, insustentabilidade, o conceito permeia suas falas quando compõem os cenários do antes e do depois da barragem, reconstruindo seus quadros de memórias e experiências vividas.

Nesse sentido, as informações que forneceram são tão concretas quanto suas expectativas, posto que suas representações projetam uma realidade na qual se podem identificar claramente as forças que atuam nesse campo de embates: o poder do capital e as limitações desses sujeitos para enfrentá-las, a consciência da incapacidade de reagir e a invisibilidade social. Esses são os últimos banzeiros do lago que esses experientes navegadores não conseguiram atravessar.

Sem o trabalho, sua identidade e cultura se perderam. Como explicaria Marx (1983,) a produção humana é socialmente determinada, uma vez que os indivíduos produzem em conjunto, isto é, num certo nível de desenvolvimento em que a produção está intrinsecamente relacionada às condições sociais e, estas, por sua vez, são produtoras de identidades e culturas.

Assim, ao extinguir a praia natural do rio e recriá-la na orla urbanizada da cidade, a hidrelétrica rompeu a teia de relações existentes e estabeleceu uma diferente e desconhecida dinâmica para o turismo local, gerando conflitos territoriais, hierarquizando os ganhos e posicionando grupos sociais conforme seus interesses e intenções, ou seja, destruiu a atividade barqueira e, por consequência, sua identidade cultural.

Diante dessa constatação, duas questões são aqui retomadas: É possível a apropriação das representações sociais como indicadores de sustentabilidade turística? Pode-se concluir que o declínio precoce do desenvolvimento turístico de Babaçulândia pode ser considerado um passivo ambiental e socioeconômico da Usina Hidrelétrica Estreito?

Concentrado no movimento dos bares e restaurantes, o fluxo turístico se resume a esse espaço que restringe o envolvimento da comunidade. E os barqueiros, dispersos e alheios a essa atividade no lago, mostram sua frustração por não participarem dos ganhos financeiros que os visitantes deixam e, como meros espectadores, revelam-se impotentes e rejeitados.

Com relação ao primeiro questionamento, tem-se que ao assumir o turismo como fenômeno social, passa a ser entendido como atividade produtora e consumidora de espaço, e, nesse fazer, produz sentidos e significados no meio social, tornando-se,

portanto, passível de representações que, por seu turno, são compreendidas como conhecimentos do senso comum que devem ser partilhados para que sejam socialmente assimilados.

Epistemologicamente, o conhecimento empírico do turismo, originário das experiências no espaço vivido, apresenta-se fundamental na elaboração e ou ampliação do pensamento científico, cuja matriz é o cotidiano, onde os fatos e fenômenos ocorrem e de onde partem os problemas a serem compreendidos, quando não resolvidos, pela ciência.

E o papel das representações sociais – como uma massa de conceitos e alegações oriundas do mundo real – na construção do conhecimento em turismo, reside exatamente na sua capacidade de comunicar, na linguagem simbólica do imaginário social, as relações entre sujeito e espaço vivido.

Desse modo, à medida que os sujeitos elaboram e partilham suas representações por meio dos sentimentos de pertença, das atitudes e comportamentos no espaço vivido, compondo imagens e percepções, eles criam o real, o situacional e fornecem elementos da realidade social, subsidiando a análise das pessoas, dos lugares e das relações entre eles.

Quanto à segunda questão, acredita-se respondida na primeira, pois sendo a finalidade prima das representações sociais tornar conhecido e familiar um dado problema socialmente conhecido, dando-lhe visibilidade e nomeando o a partir de um novo conceito, reconhecer o desenvolvimento turístico de Babaçulândia como um passivo socioambiental da Usina Hidrelétrica Estreito foi, ao fim e ao cabo, transformar a palavra dos barqueiros em coisa concreta e o que se imaginou sobre o objeto representado – a insustentabilidade –, em algo visível, portanto, plausível.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos decorrentes do uso da água para produção de energia elétrica têm se configurado numa questão ambiental de relevância global, especialmente no Brasil cuja abundância de fontes hídricas define a matriz energética nacional, promovendo a hegemonia das hidrelétricas, notadamente na região amazônica, área que tem sido alvo de maciços investimentos do setor elétrico, dominado pelo capital privado.

A despeito da eficiência do modelo hidroenergético, apontado como modo de produção renovável e limpo, muitas são as controvérsias acerca da sua expansão na Amazônia Legal, onde os ecossistemas estão vulneráveis aos efeitos dos grandes empreendimentos hidrelétricos que alteram radicalmente o ambiente no entorno de seus reservatórios, pois interferem nos fluxos dos rios inundando extensas áreas de matas, destruindo fauna e flora e afetam a vida das populações ribeirinhas, tão indefesas quanto impotentes diante dos traumáticos deslocamentos compulsórios inerentes ao processo de instalação das usinas.

Em consonância com a visão interdisciplinar do PPGCIAMB, nessa tese objetivou-se empreender uma investigação capaz de desconstruir o argumento do turismo como forma de mitigação dos efeitos socioambientais de uma hidrelétrica numa pequena cidade, desvencilhando-se dos métodos tradicionais de avaliação da sustentabilidade turística de um destino, limitados a aspectos físico-paisagísticos do lugar, avaliou-se o desenvolvimento do turismo local, a partir das representações sociais de um grupo de atingidos por barragem.

Esse conhecimento é relevante na medida em que as representações constituem elementos-chave no processo decisório dos atores sociais, especialmente na filosofia da gestão integrada dos recursos naturais, um dos caminhos para o desenvolvimento sustentável do turismo numa localidade.

Dessa forma, as representações sociais autenticam o saber dos barqueiros como um conhecimento legítimo para desconstruir o argumento do turismo como mitigação dos efeitos da barragem, pois extrapola os limites da racionalidade.

Por isso, conhecer a representação do turismo de um grupo social que vivencia os efeitos colaterais da produção hidroenergética sobre essa atividade, considerada seu principal vetor socioeconômico, vai além de compreender seu significado para esses ribeirinhos e permite uma reflexão sobre os caminhos a serem percorridos

diante do novo modelo de desenvolvimento que se impõe com o lago de uma usina hidrelétrica.

Nesse sentido, pode-se inferir que a realidade desses ribeirinhos são reproduções fieis do que tem ocorrido nos projetos hidrelétricos, pois os efeitos ambientais e socioeconômicos se repetem em todas as regiões em que se estabelecem. No caso do turismo, o que se tem observado é uma desarticulação de seu desenvolvimento ou uma introdução desordenada, como se pode verificar nas experiências de Serra da Mesa e Lajeado.

A transição do turismo de praias fluviais que passou a se desenvolver no ambiente urbanizado da orla, rompeu com a rusticidade dos acampamentos da beira do rio, que atraía os visitantes e garantia a sustentabilidade do turismo local antes da chegada da hidrelétrica.

Por mais limitadas que sejam as representações desses sujeitos sociais sobre o turismo, elas demonstram quão importante pode ser o desenvolvimento dessa atividade para suas vidas, pois se trata de superar um processo de opressão social que se inicia com o anúncio da obra e acompanha esses atingidos até o final de suas existências, levando-se em conta todos os aspectos materiais e simbólicos envolvidos.

Assim, é compreensível que os sujeitos da pesquisa, mesmo diante da irreversibilidade da transformação do ambiente, ainda acreditem na possibilidade de uma reapropriação do espaço, alimentando a esperança de um resgate com a criação de uma praia, um lugar para onde possam chegar com seus barcos e retomar a atividade como conheciam e afirmam ser a única esperança para suas vidas.

Se o argumento da mitigação foi usado pelo empreendedor para legitimar a adoção de medidas compensatórias, em sua maioria indiferentes às reais necessidades das comunidades atingidas, a inépcia das ações de fomento ao turismo até aqui implantadas revelam o contrário.

Nas últimas visitas de campo, em setembro de 2017, a situação permanecia a mesma encontrada do início da pesquisa, levando-se a crer que o desenvolvimento do turismo em Babaçulândia caminha para a insustentabilidade, pois o lago, principal atrativo da cidade, não oferece estrutura necessária para atender o novo perfil dos visitantes, sendo visível o aspecto massivo e, ao mesmo tempo, excludente na ocupação da área da orla nos fins de semana.

Concentrado no movimento nos bares e restaurantes, o fluxo turístico se resume a esse espaço que restringe o envolvimento da comunidade, especialmente dos barqueiros que, dispersos e alheios a essa atividade no lago, mostram sua frustração por não participarem dos ganhos financeiros que os visitantes deixam e, como meros espectadores, revelam-se impotentes e rejeitados.

Ao reconhecer a segregação socioeconômica dos barqueiros de Babaçulândia como um passivo socioambiental da Usina Hidrelétrica Estreito, conclui-se que, de modo geral, os barqueiros foram descartados como obstáculos ao progresso e ao atendimento de uma demanda mercadológica, reforçando o discurso desenvolvimentista que prevalece na sociedade de consumo e torna cada vez mais necessário o debate sobre a sustentabilidade do modelo energético vigente.

Para os barqueiros, o turismo se confunde com desenvolvimento, prosperidade e felicidade, mas esse pensamento não é fruto somente da experiência anterior que o fluxo turístico lhes permitia, é também, produto de uma visão reforçada pela mídia, o empreendedor e o Estado que, de muitas formas, constroem uma visão mitigadora do turismo que, na realidade aqui estudada, não se concretizou.

Sendo o turismo uma atividade econômica multissetorial com reflexos socioculturais e ambientais, seu desenvolvimento está condicionado a inúmeras características e potencialidades que tornam o lugar um atrativo, não sendo o lago resultante de uma barragem ou os equipamentos doados pelos empreendedores que tornarão a atividade turística uma compensação para os efeitos de uma hidrelétrica, embora essas estruturas produzam signos desenvolvimentistas no imaginário social.

A julgar pelos efeitos socioambientais das hidrelétricas na amazônica conhecidos neste trabalho, a máxima de que “depois da tempestade vem a bonança” certamente não se aplica a regiões atingidas por usinas hidrelétricas, notadamente na área do estudo, que contabiliza perdas materiais e simbólicas suficientes para aumentar o volume das vozes dos que denunciam que as barragens provocam tantos efeitos negativos, quanto a incapacidade de empreendedores, governos e comunidades de mitigá-los.

Nesses termos, refuta-se o argumento do turismo como agente mitigador no contexto pós-barragem, sendo urgente e necessário repensar as práticas realizadas localmente, pois para alcançar um desenvolvimento local pela atividade turística, é imprescindível que se envolva a comunidade na construção do lago como um lugar turístico, pois diante da realidade imposta pela UHE Estreito, torna-se um desafio

ainda maior aguçar a capacidade endógena dos moradores para promover uma revitalização do turismo, de modo que o padrão de qualidade dos produtos e serviços oferecidos aos visitantes alcance a população.

Por fim, cabe enfatizar que para além do estudo empreendido e do título obtido, o verdadeiro ganho acadêmico está na experiência de conhecer uma problemática somente compreensível fora dos muros acadêmicos, ou seja, no campo da pesquisa, onde as teorias e os conceitos sobre ambiente, sociedade e cultura se descortinam numa realidade que exige não somente uma profunda reflexão, mas uma mudança de paradigma no sentido de uma sociedade mais crítica e menos passiva, frente às injustiças ambientais decorrentes da expansão hidroenergética na Amazônia.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Org.), **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: Cultura e Qualidade, 2000.

_____. Prefácio. In: SÁ, C. P. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

ACSELRAD H, Herculano, S; Pádua J. A. A Justiça Ambiental e a Dinâmica das Lutas Socioambientais no Brasil: uma introdução. In: HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (org.). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford, 2004.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Capacidade de Geração do Brasil**, 2016. Disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/GeracaoTipoFase.asp?tipo=1&fase=3>> Acesso em: 13 mai. 2016.

AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA (IEA). **World Energy Outlook 2014**. Sumário. OECD/IEA, 2014. Disponível em: <<https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/WorldEnergyOutlook2014ExecutiveSummaryPortugueseversion.pdf>> Acesso em: 15 mai. 2016.

ALBAN, M. Turismo no Brasil: a estratégia de expansão espacial e seus problemas. Revista **Turismo: Visão e Ação**, v. 8, n. 2, p. 301 – 308, maio/ago. 2006.

ALVES, A. D.; JUSTO, J. S. Espaço e subjetividade: estudo com ribeirinhos. Revista **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 181-189, 2011.

AMARAL FILHO, J.. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. In: **Planejamento e políticas públicas**, n. 14, Brasília, IPEA, 1995.

ANTUNIASSI, M. H. R... A noção de representação social e a pesquisa nas ciências sociais. **Anais do 33º Encontro Nacional do Ceru**, p. 67-73, 2006.

APPOLINÁRIO, F.. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ARRUDA, G.. A natureza dos rios e os territórios. In:_____ (org.). **A natureza dos rios: história, memória e territórios**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

AZZONI, Carlos Roberto. Desenvolvimento do turismo ou desenvolvimento turístico: reflexões com base em duas regiões atrasadas em São Paulo. **Revista Turismo em Análise**, Brasil, v. 4, n. 2, p. 37-53, nov. 1993.

BACHELARD, G.. **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BARLOW, M.; CLARKE, T.. **Ouro azul**: como as grandes corporações estão se apoderando da água doce do nosso planeta. São Paulo: Makron Books, 2003.

BARQUERO, A. V.. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Editores). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. (17-36) In: BAUER, M. W., GASKELL, G.. (Editores). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

BECKER, B. K.. Reflexões sobre hidrelétricas na Amazônia: água, energia e desenvolvimento. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n.3, p. 783-790, set.-dez. Belém, 2012.

BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo**. 9ª. Ed, São Paulo: Editora Senac, 2003.

BENINCÁ, D.. **Água e Energia para a Vida**: o Movimento dos Atingidos por Barragens no Brasil (1991-2009). 2010. 266f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

BERMANN, C. Impasses e controvérsias da hidroeletricidade. In: **Revista Estudos Avançados**, v. 21, n.59, jan./abr., São Paulo, 2007.

BOLIGIAN, L.; ALMEIDA, R. D. de. A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia. In: GERARDI, L. H. de O. (Org). **Ambientes: estudos de geografia**. Rio Claro: Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia teórica – AGETEO, 2003.

BOMFIM, N. R.. O que é uma representação social do espaço? In: **Representações e turismo**: imagens e práticas socioculturais no espaço. Natanael Reis Bomfim (Organizador). - Ilhéus, BA: Editus, 2016.

BOURDIEU. P.. **Coisas ditas**. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **O poder simbólico**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL, Conselho Nacional do Meio Ambiente – IBAMA. Resolução Conama n. 001, de 23 de janeiro de 1986. Estabelece diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em 30 jun. 2016.

_____. **Lei Federal Nº 9.433/ 97 de 08 de janeiro de 1997** – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do Artigo 21 da Constituição Federal e altera o Artigo 1º da Lei nº 8.001 de 13 de março de 1990 que modificou a Lei nº 7.990 de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** – IBGE. Mapa da pobreza e desigualdade – municípios brasileiros – 2003. Disponível em <http://cod.ibge.gov.br/L022>. Acesso em: 12 nov. 2015.

_____. Agência Nacional das Águas – ANA. **Cadernos de recursos hídricos: turismo e o lazer e sua interface com o setor de recursos hídricos**. Brasília, DF, 2005.

_____. Agência Nacional das Águas – ANA. **Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins e Araguaia**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sge/CEDOC/Catalogo/2009/PlanoEstrategicoRHTocantins.pdf>> Acesso em: 17 fev. 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE cidades. **Serviços de saúde 2009**. Disponível em < <http://cod.ibge.gov.br/qs2q> > Acesso em: 12 nov. 2015.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** – IBGE. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2009/10/biomas-brasileiros>> Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. Ministério de Minas e Energia. **Plano Nacional de Energia 2030**. Brasília: MME/EPE, 2007.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Cidades. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008**. Disponível em <<http://cod.ibge.gov.br/QS1Y>>. Acesso em: nov. 2015.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo de sol e praia: orientações básicas**. Coordenação Geral de Segmentação; Coordenação Geral de Jurema Monteiro. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**- IBGE. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - **Censo Educacional 2012**. Disponível em <<http://cod.ibge.gov.br/huju>>Acesso em: nov. 2015.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA. **Atlas do Desenvolvimento humano no Brasil-2013**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso em 12 nov. 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE Cidades. **Cadastro Central de Empresas 2013a**. <http://cod.ibge.gov.br/HQJT> Acesso em: 12 nov. 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Cidades. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2013b**. Disponível em <<http://cod.ibge.gov.br/JF5S>. Acesso em: 12 nov. 2015.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Amazônia**. Disponível em:<<http://www.mma.gov.br/biomas/amazonia>>. Acesso: 22 mar. 2016.

_____. Ministério do Turismo-Mtur. **Categorização dos municípios das regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro. 2015**. Disponível em:<<http://www.turismo.gov.br/assuntos/8162-mapa-do-turismo-de-tocantins-muda-e-agora-estado-tem-40-munic%C3%ADpios-com-voca%C3%A7%C3%A3o-tur%C3%ADstica.html> > Acesso em: 24 ago. 2015.

BRITO, E. R.. **Avaliação qualitativa de impactos ambientais decorrentes do empreendimento denominado “praias fluviais” no Estado de Tocantins**. 2011. 137f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal). Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2011.

BRUNDTLAND, G. H. (Org.). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. BRASIL, 2009.

BUTLER, R. W. The concept of a tourism area cycle of evolution: implications for management resources. In: **Canadian Geographer**, v. 24, p. 5-22, 1980.

CAFFÉ, E. (Direção). **NARRADORES de Javé** (Filme). Produção: Vânia Catani. Brasil: Bananeira Filmes. 1DVD (100 min.), Color. 2003

CAMINO, V. R. de; MULLER, S. **Sostenibilidad de la agricultura y los recursos naturales: bases para establecer indicadores**. San Jose (Costa Rica): (IICA. Serie Documentos de Programa, 38). IICA/ GTZ,1993.

CARDIN, E. G.. História oral, conversas qualificadas e o mundo dos trabalhadores. In: **História na Fronteira**, Foz do Iguaçu, v. 2, n. 2, p. 7-21, jul./dez., 2009.

CARDOSO, U. C..et al.. (Org.). **APL: arranjo produtivo local**.. Brasília : Sebrae. (Série Empreendimentos Coletivos). 2014.

CARNEIRO FILHO, A.; SOUZA, O. B. de. **Atlas de pressões e ameaças às terras indígenas na Amazônia brasileira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009.

CARVALHO, F. L. **Nas águas do Araguaia: a navegação e a hibridez cultural**. 2008. 179 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e da Terra) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2008.

CARVALHO, J. E. C. de. Imaginário e representações sociais. In: **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, Especial Temática, p. 25-33, 2002.

CASTRO, J. E. A água (ainda) não é uma mercadoria: aportes para o debate sobre a mercantilização da água. In: **Revista UFMG**, v. 20, 191, n.2, p. 190-221, jul./dez. Belo Horizonte: 2013.

CAVALCANTI, Erivaldo. Água e cidadania: a privatização dos recursos hídricos e dos atores sociais. **Revista Jurídica**, v. 3, n. 36. Unicuritiba, 2014.

CHAUÍ, Marilena. Natureza, cultura, patrimônio ambiental. In: DUARTE, A. L. (Coord.). **Meio ambiente: patrimônio cultural da USP**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Comissão de Patrimônio Cultural, 2003.

CHIAPETTI, .R. J. N; CHIAPETTI, J.. A água e os rios: imagens e imaginário da natureza. In: **Geograficidade**. v. 1, n.01, Inverno, 2011.

CHIZZOTTI, A.. **Pesquisa em Ciências humanas e sociais**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. In: **Revista Geographia**, a, 1, n. 2, 1999.

CNEC – **ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL/RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA-RIMA) da Usina Hidrelétrica Estreito**. CNEC. Cópia Controlada nº 01. EG072.MA.00/RT.002. Data: 31/10/01.2001.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **A evolução do setor elétrico rumo à sustentabilidade**. Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico (FMAE). Brasília: CNI, 2017.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS (WCD). **Barragens e Desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões - Um Sumário**. O Relatório da Comissão Mundial de Barragens. Trad. de Carlos Afonso Malferrari, Londres: Earthscan Publications Ltd, 2000.

CORIOLOANO, L. N. M. T. A exclusão e a inclusão social e o turismo. In: **Rev.Turismo y Patrimônio Cultural**., p. 295-304, jun.; v. 3, n. 2, 2005.

_____. et al., Turismo, cultura e desenvolvimento na escala humana. In: Turismo, sustentabilidade e meio ambiente. In: CORRÊA, M. L; PIMENTA, S. M.; ARNDT, J. R. L.. **Turismo, sustentabilidade e meio ambiente: contradições e convergências**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CRUZ, S. H. R.. Turismo sustentável na Amazônia: o contexto de desenvolvimento endógeno. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: NAEA, 2008.

_____. **Turismo, fronteira e desenvolvimento na Pan-Amazônia:** trajetórias entre o Brasil e Guiana Francesa. 2010. 369f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo. In: Pesquisa qualitativa de trabalho de campo-pesquisa etnográfica – metodologia de pesquisa. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, mar., 2002.

DURKHEIM, É.. **As regras do método sociológico**. 3 ed. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, É.. **Sociologia e filosofia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970.

CNEC. Estudo de Impactos Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental. EIA/RIMA. Versão CD Rom. Brasília: CESTE, 2005.

CDDPH, **Relatório da violação dos direitos humanos na construção de barragens**. Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Comissão Especial “Atingidos por Barragens”. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH). Brasília-DF, 2011.

FARIA, I. D. **O descompasso e o piroscópio:** uma análise dos conflitos socioambientais do projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte. 2004. 420f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – Unb, Brasília-DF, 2004.

FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas na Amazônia:** impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FERNANDES, C. T. C.. **Impactos socioambientais de grandes barragens e desenvolvimento:** a percepção dos atores locais sobre a Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa. 2010. 412f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília – Unb. Brasília-DF, 2010.

FERREIRA, L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**. n. 9, p.65-83, jul./dez. 2000.

FERREIRA, M. de M.. História, tempo presente e história oral. In **Revista Topoi**, p. 314-332., dez., 2002.

FLETCHER, J.. O impacto sociocultural do turismo. In: COOPER, C. et al. **Turismo:** princípios e práticas. Trad. Roberto Cataldo Costa. 2. Ed., Porto Alegre: Bookman, 2001.

FOLADORI, G. La economía ecológica. In: PIERRY, N e FOLADORI, G. **?Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. Uruguai: Trabajo y Capital, 2001.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. (Apostila). Fortaleza: UEC, 2002.

GARCIA, L.. Água em três movimentos: sobre mitos, imaginário e papel da mulher no manejo das águas. In: **Gaia Scientia**, v. 1, n. 1, p.17-23, 2007.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W., GASKELL, G.. (Editores) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. O projeto da pesquisa fenomenológica. **Anais IV SIPEQ**, Rio Claro (SP), 2010.

GOMES, K. D. **Caracterização sócio-econômica e percepção dos pescadores do rio Tocantins imediatamente a jusante da barragem da UHE Lajeado**. 2007. 339f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente). Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente. Universidade Federal do Tocantins – UFT. Palmas, 2007.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas-SP: Alínea, 2001.

GRAVARI-BARBAS, M.; GRABURN, N.. Imaginários turísticos. In **Via@ Revista Internacional Interdisciplinar de Turismo**, n. 1, mar., 2012.

GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH. **Textos em representações sociais**. 11. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. Representações sociais: alguns comentários oportunos. In: Novas contribuições para a teorização e pesquisa em Representação Social. **Cadernos da ANPEPP**, n. 10, Florianópolis: Imprensa Universitária/UFSC, 1996.

GUERRA, C.B.. Os saberes ambientais e a governança das águas. In: **Horizonte**, v.7, n.14, jun., Belo Horizonte, 2009.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização – Do fim dos territórios à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HANAI, F. Y. **Sistema de Indicadores de Sustentabilidade: Uma aplicação ao Contexto de Desenvolvimento do Turismo na Região de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais, Brasil**. 2009. 431f. Tese (Doutorado em Engenharia Ambiental). Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) da Universidade de São Paulo, São Carlos (SP), 2009.

_____. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional - G&DR**, v. 8, n. 1, p. 198-231, jan./abr., Taubaté-SP: 2012.

HOLZER, W.. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. In: **Território**. Rio de Janeiro: Garamond – LAGET/UFRJ, n. 03, p. 77-85, 1997.

HOUAISS, A.. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 3 Ed., Rev. e Aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

HUSSERL, E. **A ideia da fenomenologia**, Trad. Artur Morão. Rio de Janeiro: Edições 70, 2000.

_____. **Investigações lógicas**: sexta investigação – elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

JODELET, D.. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: _____. (Org.). **As Representações Sociais**. Tradução Lílian Ulup. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. p. 61-85. Petrópolis: Vozes, 2011.

JUNK, W. J.; MELLO, J. A. S. Nunes de. Impactos ecológicos das represas hidrelétricas na bacia amazônica brasileira. In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 4, n. 8, abr., 1990.

KRAEMER, M. E. P. Contabilidade ambiental: relatório para um futuro sustentável, responsável e transparente. *Revista Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, v.8, ag/out. 2005.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Trad. Contexto Traduções. 3 Ed. São Paulo: Aleph, 2003.

LAPLANTINE, F.; TRINDADE, L. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

LEFF, E. Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. In: PHILIPPI JR., A. et al. (Eds.). **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signos Editora, 2000.

_____. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2001.

_____. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. In **Revista Educação e Realidade**, v. 34, n. 3, set./dez., 2009.

LIMA, G. da C... O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. In: **Revista Ambiente & Sociedade**. v. VI, n. 2, jul./dez. 2003.

LIMA, R. de C. P.; CAMPOS, P. H. F. **Campo e grupo**: aproximação conceitual entre Pierre Bourdieu e a teoria moscoviciana das representações sociais em **Educação e**

Pesquisa - Revista da Faculdade de Educação da USP. v. 41, n. 1, jan./mar., São Paulo, 2015.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. Por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, n. 322. Brasília: Departamento de Antropologia, 2002.

LOCATELLI, C.. **Comunicação e Barragens**: o poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação de hidrelétricas. Florianópolis: Insular, 2014.

MACHADO, E.V. Turismo, paisagem e ambiente: o viés do desenvolvimento sustentável – algumas notas como contribuição ao debate. In: RODRIGUES, A.B. (Org.). Turismo e Ambiente: reflexões e propostas. São Paulo: Hucitec, 2000.

MAGALHÃES FILHO, L. N. L.; VERGARA, F. E.; RODRIGUES, W. Valoração dos danos ambientais causados pela implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito: o caso dos municípios de Carolina-MA e Filadélfia-TO. In: **Revista REGA**, v. 9, n. 2, jul./dez., 2012.

MANZINI, E. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-Graduação. **Revista Percurso**, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/viewFile/18577/10219>> Acesso em: 15 de jun. 2016.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**: tratado introdutório. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MARTINS, R.; FELICIDADE, N. **Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil**: desafios teóricos e políticos-institucionais.v. I, p. 34. São Carlos: RiMa, 2003.

MARX, K.. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____; ENGELS, F... **A Ideologia Alemã**: Feuerbach – A Contraposição entre as Cosmovisões Materialista e Idealista. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MASSOLI, E. C.. **Geração de energia elétrica e desenvolvimento sustentável**: uma análise das externalidades potencialmente geradas pela UHE de Estreito (MA). 2013. 100f. Dissertação (Mestrado em Administração) na Pós-graduação em Administração da Universidade da Amazônia, Belém, 2013.

MEADOWS, D.. Indicators and information systems for sustainable development: a report to the Balaton Group. In: **The Sustainability Institute**, v. 174, 1998.

MEDEIROS, E. A. e CORMINEIRO, O. M. M. Barqueiros, navegação e cultura: narrativas e representações acerca da dominação e das resistências nas águas dos rios Araguaia e Tocantins entre os séculos XIX e XX. In: **História Revista**, v. 19, n. 3, Goiânia, 2014.

MÉSZARÓS, I.. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira; Sérgio Lessa. 1.Ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTEIRO, Rodrigo Rocha. O turismo em comunidades tradicionais faxinalenses: uma discussão sobre as transformações recentes no campo brasileiro e seus reflexos para as comunidades tradicionais. Mundo do trabalho In: **Revista Pegada** – v. 14, n. 2, dez., 2013.

MONTEJANO, J. M.. **Psicossociología del turismo**. España: Síntesis, 1996.

MOSCOVICI, S.. **A representação social e psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. Prefácio. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Texto em Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 7 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORAES, Hito Braga de. **Uma proposta de metodologia de análise para implantação de embarcação de alta velocidade no transporte de passageiros**: um caso de aplicação de catamarãs na região amazônica. 2002. 357 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia Oceânica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

MORAIS, L. C.. **Estudo sobre o Panorama da Energia elétrica no Brasil e Tendências Futuras**. 2015. 135f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica). programa de pós-graduação em Engenharia da Unesp, Bauru, 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS (MPMG). Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS). **Cartilha de direitos dos povos e comunidades tradicionais**. Programa Mapeamento de povos e comunidades tradicionais em Minas Gerais: visibilização e inclusão sociopolítica. Belo Horizontes: GESTA/UFMG; PROEX/UFMG; MEC/SESU. S/D.

NASCIMENTO-SCHULZE, C. M.; CAMARGO, B. V.. Psicologia social, representações sociais e métodos. In: **Revista Temas em Psicologia da SBP**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 3, dez., 2000.

NÖTH, W.. **Panorama da semiótica**: de Platão a Peirce. 3 Ed. São Paulo: Annablume, 2003.

ODA, A. M. G. R.. Escravidão e nostalgia no Brasil: o banzo. In: **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**. São Paulo, v. 11, n. 4, dez., 2008.

OLIVEIRA JÚNIOR, A.. Prefácio. In: PORTUGUEZ, A. P. et al. (Orgs). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

OLIVEIRA, M. S. B. S.. Representações sociais: uma teoria para a sociologia? **Estudos de Sociologia**, v. 1, n.7, UFPE. 2001.

_____. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, São Paulo, jun., 2004.

OLIVEIRA, M. de F.. Identidade nas margens do Rio Tocantins. In: XIII Encontro de História Anpuh – Rio **Identities**, 2008, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos**. Rio de Janeiro: ANPUH – Associação Nacional de História – Seção Rio de Janeiro. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212956085_ARQUIVO_TextoIdentidadenasMargensdoRioTocantinsMariadeFatimaOliveiraXIIIEncontrodeHistoriaANPURJ2008.pdf. Acesso em: 31 mai. 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Introducción al turismo**. Madrid, Espanha: OMT, 1998.

_____. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

_____. **Guia do desenvolvimento sustentável do turismo**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ORLANDI, E. P.. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas, SP: Pontes, 1996.

PARTIDÁRIO, M.R. Critérios para um turismo ambientalmente responsável. Centro de Estudos de Planejamento e Gestão do Ambiente. Caparica, 1999.

PEIRCE, C. S.. **Semiótica**. 2 Ed. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 1995.

PEREIRA, M. D. R.. **Os Impactos Socioeconômicos e o Processo Indenizatório das Comunidades Ribeirinhas Atingidas pela Usina Hidrelétrica de Estreito-Maranhão**. 2013. 86f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2013.

PETRELLA, R.. **O manifesto da água**: argumentos para um contrato mundial. Trad. Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. A conquista da água. In: Le monde diplomatique. A disputa pelo ouro azul. Cadernos Dipló: **Le Monde Diplomatique**, n. 3, 2003. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003.

PIQUÉ, J. F. Linguagem e realidade: uma análise do Crátilo. In: **Revista Letras**, n. 46, Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

PLATÃO. **Diálogos**: Teeto Crátilo. 3 ed. Revisada. Tradução [direta do grego] Carlos Alberto Nunes, sob a Coordenação Benedito Nunes. Belém(PA): Editora Universitária UFPA, 2001.

PORTELLI, A.. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 15, abr.,1997.

PROVINCIALI, V. L. N.; SARAIVA, L. A. S.O uso da zona costeira de Aracaju é sustentável? Olhares de empresários e frequentadores do setor de alimentos e bebidas. In: CORRÊA, M. L.; PIMENTA, S. M.; ARNDT, J. R. L.. **Turismo, sustentabilidade e meio ambiente**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

QUARANTA-GONÇALVES, M. L.. Pequeno histórico da relação homem-natureza: da *physis* à teoria de Gaia, o empobrecimento da noção de ser humano. In: **Filosofia, ciência e vida**, n. 13, abr., 2007.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL (RBJA). **Manifesto de Lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental**. 2002. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/destaques/item/8077>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

REIGOTA, Marcos. Meio ambiente e representação social. São Paulo: Cortez, 2004

REZENDE, L. P. **Dano moral e licenciamento ambiental de barragens hidrelétricas**. Curitiba: Juruá, 2002.

RITTNER, D.. Consórcio liderado pela Vale devolve concessão de usina no Araguaia. In: **Valor Econômico**, v. 09, ago., 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3228344/consorcio-liderado-pela-vale-devolve-concessao-de-usina-no-araguaia>>. Acesso em: 13 maio 2016.

ROCHA, H. J.**Relações de poder na instalação de hidrelétricas**. Passo Fundo (RS): Ed. Universidade de Passo Fundo, 2013.

RODRIGUES, R. A.. **Vidas despedaçadas**: impactos socioambientais da construção da usina hidrelétrica de Balbina (AM), Amazônia Central. 2013. 369f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia do Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

RUSCHMANN, D.. **Turismo e Planejamento Sustentável**: a Proteção do Meio Ambiente. 16 Ed. São Paulo: Papirus Editora, 2010.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. São Paulo: Garamond, 2006.

SANTAELLA, L. **Comunicação e pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker, Editores, 2001.

_____. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SANTOS, J. G. Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo: aplicação de uma abordagem participativa em Porto de Galinhas, PE. 2013. 219f. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 4 Ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHAMA, S.. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHÜTZ, A. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SEPÚLVEDA, S. et al. **Metodología para estimar el nivel de desarrollo sostenible de los territorios rurales (El Biograma)**. San José: C.R.: IICA, 2005.

SETTI, A. A. et al.. **Introdução ao gerenciamento de recursos hídricos**. 2 Ed. Brasília: Agência Nacional de Energia Elétrica - Superintendência de Estudos e Informações Hidrológicas, 2000.

SEVÁ FILHO, A. O. Conhecimento crítico das mega-hidrelétricas: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais e a destruição dos monumentos fluviais. In: **Anais do 2º Encontro nacional da ANPPAS** - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Indaiatuba, SP, maio, 2004. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT06/ars%EA%20Anio_sev%E1.pdf. Acesso em 15 maio 2016.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SIEBEN, A.. **Estado e Política Energética**: a desterritorialização da Comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito. 2012. 203f. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, UFU/Uberlândia, 2012.

SILVA JÚNIOR, C. P. da. **Memória, dádiva e distopia**: impactos socioambientais da UHE de Estreito sobre a Ilha de São José – TO. Dissertação (Mestrado Linguagens e Saberes na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, Universidade Federal do Pará, UFPA/Bragança, 2010.

SILVA, J. C.; ERTZOGUE, M. H. Cosmologia, paisagem, lugar e o método fenomenológico: possíveis reflexões em uma cidade impactada por barragem. In: **PRACS**: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 8, n. 1, jan-jun, 2015.

SILVA, S. F. S.. **A reterritorialização dos barqueiros de Babaçulândia (TO)**

atingidos pela usina Hidrelétrica de Estreito (MA). Dissertação (Mestrado em Estudo Cultura e Território). Programa de pós-graduação em Estudo Cultura e Território da Universidade Federal do Tocantins, Araguaína (TO), 2017. 196f.

SILVEIRA, M.. **A implantação de hidrelétricas na Amazônia brasileira, impactos socioambientais e à saúde com as transformações no território: o caso da UHE de Belo Monte.** Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de Brasília, Brasília, 2016. 212f.

SOBRAL, Raymundo Mário. **Dicionário papachibé: a língua paraense.** Belém, 2005.

SOUSA, L. F.. **Espaços dialógicos dos barqueiros na Amazônia: uma relação humanista como o rio.** 2012. 272F. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SOUZA, M. B. de. **Influência de lagos artificiais no clima local e no clima urbano: estudo de caso em Presidente Epitácio (SP).** 2010. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOUZA, S. do R. de; BAHLE, M. ; KUSHANO, E. S.. O espaço do turismo: produção, apropriação e transformação do espaço social. IN: **Revista Hospitalidade.** São Paulo, v. X, n. 2, dez. 2013.

SOUZA, W. E. R. de; CRIPPA, G. Limites e contribuições da história oral: a memória e a história nas interseções entre o indivíduo e o coletivo. In: **SAECULUM – Revista de História,** João Pessoa, n. 23, jul./dez., 2010.

SOUZA-LIMA. J. E. de. Economia ambiental, ecológica e marxista *versus* recursos naturais. In: **Revista FAE,** Curitiba, v.7, n.1, jan./jun. 2004.

SWARBROOKE, J.. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental.** E ed. São Paulo: Aleph, 2002.

TAVARES, M. G. da C.. Turismo e desenvolvimento na Amazônia brasileira: algumas considerações sobre o arquipélago do Marajó – Pará. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

TEIXEIRA, E. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa.** 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

THOMPSON, P.. **A voz do passado: história oral.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

THURLOW, L. C. **O futuro do capitalismo: como as forças econômicas de hoje moldam o mundo de amanhã.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

TOCANTINS (Estado). Secretaria de Planejamento e Orçamento. Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. **Perfil socioeconômico dos municípios – Babaçulândia.** Palmas-TO, 2015.

TOLMASQUIM, M.T.; GUERREIRO, A.; GORINI, R.. Matriz Energética Brasileira - Uma prospectiva. In: Revista **Novos Estudos**, CEBRAP 79, nov., 2007.

_____. Perspectivas e planejamento do setor energético no Brasil. In **Revista Estudos Avançados** [online], v.26, n.74, 2012.

_____. **Energia Renovável: Hidráulica, Biomassa, Eólica, Solar, Oceânica**. Mauricio Tiomno Tolmasquim (coord.). – EPE: Rio de Janeiro, 2016.

TUAN, Y.F.. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Trad. Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

UNESCO. ONU - Água. Programa Mundial de Avaliação de Recursos Hídricos (World Water Assessment Programme - WWAP). **United Nations World Water Development Report - WWDR4 - 2014**. Disponível em <<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=3262>> Acesso em: 25 set. 2015.

VAINER, C. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

_____. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. In: Revista **Estudos Avançados** [online], v.21, n.59, 2007.

VEAL, A. J., **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. Trad. Gleice Guerra; Mariana Aldrigui. São Paulo: Aleph, 2011.

VENTURA FILHO, A.. O papel das fontes energéticas na produção de energia elétrica – prioridade da hidroeletricidade. In: _____. **O Brasil no contexto energético mundial**. São Paulo: NAIPPE/USP, 2009.

WEBER, M.. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**, v. 1., Tradução de. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília/São Paulo, UnB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

_____. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In COHN, G. **Sociologia**. São Paulo: Editora Afiliada, 2008.

WIESINIESKI, Lívia Cristina Barros da Silva. **Políticas públicas do setor hidrelétrico como ferramenta para o desenvolvimento sustentável do turismo em regiões atingidas por barragem**. 2015, 121f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo). Centro de Excelência em Turismo - Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2015.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL (WTTC). **Economic Impact 2015**. Travel & Tourism. World. Londres-Reino Unido: 2015.

WORSTER, D.. Pensando como um rio. In: ARRUDA, G. (Org.). **A natureza dos rios: história, memória e territórios**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

WWF BRASIL. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. (Org. Sylvia Mitraud) Brasília: WWF Brasil, 2003.

ZITZKE, V. A.. **A rede sociotécnica da usina hidrelétrica do Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas**. 2007. 316f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas – Sociedade e Meio) – Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

SITES e IMAGENS

CONEXAO TOCANTINS. Babaçulândia abre a temporada de praia no sábado. Portal de notícias Conexão do Tocantins, Palmas, 01 jun. 2009. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2009/07/01/babaculandia-abre-temporada-de-praia-no-sabado>>. Acesso em 18 maio 2016.

_____. Ceste potencializa turismo na região UHE estreito com o projeto banzeiro do lago. Portal de notícias Conexão do Tocantins, Palmas, 05 jun., 2012. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2012/06/05/ceste-potencializa-turismo-na-regiao-da-uhe-estreiro-com-o-projeto-banzeiro-do-lago>>. Acesso em 18 maio 2016.

_____. Municípios de Maranhão e Tocantins tem novo potencial turístico. Portal de notícias Conexão do Tocantins, Palmas, 24 set. 2012. Disponível em <http://conexaoto.com.br/2012/09/24/municipios-do-maranhao-e-tocantins-tem-novo-potencial-turistico>. Acesso em 18 maio 2016.

G1 TOCANTINS. Belezas naturais da praia de Babaçulândia atraem turistas. Portal de Notícias g1 Tocantins, Palmas, 05 jun. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2014/07/belezas-naturais-da-praia-de-babaculandia-atraem-turistas.html>>. Acesso em 18 maio 2016.

LEANDRO, J.J. [2010]. **Babaçulândia**. 1 fotografia, color. Disponível em: <<http://jileandro-jileandro.blogspot.com.br/2010/03/babaculandia-e-hidreletrica-do-estreiro.html>>. Acesso em: 18 maio de 2016.

MEDEIROS, A. S. [S/D]. **Babaçulândia**. 1 fotografia, color. Disponível em: <<https://www.ferias.tur.br/fotogr/130071/riotocantinsembabaculandia-to-fotoalessandrosantosme/babaculandia/>>. Acesso em: 18 maio de 2016.

PORTAL DO PLANALTO, Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de inauguração da Usina Hidrelétrica Estreito. Portal do Planalto, Brasília, 17 out. 2012. Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-inauguracao-da-usina-hidreletrica-estreiro-estreiro>>. Acesso em: 20 maio 2017.

APÊNDICES

Apêndice A - Termo De Consentimento Livre E Esclarecido



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE- PPGCIAMB**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convido _____ a participar da pesquisa para uma tese de doutorado em andamento no Programa de Pós- Graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins-UFT (2014-2018), sobre o desenvolvimento do turismo numa cidade atingida por hidrelétrica, com o objetivo de verificar como tem sido conduzida a atividade turística em Babaçulândia (TO) com a implantação da Usina Hidrelétrica Estreito no rio Tocantins. O estudo parte da representação da comunidade atingida e da realidade do município para discutir a sustentabilidade turística local, diante das transformações socioambientais decorrentes da extinção da Praia do Coco, submersa e reproduzida na orla do reservatório da usina.

Sabe-se que a implantação de usinas hidrelétricas provoca severos impactos socioambientais nas áreas de seu entorno com a descaracterização da paisagem e da cultura ribeirinha, importantes elementos para o turismo que se constitui numa atividade relevante no contexto socioeconômico da região. Considerando que a simples existência de um atrativo não garante o incremento do turismo, sendo necessário o planejamento, a gestão e o envolvimento comunitário para alcançar índices sustentáveis de crescimento, acredito ser imprescindível a sua participação nesta pesquisa que precisa conhecer a opinião e a realidade de uma comunidade ribeirinha atingida por hidrelétrica para discutir os efeitos desse empreendimento sobre o turismo local.

A participação nesta pesquisa é voluntária, sendo sua a decisão de contribuir ou não. O estudo envolve entrevistas individuais e/ou em grupos, procedimentos que serão realizados no local e hora que melhor lhe convier. O pesquisador _____ e o (a) professor (a) doutor (a) _____ são os responsáveis pela condução da pesquisa e solicitam sua autorização para realizar esta entrevista, bem como a aplicação de questionários a fim de esclarecer dados obtidos anteriormente. Se houver dúvidas, estou à disposição para esclarecê-las.

Informo ainda que as entrevistas serão gravadas, transcritas e poderão ser divulgadas em artigos de revista científica. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, se assim desejar. Para qualquer outra informação, pode entrar em contato com o pesquisador _____ pelo telefone (XX) XXXX-XXXX ou e-mail _____

Consentimento Pós-Informação:

Eu, _____, fui informado (a) sobre o que o pesquisador pretende realizar e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, concordo em participar do estudo, ciente de que não vou receber nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que devo guardar. Nesses termos e ciente das razões/condições da pesquisa: () autorizo () não autorizo a divulgação da minha identidade.

Assinatura do participante

Local _____

Data ____/____/____

Telefone (____) _____

Apêndice B – Perfil Socioeconômico**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE –
PPGCIAMB****PERFIL SOCIOECONÔMICO**

GRUPO _____

1- Nome completo: _____

2- Idade: _____

3- Sexo: () Masculino () Feminino

4- Escolaridade:

- () Ensino Fundamental completo
- () Ensino Fundamental incompleto
- () Ensino Médio completo
- () Ensino Médio incompleto
- () Ensino Superior completo
- () Ensino Superior incompleto
- () Não alfabetizado

5- Profissão/ocupação: _____

6- Renda familiar: _____

7- Endereço: _____

8- Tempo de residência: _____

9- Moradia: () própria () alugada () outro _____

10-Telefone: () _____

Apêndice C – Roteiro de Entrevista



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE - PPGCIAMB

ROTEIRO PARA ENTREVISTA GRAVADA (Tópico-guia)

1. Na sua opinião, como tem se desenvolvido a cidade de Babaçulândia depois das mudanças provocadas pela Usina Hidrelétrica Estreito?
 - a) Paisagem (praia, lago, urbanização)
 - b) Modo de vida (cultura ribeirinha, costumes e comportamento social)
 - c) Condições de moradia
 - d) Serviços públicos (educação, saúde, infraestrutura, transporte, segurança, saneamento básico, energia)
 - e) Comércio (diversificação)
 - f) Serviços profissionais (emprego, renda)
 - g) Turismo (atrativos, perfil do visitante, movimento)